



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Caminhos da Reforma Agrária:
O Processo Histórico da Reforma Agrária no Alto Sertão Paraibano, da
Luta Pela Terra à Luta na Terra (1985-2012)

Giordan Silva De Oliveira

Orientadora: Prof^a. Dr^a Monique Guimarães Cittadino

Linha de Pesquisa: História Regional

JOÃO PESSOA – PB
AGOSTO - 2013

**CAMINHOS DA REFORMA AGRÁRIA:
O PROCESSO HISTÓRICO DA REFORMA AGRÁRIA NO ALTO
SERTÃO PARAIBANO, DA LUTA PELA TERRA À LUTA NA TERRA
(1985-2012)**

Giordan Silva De Oliveira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Monique Guimarães Cittadino

Linha de Pesquisa: História Regional

**JOÃO PESSOA – PB
AGOSTO – 2013**

O48c Oliveira, Giordan Silva De.

Caminhos da reforma agrária: o processo histórico da reforma agrária no alto sertão paraibano, da luta pela terra à luta na terra (1985-2012) / Giordan Silva De Oliveira.-- João Pessoa, 2013.

136f. : il.

Orientadora: Monique Guimarães Cittadino

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHL

1. História regional. 2. Reforma agrária - história. 3. Questão agrária. 4. Movimentos sociais no campo. 5. Comissão Pastoral da Terra (CPT).

UFPB/BC

CDU: 981.422(043)

GIORDAN SILVA DE OLIVEIRA

**CAMINHOS DA REFORMA AGRÁRIA:
O PROCESSO HISTÓRICO DA REFORMA AGRÁRIA NO ALTO SERTÃO
PARAIBANO, DA LUTA PELA TERRA À LUTA NA TERRA (1985-2012)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Regional

Data de defesa: ____/____/____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a Monique Guimarães Cittadino _____
Orientadora - PPGH
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Damião de Lima _____
Examinador Interno - PPGH
Universidade Federal da Paraíba

Prof^a. Dr^a *Emília* de Rodat F. *Moreira* _____
Examinador Externo - PPGG
Universidade Federal da Paraíba

Dedico este trabalho a minha mãe Adelaide Pereira da Silva, figura inspiradora para mim por sua inteligência, honestidade e compromisso com o trabalho e sua família. E a todos os camponeses e camponesas do Brasil que em cada luta, batalham incansavelmente pela democratização do acesso à terra.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela presença constante nos meus caminhos.

A Karla por seu apoio e por estar sempre junto de mim em todos os momentos, sempre ajudando e por seu amor que tanto me faz bem.

Aos meus irmãos: Holena e Juliana, Rovilson e Ester, pelos seus estímulos e por sempre acreditarem em mim.

A minha sobrinha Hannah, que me motiva tantas esperanças.

A todos os entrevistados e àqueles que contribuíram diretamente ou indiretamente com a minha pesquisa. Em especial à todos os entrevistados da CPT-Sertão-PB e CAAASP-PB.

Ao Pe. Cleides, pela recepção calorosa e carinhosa, trazendo informações para o meu trabalho e ensinamentos como o do “sermão da montanha” para minha vida.

A prof^a. Monique Cittadino, pela sua atenção, cuidado e paciência nos momentos de orientação desse trabalho.

Ao prof. Jonas Duarte, por sua ajuda nos primeiros momentos desta pesquisa.

Ao prof. Damião de Lima, por sua inestimável ajuda em todas as fases da dissertação e por sua amizade, por mim muito estimada.

A prof^a. Emília Moreira, por suas contribuições que enriqueceram este trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em História/UFPB pela colaboração na minha formação.

Aos professores componentes da banca avaliadora desta dissertação.

A todas as amizades construídas durante o mestrado, em especial a Hadassa Kelly e André Carneiro. Amigos que levo pra vida inteira.

Aos amigos Félix e Halisson, pelo apoio e a companhia durante os meus sábados.

A todos os camponeses do Alto Sertão paraibano, que me concederam seus conhecimentos e memórias, fontes de inspiração e estudo que contribuíram tanto com este trabalho.

RESUMO

Este trabalho investigou o processo histórico de Reforma Agrária no Alto Sertão da Paraíba no período entre 1985 a 2012, mostrando o processo de ocupação do espaço sertanejo, destacando a importância da atividade algodoeira não só para a economia, como também para manutenção das relações de trabalho não tipicamente capitalistas, servindo de amortecedor para os conflitos entre os latifundiários e os camponeses nessa região. Como se trata de uma região localizada em pleno Semiárido paraibano esta pesquisa tem sua área de concentração de estudo na História Regional do Brasil. O trabalho mostra a primeira fase das lutas em áreas públicas e o processo de formação da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) no Alto Sertão paraibano. Outro aspecto pesquisado é a segunda fase das lutas que se deu em áreas privadas e a criação e atuação da Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP), identificando-se as principais mudanças que ocorreram na vida dos camponeses, bem como, os impactos dessas mudanças na região. A história desse percurso foi sistematizada, trazendo uma visão geral dos processos, fatos e conquistas do povo na luta pela terra e na terra, nessa região, na busca de melhoria das condições de vida. Ao resgatar a história da luta pela terra no Alto Sertão Paraibano, este trabalho torna-se um convite à comunidade acadêmica para novas investigações, tanto sobre o tema da Questão Agrária e dos Movimentos Sociais do Campo, como sobre uma infinidade de questões pertinentes à vida das comunidades rurais nessa região.

Palavras-chave: Alto Sertão da Paraíba, Questão Agrária, Movimentos Sociais.

ABSTRACT

This study investigated the historical process of Agrarian Reform in High Hinterland of Paraíba in the period 1985-2012, showing the process of occupation of the backcountry, highlighting the importance of cotton activity not only for the economy, but also for maintenance of working relationships not typically capitalist, serving as a damper for conflicts between landowners and peasants in this region. As it is located in a region full semiarid Paraíba this research has its area of concentration of study in Brazil Regional History. The work shows the first phase of the fights in public areas and the process of formation of the Pastoral Land Commission (CPT) in High Hinterland of Paraíba. Another aspect studied is the second phase of the struggles that took place in private areas and the creation and operation of the Central Associations of Paraíba backwoods settlements of Upper (CAAASP), identifying the major changes that have occurred in the lives of peasants as well as the impacts of these changes in the region. The story of this journey was systematized, bringing an overview of the processes, facts and achievements of the people in the struggle for land and the land in this region in search of better living conditions . To rescue the history of the struggle for land in High Hinterland of Paraíba this work becomes an invitation to the academic community for further research, both on the topic of Agrarian Question and the Field of Social Movements, how about a multitude of issues relevant to life rural communities in the region.

Keywords: High Hinterland of Paraíba, Agrarian Question, Social Movements.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
APP - Áreas de Preservação Permanentes
ASA-PB - Articulação do Semiárido da Paraíba.
ASPA - Associação dos Apicultores de Aparecida
ATES - Assistência Técnica e Social
CAAASP - Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano
CIMI - Conselho Indigenista Missionário.
CNBB – Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil.
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPO – Coordenações de Pastorais Operárias
CPT - Comissão da Pastoral da Terra.
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba
EMEPA – Empresa Paraibana de Pesquisa Agropecuária
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPB - Instituto Federal da Paraíba
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPA - Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST - o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT – Partido dos Trabalhadores

RESAB – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro

SINFUNC - Sindicato dos Funcionários de Cajazeiras

SINTEP - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba

STRA - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Delimitação territorial do Estado da Paraíba por Diocese.....	23
FIGURA 2 - Camponeses acampados próximos à vazante do açude de Riacho dos Cavalos-1985.....	65
FIGURA 3 - Celebrando a conquista das vazantes do açude. Missa celebrada pelo Frei Dimas - 1991.....	67
FIGURA 4 - Acampamento embaixo do Juazeiro em Três Irmãos –Triunfo-PB – 1989.....	68
FIGURA 5 - Reunião em Bartolomeu I – Bonito de Santa Fé-PB –uma das reuniões onde os camponeses decidem ir à Capital do Estado pressionar o governo – 1988.....	72
FIGURA 6 - 25 famílias ocupam a sede do INCRA em João Pessoa-PB para pressionar as autoridades a executar a demarcação de terras indenizadas pelo Estado – 1989.....	73
FIGURA 7 - Acampamento em Recanto – Jericó-PB – onde os camponeses decidem plantar novamente na terra e não desocupá-la – 1991.....	77
FIGURA 8 - Camponeses celebrando a vitória da luta de Três Irmãos – 1991.....	78
FIGURA 9 - Construção das casas no assentamento Recanto após a conquista da luta – 1993.....	79
FIGURA 10 - Chegada dos camponeses em Acauã – Aparecida-PB – 1995.....	87
FIGURA 11 - Camponeses acampados em Acauã – Aparecida-PB – 1995.....	87
FIGURA 12 - Prisão das alemãs em Acauã – Aparecida-PB - 1996.....	90
FIGURA 13 - Presença da polícia durante despejo em Acauã – 1996.....	94
FIGURA 14 - Mandala em Acauã já nos anos 2000 depois da conquista o assentamento torna-se modelo para os outros assentamentos subsequentes.....	97
FIGURA 15 – Tipos de Cisternas utilizadas nos assentamentos.....	100
FIGURA 16 - Camponeses agrupados nas várzeas de Sousa – uma nova luta camponesa no Alto Sertão paraibano 2007.....	117
FIGURA 17 – Municípios com Assentamentos e Áreas de conflito Acompanhadas pela CPT-Sertão-PB e CAAASP – 2013.....	120

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Áreas de Assentamento Acompanhadas Pela CPT-Sertão-PB e CAAASP – 2010.....	118
TABELA 2. Áreas de Conflito e Acampamentos Acompanhadas pela CPT-Sertão-PB – 2011.....	119
TABELA 3. Áreas de Assentamento Acompanhadas Pela CPT-Sertão-PB e CAAASP- 2013.....	121
TABELA 4. Áreas de Conflito e Acampamentos Acompanhadas pela CPT-Sertão-PB - 2013.....	122

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA I
ANEXO B	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA II
ANEXO C	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA III

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – O PERCURSO DA PESQUISA: A QUESTÃO AGRÁRIA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS IMPACTOS DA MODERNIZAÇÃO NO CAMPO	14
1.1. <i>A trajetória da pesquisa</i>	14
1.2. <i>A Questão Agrária e os Movimentos Sociais</i>	25
1.3. <i>Os Impactos da Modernização</i>	34
CAPÍTULO II – DA HEGEMONIA À CRISE DO ALGODÃO NO BRASIL E NA PARAÍBA E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	42
2.1. <i>O Brasil Cotonicultor</i>	42
2.2. <i>A crise da cultura algodoeira e suas consequências</i>	54
CAPÍTULO III - A CPT E A REFORMA AGRÁRIA NO ALTO SERTÃO DA PARAÍBA, SUAS LUTAS INICIAIS EM ÁREAS PÚBLICAS.....	60
3.1. <i>Lutas iniciais e a luta em áreas públicas</i>	60
CAPÍTULO IV - A LUTA PELA TERRA EM ÁREAS PRIVADAS E A LUTA NA TERRA	84
4.1. <i>A Luta pela terra em áreas privadas</i>	84
4.2. <i>Da Luta Pela Terra à Luta na Terra</i>	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
BIBLIOGRAFIA:	127
ANEXOS.....	132

CAPÍTULO I – O PERCURSO DA PESQUISA: A QUESTÃO AGRÁRIA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS IMPACTOS DA MODERNIZAÇÃO NO CAMPO

1.1.A trajetória da pesquisa

A utilização da terra é fator necessário para o sustento de boa parte da população brasileira. Contudo, a grande concentração de terra, ou seja, de propriedade fundiária caracteriza a economia agrária no Brasil, bem como, as circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração. Percebe-se então que a utilização da terra é predomínio de poucos e beneficia uma reduzida minoria. Desse modo, a maioria da população possui ínfimos padrões de existência, tanto materiais, e como consequência, também os culturais.

Seja onde for, e seja qual for, a grande exploração de tipo comercial (como é o caso de todos os principais setores da pecuária brasileira) tende, quando a conjuntura lhe é favorável se expandir e absorver o máximo de terras aproveitáveis, eliminando lavradores independentes, proprietários ou não, bem como suas culturas de subsistência. Agravam-se em consequência às condições de vida da população trabalhadora rural, cuja remuneração, seja em salário, seja em participação no produto principal (como se dá no Brasil com a parceria na cultura algodoeira) está sempre aquém do preço relativo dos gêneros de subsistência que os trabalhadores são obrigados a adquirir no comércio – comércio esse em geral, e por forças das próprias condições geradas pela função absorvente da grande exploração, fortemente espoliativa (PRADO Jr., 1979, p.31).

As circunstâncias acima descritas que condenam milhões de seres humanos a uma existência de miserabilidade e sem perspectivas de futuro, ainda constituem o obstáculo primordial implantado no organismo social brasileiro, ao desenvolvimento econômico e cultural do Brasil. Sob qualquer aspecto que se considere esse desenvolvimento, as suas perspectivas se acham estreitamente limitadas pelo fator negativo que constitui a presença no país de elevada percentagem de populações restringidas a um dos mais baixos níveis de existência humana de que se têm notícias no mundo (PRADO Jr., 1979).

A concentração da propriedade fundiária representa uma distribuição extremamente irregular da propriedade da terra entre os indivíduos que a ocupam, nela exercem sua atividade econômica, e dela dependem para sua manutenção. Não se trata unicamente de uma concentração de terras desocupadas e vazias, ou mesmo apenas semi-ocupadas. É a concentração, em poucas mãos, de terras habitadas onde se multiplicam muitas vezes as mãos ativas que as lavram; onde se localiza e comprime a totalidade da população rural brasileira. É em suma uma concentração de terras e propriedade que significa também concentração de domínio sobre recursos econômicos que constituem a única fonte de subsistência daquela população (PRADO Jr., 1979. p.33-34).

Pode-se perceber um efeito duplo na concentração da propriedade fundiária: primeiramente esta concede ao empreendimento agromercantil uma base territorial conveniente para realização dos seus objetivos; e em seguida, assegura ao mesmo empreendimento a mão de obra indispensável de que necessita.

Essa situação gera insegurança nos camponeses e camponesas¹, especialmente no que se refere à sobrevivência, e estes se organizam na perspectiva de garantir o acesso à terra que é o seu principal meio de produção e reprodução da vida. Nesse sentido, as dificuldades enfrentadas por esses camponeses, por causa da concentração de terra nas mãos de poucos se constituem como principal razão para a construção da luta organizada pela democratização do acesso a terra.

Os camponeses, em parceria com os movimentos sociais nas últimas décadas, estão na linha de frente de lutas realizadas tanto nos países desenvolvidos como nos chamados países em desenvolvimento, sobretudo os países Latino-americanos. Estudadas sob as mais diversas análises teóricas, essas lutas vem interessando a um número cada vez maior de pesquisadores no campo das ciências humanas e sociais. O resultado desta discussão é a inestimável contribuição para a compreensão da dinâmica social.

¹Estamos concebendo o “camponês” nesse trabalho, conforme definições de Horácio Martins de Carvalho, “produtores livres de dependência pessoal direta, - são “autônomos”; sua sobrevivência de homens livres lhes impõe laços de solidariedade cuja quebra ou enfraquecimento ameaçam o modo de vida; esses laços mais primários são os de parentesco e de vizinhança que os levam a procurar se agrupar em comunidades; a busca de permanência e reprodução numa mesma terra (...) traduzidas como apego à terra, é a marca de sucesso de seu modo de vida e a fonte de cuidado com seu ambiente: a migração para ele é uma fatalidade, a expulsão, uma degradação inaceitável” (CARVALHO, 2005: p.94).

A tarefa que nos impõe este trabalho é de investigar o processo histórico de reforma agrária no Alto Sertão da Paraíba no período de 1985 a 2012, considerando que, a partir da segunda metade da década de 1980, começa a se construir no nessa região um movimento que busca não apenas soluções para problemas imediatos, mas o acesso e a permanência na terra vislumbrando liberdade, autonomia e condições de produção da existência, da vida com qualidade. Conceituamos reforma agrária como sendo a possibilidade de o camponês ter acesso a terra, seu principal meio de produção. A terra para o camponês é uma extensão do seu próprio ser, fazendo parte de sua identidade, é a esperança de sobrevivência de sua família no presente e das gerações futuras. A terra, assim como a água são bens naturais usados para a garantia da segurança alimentar e nutricional dos que vivem tanto no campo, quanto na cidade. Neste sentido, a reforma agrária, no nosso entender, significa a devolução da terra aos cuidados de quem dela precisa para produção e reprodução da vida.

As ocupações e saques, ações coletivas diretas e transitórias ocorridas durante a última grande seca (1979-1983), surgiram sob conjuntura crítica, na qual a vida do trabalhador e a existência de sua família estavam ameaçadas pela absoluta falta de alimentos, portanto, desaparecendo logo que satisfeitas suas necessidades imediatas. Esse era o cenário que se repetia a cada grande seca antes dos camponeses e camponesas se organizarem na busca de outras formas de enfrentamento da situação, em momentos de grandes estiagens.

O movimento no Alto Sertão paraibano, cuja base social é constituída por camponeses sem-terra vem, nas últimas décadas, construindo uma nova práxis no exercício da cidadania ativa². O enfrentamento dos trabalhadores seja com grileiros ou com o Estado, quando se trata de terras públicas, ou ainda pela desapropriação de terras de propriedade privada, ditas improdutivas, tem gerado conflitos que, em determinados momentos, se acirraram acarretando desde ameaças e expulsões de trabalhadores, passando pela destruição de lavouras até outras formas de pressão como prisões. Constata-se que nesses momentos a luta ganhou força à medida que, ao denunciarem as injustiças sociais não só no que diz respeito à concentração de terras e a privação em relação ao acesso à água, mas com relação à carência ou ausência de serviços de educação e saúde, ampliam suas demandas por melhores condições de vida, ampliam a luta por direitos sociais historicamente negados (SILVA, 1997).

²Adotamos nesse texto a noção “cidadania ativa” como “a participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder, ou os poderes. A expectativa de mudança existe e se manifesta na exigência de direitos e de cidadania ativa; o que se traduz, também, em exigências por maior participação política”. (BENEVIDES, 2000: p.20-194).

Resgatar e sistematizar essa História é pertinente tanto do ponto de vista acadêmico, como social e político. O registro da memória desse processo do ponto de vista da História é ainda uma lacuna nos estudos desenvolvidos sobre esse movimento no Alto Sertão paraibano. O propósito desta pesquisa é investigar o processo histórico de Reforma Agrária nessa região no período compreendido entre 1985 a 2012, procurando mostrar o processo de ocupação do espaço sertanejo, nele sendo destacada a importância da atividade algodoeira não só para a economia do sertão paraibano, como também para manutenção das relações de trabalho não tipicamente capitalistas, servindo de amortecedor para os conflitos entre os latifundiários e os camponeses. O trabalho também procura mostrar a primeira fase das lutas em áreas públicas e o processo de formação da Comissão da Pastoral da Terra (CPT)³ no Alto Sertão paraibano. Outro aspecto pesquisado no trabalho é a segunda fase das lutas que se deu em áreas privadas e a criação e atuação da Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP), identificando-se as principais mudanças que ocorreram na vida das pessoas envolvidas nesse processo – camponeses beneficiários da reforma agrária nesse espaço, bem como, os impactos dessas mudanças na região.

Acreditamos que uma imersão nessa realidade trouxe informações importantes sobre o cotidiano dos assentados da reforma agrária, identificando as principais mudanças que ocorreram em suas vidas, principalmente na relação com a terra. Como se trata de uma região localizada em pleno Semiárido, observamos que além da luta pela terra, também há a luta na terra, onde identificamos as estratégias de convivência com o semiárido, adotadas por esses sujeitos e como isso tem ajudado na sua sobrevivência e no enfrentamento dos problemas inerentes a essa região.

Vários estudos já foram desenvolvidos desde o surgimento dos primeiros assentamentos de reforma agrária, geralmente estudos de caso. Estamos cientes dos limites de um trabalho dessa natureza, considerando as limitações impostas pelo tempo que dispomos. No entanto, a história desse percurso foi sistematizada, trazendo uma visão geral dos processos, fatos e conquistas do povo na luta pela terra e na terra, nessa região, na busca de melhoria das condições de vida.

³ Fundada durante ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT teve importante papel na defesa das pessoas contra a crueldade deste sistema de governo, que só trabalhava para garantir os interesses da grande elite nacional e do grande capital financeiro. A CPT nasceu ligada à Igreja Católica, numa época em que esta possuía certa influência política e cultural, não sendo molestada pela ditadura. No entanto, a repressão acaba atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares ligadas a CPT (GOHN, 1995).

Dessa forma, ao resgatar a história da luta pela terra no Alto Sertão Paraibano, este trabalho torna-se um convite à comunidade acadêmica para novas investigações, tanto sobre o tema da Questão Agrária e dos Movimentos Sociais do Campo, como sobre uma infinidade de questões pertinentes à vida das comunidades rurais nessa região.

Os referenciais teóricos que embasam esta pesquisa são, em sua maioria, referentes à Questão Agrária e aos Movimentos Sociais do Campo e fornecem um apanhado geral sobre o tema, destacando-se os trabalhos de Carvalho (2005), Fernandes (2001), Gohn (1995), Moreira e Targino (1997), Moreira (1997), Stédille (1994) e Martins (1990), entre outros considerados também referências no estudo sobre as lutas pela a terra e a questão agrária no Brasil e na Paraíba.

No primeiro momento da pesquisa foi realizada a revisão bibliográfica acerca da temática, utilizando como fonte tanto a literatura especializada, como informações atualizadas levantadas no meio acadêmico, pesquisas anteriores que auxiliaram no aprofundamento e compreensão do objeto em estudo e na análise dos dados. A bibliografia acerca da temática foi consultada de forma ampla, focando nas produções mais recentes, sem deixar de lado os autores clássicos que embasam a pesquisa.

No levantamento dos dados envolveu-se as pessoas abordadas, de forma participativa, atendo-se ao alcance dos objetivos propostos. Pois, consideramos importante a participação ativa dos sujeitos abordados por proporcionar a oportunidade de maior aproximação com a realidade em estudo e, portanto, maior acesso aos fatos a serem elucidados. Com isso, nos aproximamos o máximo possível da pesquisa de caráter qualitativo. No entanto, sabemos que não é possível descartar o uso de instrumentos da pesquisa quantitativa sempre que se fizer necessário, como por exemplo: dados da população assentada, sobre a área de conquista do movimento em termos hectares, dados sobre divisão de terras e etc.

Uma fase fundamental para este trabalho foi a coleta dos dados junto aos Movimentos Sociais como: Comissão Pastoral da Terra do Alto Sertão da Paraíba (CPT-Sertão-PB), Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP). Foi realizada a pesquisa de campo, mediante entrevistas que foram gravadas em áudio, transcritas e analisadas com o intuito do registro fiel das informações necessárias para a construção deste trabalho.

Para levantar informações sobre a memória da luta pela Reforma Agrária no Alto Sertão Paraibano, foram entrevistadas pessoas que estão nesse processo desde os primeiros momentos. Entre estas, encontram-se aquelas que, no início ainda eram crianças e cresceram na luta como Antônio Cleides Gouveia (hoje um dos coordenadores da CPT-Sertão-PB) e Maria Elza Gomes (atualmente Técnica da CAAASP). Os entrevistados escolhidos são de fundamental importância nesse trabalho por estarem, em nossa opinião, entre as principais pessoas que guardam o conhecimento sobre a História da luta pela terra no Alto Sertão paraibano.

Maria do Socorro Gouveia, uma das fundadoras da CPT-Sertão, acompanha essa História desde as ações das Comunidades Eclesiais de Base, da Pastoral Rural e depois como fundadora da CPT. Dedicou toda a sua vida ao apoio à luta pela democratização do acesso à terra nessa região, apoiando os camponeses, mas também ajudando os companheiros e companheiras que durante essas três últimas décadas vêm integrando as equipes de apoio ao camponês. Foi coordenadora da CPT, foi uma das idealizadoras da CAAASP da qual foi também dirigente. Hoje assentada no Assentamento Acauã, continua prestando inestimável colaboração à luta investindo na formação da juventude.

Antônio Cleides Gouveia, um dos coordenadores da CPT-Sertão-PB, cresceu nessa luta e se dedicou inteiramente ao trabalho de orientação e de apoio aos camponeses, ajudando-os desde os acampamentos, na busca da conquista da terra e das condições de produção social da vida após conquistá-la. Inclusive, é uma das pessoas que tem lutado incessantemente pelo acesso dos jovens assentados à educação escolar, especialmente a educação profissional, firmando parceria com a Escola Agrotécnica Federal de Sousa (EAFS) atual IFPB- Campus de Sousa onde dezenas de jovens já foram formados. Atualmente integra o Conselho da CPT - Regional Nordeste II com sede no Recife-PE.

Antônio do Nascimento Sobrinho, conhecido no movimento por Antônio da Viúva, é um dos integrantes da luta pela terra desde o início na segunda metade dos anos 1980, quando integrou a luta em Três Irmãos, Triunfo – PB, que é uma das primeiras lutas pela terra no Alto Sertão. Foi presidente da Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Três Irmãos e uma das pessoas que se dedicaram à organização dos Camponeses na luta pela terra e pelas condições de nela permanecerem e poderem garantir a sua segurança e soberania alimentar. Com a experiência acumulada em Três Irmãos, em 1995, quando teve início a luta pela desapropriação de terras de propriedade privada em Acauã, integrou o coletivo, prestando

apoio aos companheiros e, finalmente, deixou Três Irmãos tornando-se um dos assentados em Acauã. Foi um dos agentes mais atuantes da CPT-Sertão-PB e, posteriormente, presidente do Sindicato Rural de Aparecida (STRA), um dos mais expressivos no Alto Sertão. Pela sua História desde a situação de morador, de integrante da luta pela terra, líder de reconhecida importância pela experiência acumulada, a sua contribuição nessa pesquisa é de significativa importância.

Padre Domingos Cleides, adepto da Teologia da Libertação, foi uma das pessoas que deram apoio à luta pela terra no Alto Sertão, especialmente em Três Irmãos. Na época era coordenador diocesano em Uiraúna e vigário da Paróquia Menino Jesus em Triunfo - PB onde desenvolvia importante trabalho de catequese através da Pastoral Rural. No momento da luta em Três Irmãos, enviou agentes dessa pastoral para apoiar o movimento e ele próprio se dedicou à organização dos camponeses nas diferentes fases do conflito em Três Irmãos. Foi intermediário nas negociações entre os camponeses e as autoridades estatais pela demarcação dos lotes, desenvolveu campanhas para garantir alimentação dos camponeses durante os embates e, conquistada a terra, continuou colaborando na elaboração e encaminhamentos de projetos tanto para melhoria das residências, como para construir as primeiras ações de garantia de melhoria das condições de vida na comunidade. Padre Cleides, como autoridade religiosa, representa uma das mais significativas figuras na luta pela terra nessa região.

Josefa Alves Vieira, conhecida como Nelsa, integra a luta na fase de reivindicação pela desapropriação de terras privadas. Professora no município de Cajazeiras. Nelsa logo cedo é incorporada pela CPT à equipe dos principais colaboradores, se tornando líder no conflito pela desapropriação das terras onde hoje é o Assentamento Frei Damião e onde é assentada. Foi Presidente da Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano, onde lutou incansavelmente pelo desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária no Alto Sertão. Atualmente, embora não mais na presidência, continua integrando a equipe da CAAASP. A importância da Nelsa nessa pesquisa se justifica pela sua longa experiência no acompanhamento das áreas de Assentamento, na organização e apoio as Associações de Assentamentos e aos assentados, particularmente. Nelsa é portadora de uma visão de totalidade de todos os assentamentos na região do Alto Sertão e de suas conquistas e desafios na região Semiárida.

Maria Elza Gomes nasceu e se criou na comunidade de Três Irmãos, acompanhando, desde criança, a luta das famílias pela terra-de-trabalho e pelas condições de nela permanecer

produzindo com dignidade. Foi coordenadora da Associação dos Assentados de Três Irmãos, agente da CPT Sertão onde prestou grande colaboração à luta pela terra em diferentes outras áreas do Alto Sertão, acumulando conhecimento sobre a história de luta pela terra na região.

Atualmente integra a equipe de técnicos da Assistência Técnica e Social (ATES) da CAAASP. Logo cedo se dedicou a aprofundar a compreensão sobre o paradigma da convivência com o Semiárido acompanhando os camponeses na construção e experimentação das tecnologias de convivência com o Semiárido, na Agricultura Familiar Camponesa e na Agroecologia.

Alexandro Alves Coelho, conhecido como Alex, agricultor familiar, assentado em Acauã, é uma das pessoas que acompanharam a luta pela terra no Alto Sertão, auxiliando a Comissão Pastoral da Terra. Quando conquistou o seu pedaço de terra no Assentamento Acauã, se dedicou seriamente as atividades da agricultura e criação de pequenos animais, experimentando todas as possíveis alternativas, enquanto assentado, de produção na região semiárida. Atualmente continua na sua atividade de Agricultor, entrou para o IFPB (Campus de Sousa) e se dedica aos estudos de Agroecologia.

Considerando a carência de tempo e a dificuldade em se manter um convívio mais prolongado com os indivíduos entrevistados, foram utilizados como instrumentos de pesquisa, os jornais que noticiaram os conflitos e a entrevista semiestruturada, como descrita por Marconi e Lakatos (2002), em que os sujeitos entrevistados possuem liberdade para falar sobre o assunto sem serem forçados, podendo expressar opiniões e sentimentos, sendo o papel do investigador incentivar o entrevistado a falar sobre o assunto. Portanto, foram elaboradas questões abertas onde o entrevistador adotou um roteiro previamente estabelecido, construído com base nos objetivos do trabalho e embasado na fundamentação teórica, buscando averiguar o processo histórico de Reforma Agrária no Alto Sertão da Paraíba. Cabe destacar que as informações coletadas na entrevista semiestruturada foram cruzadas, confirmadas ou contrastadas com os dados, informações coletadas.

Para construção da dissertação optamos por uma pesquisa qualitativa, por reconhecer tal modalidade de pesquisa como “um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação” (OLIVEIRA, 2010, p.37), esse trabalho

será socializado com os colaboradores do estudo, como também os próprios assentados do Alto Sertão Paraibano.

Desse modo, a abordagem escolhida para a construção deste trabalho possibilitou uma aproximação dos “efeitos e impactos” do resultado da pesquisa enquanto conhecimento social, historicamente elaborado no dia-a-dia das pessoas, na sua realidade. Compreende-se que esta escolha exige, da parte do pesquisador, um efetivo empenho em produzir o saber por meio da análise coletiva baseada em sistemas de discussão em que os investigados tomam parte do processo ao nível do investigador. (DEMO, 2008).

A presente pesquisa foi realizada na região conhecida como Alto Sertão Paraibano. Esta expressão é utilizada na Geografia Física para indicar a região serrana que faz limite entre o estado da Paraíba e o estado do Ceará. Ocorre também, que essa área foi definida dessa forma pelo IBGE no ano 1945, ao serem realizadas as subdivisões do território nacional em regiões fisiográficas adotadas no censo de 1950(MOREIRA, 1988). Optamos por utilizar a delimitação da área e a expressão Alto Sertão da Paraíba, como ela é comumente definida nos discursos dos movimentos sociais, que surgiram a partir dos movimentos da igreja.

A delimitação utilizada pela CPT, para a Paraíba, é a delimitação das dioceses, sendo estas: Arquidiocese da Paraíba que é em João Pessoa, a Diocese de Guarabira, a Diocese de Campina Grande, a Diocese de Patos e a Diocese de Cajazeiras. Então os territórios de atuação de cada CPT são delimitados pelo mapa das dioceses (FIGURA 1). De acordo com o coordenador da CPT-Sertão-PB, Antônio Cleides Gouveia, não só as entidades ligadas à igreja utilizam esta delimitação, entidades ligadas a Articulação do Semiárido da Paraíba - ASA-PB, criada 1993, utilizam as denominações relativa as delimitações das Dioceses para a região de atuação das entidades. Esta uma delimitação criada pelos movimentos da região, não pelo Estado.

A região que compreende a Arquidiocese da Paraíba é denominada de Litoral, a que compreende a Diocese de Guarabira é denominada Brejo, a que compreende a Diocese de Campina Grande é chamada de Borborema, a que compreende a Diocese de Patos é denominada Médio Sertão e finalmente a que compreende Diocese de Cajazeiras é dito como Alto Sertão Paraibano. A região chamada de Médio Sertão Paraibano é dividida em foranias através da igreja e essas foranias eram os vales e as serras. Já no Alto Sertão, era dividido pelos zonais, como o Zonal polarizado por Catolé do Rocha, o Zonal de Pombal, o Zonal de Itaporanga que é também Vale do Piancó, no entanto uma parte compreendida, por esta região que reunia as Comunidades Eclesiais de Base, a Romaria da Terra, os projetos da Cáritas⁴ e o acompanhamento da CPT-Sertão-PB, acaba por estar relacionada ao Zonal de Itaporanga, pois este tem uma maior proximidade com Cajazeiras, já Piancó tem maior proximidade com Patos. Há também a divisão dos Territórios de Cidadania, que compreende o Território de Catolé do Rocha, Território de Cajazeiras, Território de Souza, o Território de Pombal e o de Piancó com outra divisão a parte por ter uma identidade própria.

Os resultados da pesquisa estão organizados em três capítulos apresentados da seguinte forma:

Capítulo 1 – O percurso da pesquisa: a questão agrária, os movimentos sociais e os impactos da modernização no campo – são mostrados o problema da concentração de terra no Brasil e os passos percorridos na pesquisa, apresentação dos entrevistados e quais os documentos pesquisados, além de ser apresentada a organização do trabalho. Neste capítulo encontra-se uma discussão teórica acerca da temática.

Capítulo 2 – Da hegemonia à crise do algodão no Brasil e na Paraíba. Neste capítulo será mostrado o percurso da cultura do algodão passando pelo seu auge até sua crise em 1984, explicando-se como se davam as relações de trabalho nessa cultura e o desmantelamento destas relações de trabalho que ocorreram com a crise do algodão.

⁴Criada em 1956 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para articular as obras sociais católicas. Nos anos 1980, a Cáritas inicia os trabalhos na educação popular, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Organismos e Pastorais Sociais (CIMI, CPT, CPO) e foram renovando a sua metodologia de ação. A nova estratégia exigia um estudo da realidade para melhor compreendê-la. Hoje, a Rede Cáritas Brasileira tem atuado na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário, na perspectiva de políticas públicas.

Capítulo 3 – A CPT e a Reforma Agrária no Alto Sertão da Paraíba. É relatado as lutas iniciais em áreas públicas, bem como a própria criação da CPT no Alto Sertão da Paraíba, mostrando a relação desta entidade com os camponeses e suas principais vitórias em áreas públicas.

Capítulo 4 – A luta pela terra em áreas privadas e a luta na terra. Mostramos às lutas em áreas privadas iniciadas no ano de 1995, dando destaque a luta de Acauã. É apresentado nesse capítulo também, o papel da CAAASP no acompanhamento dos assentamentos em sua luta na terra.

Nas Considerações finais, apesar de ser o último capítulo, não pretende ser ou trazer palavras finais nesta reflexão. Ao contrário, este texto pretende, a partir dos elementos pesquisados e de algumas considerações conclusivas, ampliar as reflexões.

1.2. A Questão Agrária e os Movimentos Sociais

As transformações que ocorrem nas formas de organização do trabalho e de produção, do nível de renda, emprego e produtividade dos camponeses, estão ligadas a questão agrária. Analisar a função que a agricultura realiza neste processo e, principalmente, o impacto redistributivo que ela pode ter fora de suas fronteiras, isto é, entre a população urbana tem sido objeto de análise nas obras de diversos autores, com a finalidade de interpretar o Brasil através da questão agrária.

A questão agrária brasileira é um tema que desperta interesse da ciência econômica na atualidade e é estudada primordialmente sob a visão macroeconômica, referindo-se, sobretudo a questões socioeconômicas e envolvendo não somente o campo, bem como a cidade.

Muitas vezes, este tema é discutido levando em consideração a questão agrícola e a sua representação no mercado produtivo: a oferta, a demanda e os preços dos produtos agrícolas representando uma visão microeconômica de análise. Outra forma em que o tema é discutido é sob um aspecto mais fundiário: estudando as formas de propriedade e distribuição de terras, a reforma agrária e sua funcionalidade, como também as relações sociais e de trabalho no campo. Como é analisado por Manuel Correia de Andrade:

O Brasil é um dos países do mundo cuja estrutura fundiária se caracteriza pelo domínio absoluto da grande propriedade subexplorada, do latifúndio. Quando analisamos os dados estatísticos disponíveis, observamos que há uma grande quantidade de minifúndios, de propriedades de extensão exígua, ao lado de um número relativamente pequeno de grandes propriedades que entretanto ocupam mais de $\frac{3}{4}$ da área apropriada no país. Fato que indica que a grande maioria dos agricultores brasileiros ou não possui terras próprias, tendo que trabalhar em terras alheias, em condições as mais desfavoráveis, face ao sistema de relação entre empregado e patrão no meio rural, ou as possui, mas estas são insuficientes para a manutenção da sua família, necessitando cultivar além das suas, as terras dos grandes proprietários, nas condições impostas por estes. O mecanismo de complementação do latifúndio com o minifúndio funciona de forma a favorecer o grande proprietário, uma vez que a existência de pequenos proprietários nas proximidades dos latifúndios permite que estes disponham de uma fonte inesgotável de mão-de-obra, o chamado “exército industrial de reserva”, á qual recorre nas ocasiões em que necessita, usando os pequenos proprietários como trabalhadores ocasionais, “como clandestinos”, sem ter uma relação contratual que os sujeite às obrigações sociais, trabalhistas (ANDRADE, 1980, p. 23).

A partir da década de 1980, todas estas abordagens sobre a problemática agrária foram amplamente pesquisadas, dando ênfase aos estudos acerca das consequências da industrialização e modernização da agricultura brasileira que influenciam no processo de transformação capitalista no campo.

Na década de 1980, a crise da economia brasileira, a emergência da crise urbana decorrente do inchaço das grandes cidades (fruto do intenso processo migratório resultante das transformações promovidas pelo processo de modernização da agricultura), o crescimento do desemprego rural e urbano, a redemocratização do país e a reorganização do campesinato com a consolidação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a emergência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), propiciaram a reabertura do debate sobre a questão agrária brasileira. As ações levadas a efeito pelos governos democráticos que se sucederam a partir de 1985, porém, limitaram-se à resolução de alguns conflitos não extintos pela ação do latifúndio, amparadas no aparelho repressor do Estado (polícia, justiça), por meio da desapropriação e do assentamento de parcela dos trabalhadores sem terra. A política agrária da Nova República, consubstanciada no I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), mostrou-se um fiasco (MOREIRA e TARGINO, 2012, p.2).

Os Movimentos Sociais no Campo e a questão da Reforma Agrária são duas temáticas que estão profundamente vinculadas e que estão sendo vastamente discutidas na atualidade. A Reforma Agrária brasileira é hoje uma das questões nacionais mais expressivas, necessitando de compromisso político e empenho das autoridades para democratizar o acesso à terra e garantir as condições imprescindíveis à produção e, conseqüentemente, à permanência do homem no campo. Sua origem está na histórica formação do latifúndio no Brasil que teve raiz na forma de ocupação do espaço territorial pelos colonizadores portugueses com base na grande propriedade, onde se constata uma alta concentração de terras, violenta fragmentação da propriedade fundiária dos pequenos proprietários, o camponês, concentração de renda e pobreza generalizada (FERNANDES, 2001).

A história da exclusão da maioria, pela pobreza generalizada, gerada pela concentração de renda, pela histórica expropriação dos que vivem da terra, como também na terra é causada diretamente pela concentração de terras no Brasil. Além disso, essa concentração de terras nas últimas décadas é responsável pelo desemprego no campo, onde a expansão da monocultura e mecanização da produção, no modelo econômico e tecnológico dominante na agricultura brasileira estão materializados no agronegócio. Este modelo amplia a concentração de terras, dos recursos naturais e da renda. Sem considerar os prejuízos à natureza pela destruição da cobertura vegetal e contaminação ambiental pelo uso indiscriminado de agroquímicos e tantos outros aspectos que caracterizam esse modelo dominante (CARVALHO, 2005).

Cabe destacar que a relação do camponês com a terra é primordial para o seu sustento. Entendemos os camponeses como sendo produtores livres, “autônomos”, com características de se agrupar em comunidade, possuindo traços solidários e laços primários de parentesco e de vizinhança. A busca de sua permanência e reprodução numa mesma “terra” é marcada por um apego a esta propriedade, sendo esta a marca do sucesso de seu modo de vida, e fonte do cuidado com o seu ambiente (LEMOS 2008). Desse modo é considerada por ele uma fatalidade a necessidade de migração, e a expulsão desse camponês da terra, que é o seu meio de sustento, uma degradação inaceitável (CARVALHO, 2005). Essa relação é realizada de forma transparente e mítica, onde o camponês entende que a “terra é para todos”, a origem dessa relação está vinculada essencialmente com a promessa de um lugar onde camponês possa retirar o seu sustento, fazendo a terra receber a personificação de “mãe terra” (LEMOS

2008). O camponês, portanto, possui uma relação dialética com a terra entre homem, natureza e vida.

As consequências da concentração de terras atingem, não somente o campo, mas também a cidade. A causa desta concentração de terras é a expansão do capitalismo no campo, onde sua gênese:

[...] reside fundamentalmente na transformação da renda da terra (pré-capitalista ou já capitalista) em capital agrário, na colocação da renda da terra a serviço da acumulação do capital agrário (ao invés de desviá-la para aplicações comerciais e/ou industriais). O outro lado deste processo de gênese é o de adensamento do mercado de mão-de-obra livre, inteiramente despossuída, completamente desenraizada de qualquer economia autônoma, mão-de-obra que pode ser assalariada temporariamente (os chamados *volantes*), (GORENDER *apud* STÉDILE, 1994, p.35-36).

Esta mão-de-obra livre, totalmente despossuída do seu meio de subsistência, é obrigada a emigrar para a periferia das grandes cidades se abrigando em favelas, vivendo muitas vezes em condições subumanas, sem infraestrutura, sem acesso à educação de qualidade, assistência à saúde, morando precariamente e sem esperança de garantia de emprego. Uma “dinâmica perversa, que fabrica miséria e bloqueia o desenvolvimento” (SAMPAIO e FILHO, 2005). Estes são alguns dos aspectos do que se pode evidenciar como consequências do monopólio das terras nesse país, tendo em vista que o camponês entende a terra como “um bem natural” (MARTINS. 1982, p.159) que deve estar à serviço da vida e não à serviço da acumulação.

No último século, a luta pela terra no Brasil, tem se apresentado como uma batalha de camponeses que reivindicam, não somente a terra, seu principal meio de produção, como por direitos e contra as consequências da expansão do capitalismo que muito tem afetado seu modo de vida e subsistência.

Em essência, o seu caráter radical está no obstáculo que representa à expansão do capitalismo, na afirmação do valor de troca, sobre a mercadoria, enquanto tal, sobre o trabalho alienado, na resistência da transformação da terra em monopólio, na afirmação de um modo de

vida e trabalho que tem evidentemente uma conotação comunitária. Uma organização em que a participação de todo é de outro tipo e em que a distribuição do produto material e espiritual é de outro tipo (CARVALHO, 2005 p. 163-164).

Estas lutas são descritas por Carvalho (2005), como uma necessidade de quebrar a ordem estabelecida onde se desfavorece o camponês e este autor apresenta alternativas de saídas mais humanizadas, consideradas por ele mais justas, levando em consideração o modo de vida camponês, que vive aprendendo com a natureza, convivendo de forma harmônica com o meio ambiente. Nesse movimento, tem-se discutido e construído novos conhecimentos na relação entre os sujeitos, com o Estado e com o meio ambiente. A resistência ao monopólio da propriedade da terra não se encerra em si só, porém gera outras frentes de luta na esteira da transformação das estruturas vigentes, tendo como horizonte a construção de outro modelo de desenvolvimento. Essa reação gera conflitos, mas aos poucos mudanças vão ocorrendo, mesmo que de forma lenta.

Como uma das dimensões da questão agrária, a reforma agrária é, segundo Fernandes (2001), compreendida pelas questões econômicas, sociais e políticas, sendo, portanto, um elemento estrutural e, na concepção desse autor, não pode ser solucionado, mas abrandado mediante políticas públicas ou ainda pela pressão política feita pelos Movimentos Sociais do Campo que se expressam em ocupações, marchas como o grito da terra e outras formas de pressão. Em cada momento histórico o movimento persiste e os problemas são restaurados, conforme a conjuntura, mas são essas ações que têm contribuído, inclusive, para modificá-la.

Nesse contexto, os movimentos sociais camponeses são herdeiros de reivindicações ou experiências desde o Século XIX, onde governos como o do México, Nicarágua, Brasil e outros países latino-americanos adotaram políticas de monopolização das terras, instituindo leis destinadas a se apropriar de terras das comunidades indígenas, expulsaram os camponeses de terras ocupadas por eles, transformaram trabalhadores rurais autônomos em vendedores de força de trabalho e incentivaram o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo. As políticas de demarcação e nomeação adotadas privatizaram terras devolutas, tribais, comunais, camponesas, ocupadas e destinaram-se a favorecer os grandes negociantes, latifundiários, fazendeiros e empresários nacionais e estrangeiros conforme Ianni (*apud* SANTOS, 1985).

No Brasil, as lutas e movimentos sociais que aconteceram na década de 1980 lançaram os alicerces de construção de um novo paradigma de ação social. Dentre as principais lutas, movimentos, e eventos relacionados à questão da terra salientados por Gohn (1995), podem-se destacar o Encontro Nacional dos Sem-Terra dos Estados do Sul no ano de 1983, que definiu as diretrizes básicas dos Sem-Terra e que colocou a questão da ocupação de terras como um dos princípios que regiam o direcionamento das lutas para se pressionar o governo pela Reforma Agrária; o Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra que ocorreu em Curitiba no ano de 1985, onde se criou oficialmente o Movimento dos Sem-Terra em âmbito nacional, demandando por uma Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores. Deve-se destacar como marco histórico a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que instituiu a Função Social da Terra.

Para João Pedro Stédile, o conceito de Reforma Agrária no Brasil considerado como o mais adequado, é aquele utilizado pelos movimentos sociais, a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as forças progressistas em geral que consideram:

[...] que o Brasil enfrenta um grave problema agrário que é a concentração da propriedade da terra, e que portanto, para resolver esse problema, é necessário realizar um amplo programa de desapropriações de terra, de forma rápida, regionalizada, e distribuí-la a todas as famílias sem-terra, que são 4,5 milhões em todo Brasil (FERNANDES E STÉDILLE, 1999, p.160).

O que corrobora com o que afirma Fernandes (2001), que a Reforma Agrária, que se busca através dos movimentos sociais estabelece novas regras e normas que disciplinam a estrutura agrária do País, visando à valorização do trabalhador enquanto pessoa humana e procurando a elevação da produção, com o uso racional da propriedade agrícola e de técnica adequada, beneficiando a população rural. De acordo com essa noção de Reforma Agrária, o minifúndio e o latifúndio são considerados formas menos adequadas de produção e devem ser combatidos igualmente.

Nesse panorama, a Reforma Agrária na Paraíba surgida através dos movimentos sociais, nasce a partir de lutas organizadas, relacionada às políticas de resistência à exploração e expropriação, com sua gênese nas Ligas Camponesas criadas no Nordeste em meados da

década de 1950. As Ligas Camponesas colocaram a questão agrária em evidência. Essa luta, presente até a atualidade, torna evidente aspectos da realidade do campo em âmbito nacional, expressando conotações religiosas, raciais, étnicas, regionais, culturais e outras de transformação e mudança do trabalhador rural para cidadão, de camponês para membro do Estado nacional (IANNI *apud* SANTOS, 1985). O município de Sapé-PB é considerado como a principal referência histórica relacionada com os embates, que ocasionaram a morte de vários camponeses, especialmente a sua principal liderança, João Pedro Teixeira (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Na conjuntura dos anos de 1950 e 1960 o cenário de lutas no campo, na busca de garantia de acesso a terra, ganha nova configuração com o movimento que ficou conhecido como Ligas Camponesas. Os camponeses do Engenho Galileia, em Pernambuco, em meados de 1950, na luta pela desapropriação das terras desse Engenho, marcaram a História do campesinato brasileiro, desencadeando um amplo movimento pela reforma agrária radical sob o lema “reforma agrária na lei ou na marra”. Esse movimento foi considerado por alguns autores como marco na emergência de lutas camponesas de caráter eminentemente político no Brasil, imprimiu outro sentido organizativo às reações dos camponeses contra as forças políticas oligárquicas, se alastrando pelo Brasil até o golpe militar de 1964 quando suas lideranças foram presas ou exiladas. Foi um caminho alternativo de organização e mobilização das massas camponesas que ganhou expressão nacional lançando as raízes dos movimentos políticos pela democratização do acesso à terra que se desenvolveram no campo brasileiro nas últimas décadas:

As Ligas camponesas, a partir do seu ressurgimento em 1955, deixaram de ser organizações para se tornarem um movimento camponês que contagiou grandes massas rurais e urbanas, com ampla repercussão nacional e internacional. Não se pode negar a importância que desempenhou entre 1955 e 1964, na criação de uma consciência nacional em favor da reforma agrária. Foi também, o movimento precursor, no Brasil da insurreição armada camponesa, baseada nos postulados da preparação guerrilheira. (MORAIS, 2006, p.71).

Na Paraíba, a situação dos camponeses sob o jugo dos latifundiários sempre foi extremamente complexa, especialmente na região da Zona da Mata no Litoral e Brejo onde se instalaram a maioria dos engenhos. Marcados pela expropriação, exploração do trabalho sob

pesada opressão e submetidos à precárias condições de vida ao longo dos séculos desde a colonização, “os camponeses não aceitaram passivamente essa situação” (PEREIRA, 2005, p.68).

Na conjuntura de expansão das Ligas Camponesas, a partir de Pernambuco, os camponeses na Paraíba se organizaram e fundaram em 1958, a Associação dos Lavradores Agrícolas de Sapé, embrião da Liga Camponesa que acabou ganhando destaque nacional como instrumento de protesto contra o cambão, o foro, o barracão, a falta de direitos trabalhistas e de luta pela Reforma Agrária. Com aproximadamente 1500 moradores do Engenho Miriri, que ocupavam parte do município de Sapé e parte de do município de Mamanguape, essa Liga foi a base do movimento na Paraíba. A partir daí, sob a liderança de João Pedro Teixeira, Nêgo Fuba e Pedro Fazendeiro, à medida que iam alcançando vitória, outros camponeses de outras localidades foram se associando. Logo foram criadas mais 17 Ligas na região e em 1961 foi criada a Federação das Ligas Camponesas da Paraíba, reunindo mais de sete mil camponeses. (PEREIRA, 2005).

Em 1962, João Pedro Teixeira, considerado como a mais expressiva liderança desse movimento, foi brutalmente assassinado a mando de Agnaldo Veloso Borges, dono da fábrica Tibirí, em Santa Rita, o mesmo que mandaria executar a sindicalista Margarida Maria Alves, 21 anos depois.

A violência dos latifundiários quis silenciar a luta eliminando o maior líder que os trabalhadores rurais da Paraíba conheceram. Companheiros de João Pedro, que conviveram com ele, que participaram de sua luta, testemunham a extraordinária qualidade revolucionária do camponês paraibano que estava promovendo, no campo, uma verdadeira revolução cultural (PEREIRA, *op.cit*, p.72).

Apesar da repressão que se estabelece com o golpe militar de 1964 e, particularmente da violência dos latifundiários na região da Zona da Mata na Paraíba, ali foram plantadas as sementes do movimento pela Reforma Agrária, ganhando força e expressividade a partir da década de 1980, e se expandindo por outras regiões do estado com o apoio da Igreja Católica mediante as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) Pastoral Rural e, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, posteriormente, dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sobre este fenômeno, o pesquisador Ivan Targino destaca:

(...) na segunda metade dos anos cinquenta, pela primeira vez na Zona da Mata e porque não dizer na História do Brasil, vai surgir um movimento de massa expressivo junto aos trabalhadores rurais, reivindicando explicitamente a mudança na estrutura fundiária, isto é, organizado em torno da bandeira da reforma agrária (TARGINO, 2002: p.152).

Desarticuladas as Ligas com o golpe militar de 1964 e apesar do longo período de repressão que durou 21 anos e da violenta reação dos latifundiários sempre protegidos pelo estado, as reivindicações básicas das Ligas foram incorporadas pelos Sindicatos Rurais. Na década de 1980, na conjuntura da redemocratização dos pais e mais especificamente no período de elaboração da constituição de 1988, a sociedade civil organizada no campo e na cidade se mobiliza para garantir seus direitos. No que se refere ao acesso e uso da terra, os movimentos sociais e sindicais do campo impulsionam a aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e a inclusão no artigo 184 da Constituição, da função social da terra, prevista no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) e ignorada durante o período militar.

Nessa conjuntura da chamada redemocratização do país, a herança deixada pelas Ligas Camponesas na Paraíba emerge ganhando força e avançando na luta pela democratização do acesso e uso da terra, pelas condições de produção e de na terra poder permanecer. Lutas que, na sua maioria, se acirram com o processo de proletarianização e marginalização a que são submetidos os trabalhadores expulsos do campo em consequências das transformações que se aceleram nesse espaço.

Com o apoio da Igreja Católica, inicialmente através das CEBs, da Pastoral Rural e, posteriormente, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) surgida em 1975, os camponeses se organizam e resistem na luta pelo direito à terra de trabalho. A Pastoral Rural da Paraíba, em 1988 se vincula a Comissão Pastoral da Terra em âmbito nacional e continua apoiando os camponeses, inclusive prestando assessoria jurídica. A luta se estende rapidamente na região do Agreste e Brejo, se estendendo pela Zona da Mata, a Região da Borborema e avançando para o Sertão. O Alto Sertão Paraibano, na segunda metade dos anos de 1980 e início da década de 1990, vai ser palco de luta pela terra e de conflitos. Primeiro com grileiros de terras públicas (ex-proprietários) e em propriedades privadas. Esse foi o começo de um movimento na região que avançou ganhando expressão até hoje.

A história das Ligas Camponesas oferece um caminho a ser seguido e a possibilidade de uma ampla gama de lições que levam a compreensão dos acertos e erros da ação política realizada com determinação por parte dos trabalhadores rurais. O ideal e as formas de luta e o comprometimento das Ligas Camponesas são características que ainda hoje perduram nos movimentos de luta pela terra no Brasil, que são características também desse movimento no alto sertão da Paraíba.

A luta camponesa é uma luta contra o capital, porque ser camponês é ser não-capitalista. Ele pode até se subordinar ao capital em determinado aspecto de sua produção, mas, ele rompe com a lógica do capital, pois, o capital não quer um trabalhador com acesso a terra, ele não quer um trabalhador que seja dono dos meios de produção, ele não quer um trabalhador que consiga por no mercado seu próprio produto, ele quer um trabalhador a serviço do capital. Essas resistências através da luta é uma forma que os movimentos encontraram de se impor ao paradigma do capital, colocando a agricultura camponesa como antagonista à lógica capitalista.

1.3. Os Impactos da Modernização

As mudanças pelas quais o campo tem passado nas últimas décadas, tanto a nível social, ambiental e cultural estão intimamente ligadas com a modernização da agricultura brasileira. Essas transformações relativas à modernização, foram geradas a partir da chamada Revolução Verde, que se constitui de um programa idealizado para aumentar a produção agrícola no mundo por meio do 'melhoramento genético' de sementes(particularmente sementes híbridas), uso intensivo de insumos industriais(fertilizantes e agrotóxicos), mecanização, com uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, como também a redução do custo de manejo. Tanto para países desenvolvidos quanto para os países em desenvolvimento.

Segundo Palmeira (1989), a alteração da base técnica da agricultura, associada de um lado com a indústria responsável por produzir insumos e bens de capital para a agricultura, e por outro, com a indústria processadora de produtos naturais, deu origem à formação ao chamado complexo agroindustrial. O principal discurso da Revolução Verde, portanto, era

erradicação da fome, contudo, esse modelo acabou gerando uma dependência econômica e tecnológica, ampliando a produção de *commodities*, para a exportação e mesmo para o mercado interno, o que agravou a fome e a crise econômica nos países subdesenvolvidos, inclusive o Brasil.

Vê-se, portanto claramente que o processo de modernização se fez acompanhar de unidades de produção cada vez maiores, com uma consequente deterioração da distribuição de renda no setor agrícola. [...] destacado as consequências das políticas de incentivo à modernização na estrutura de ocupação da mão-de-obra agrícola. Como os chamados insumos modernos – especialmente fertilizantes, defensivos e a mecanização – são fortemente subsidiados, as condições de lucratividade das culturas ditas modernas (justamente porque utilizam maiores proporções de insumos modernos) são maiores; ainda mais porque, sendo quase sempre produtos de exportação e/ou de transformação industrial (como cana, café, soja, trigo e etc.), tem sempre uma evolução dos preços relativamente mais favorável do que as culturas tradicionais, que são basicamente produtos alimentícios (arroz, mandioca, feijão, etc.), cujos preços repercutem diretamente no custo de vida. Não é coincidência, portanto, verificar que as culturas “modernas” têm uma lucratividade maior que as tradicionais (SILVA, 1982, p.29-30).

De acordo com Carvalho (2005), os três principais impactos gerados por este processo de modernização do campo estão descritos a seguir:

1. Impactos sociais:

Socialmente, a modernização da agricultura provocou impactos negativos em larga escala, onde inicialmente atingiu o emprego na agricultura. Isso ocorreu essencialmente porque direcionou-se a modernização para as culturas de exportação e/ou para culturas associadas à agroindústria, em que o Estado estimulou a monocultura. Essa tendência veio acompanhada da motomecanização e baseou-se no uso do espaço para a agricultura. Esse processo teve tanto um efeito de substituir mão-de-obra, como de substituir culturas alimentares, extinguindo diversos sistemas de relações sociais existentes no campo, como a parceria, o colonato e os moradores. Além disso, muitas atividades que empregavam mão-de-obra assalariada passaram a ser cumpridas por máquinas, reduzindo o emprego no campo.

Assim, essa agricultura não demonstra capacidade em manter o nível de ocupação do campo pelos trabalhadores rurais, fazendo com que estes tenham que se deslocar para as cidades, representando uma enorme contingente de mão-de-obra não qualificada para o mercado de trabalho urbano, que por sua vez, também não consegue manter o nível de emprego da mão-de-obra qualificada.

Carvalho (2005) aponta como um segundo efeito deste processo modernizador a intensificação de um sistema concentrador do espaço rural, onde vários fatores colaboraram. Dentre eles, as novas tecnologias, que permitiu que a grande propriedade monocultora se estabelecesse em ecossistemas que antes eram considerados inviáveis devido a presença de limitações ambientais. Isso ocorreu devido ao crédito fácil e barato, que estimulou a aquisição de insumos agroquímicos, material genético e equipamentos para a redução desses obstáculos, o que provocou uma forte valorização do capital fundiário. Outro fator está relacionado à tentativa por parte dos pequenos agricultores de se inserir nesse processo de modernização da agricultura, fazendo com que eles acabassem por se endividar, tendo que abandonar suas terras para saldarem suas dívidas, possibilitando que os grandes proprietários adquirissem suas terras a preços baixos. Esse efeito causou o desestruturamento dos diversos sistemas camponeses, mais tradicionais e resistentes ao processo modernizante, levando a fragmentação das pequenas propriedades, da apropriação privada das terras comuns e do avanço dos métodos modernos, o que levou ao rompimento do equilíbrio ecológico e dos recursos naturais dos quais os camponeses dependiam.

As raízes da violência urbana, dos menores abandonados, da prostituição e da fome, se encontram neste modelo de desenvolvimento agrícola excludente:

[...] com a forte concentração de renda, grande parte da população não tem poder aquisitivo para manter um padrão de consumo que satisfaça suas necessidades alimentares. Com a concentração das terras, e a consequente expulsão dos agricultores familiares no meio rural, a oferta de alimentos cai, uma vez que são os sistemas familiares, ainda hoje, a despeito de sempre terem ficado a margem das diretrizes governamentais para o desenvolvimento agrícola, os responsáveis por uma significativa da produção de alimentos básicos que abastece o mercado interno (CARVALHO, 2005, p. 235).

Assim, a combinação do desemprego e da concentração de terras nas últimas três décadas, fez com que milhões de pessoas migrassem para as cidades, em especial para os grandes centros urbanos e capitais, modificando drasticamente o perfil da distribuição da população brasileira em um curto período de tempo. Isso fez com que a qualidade de vida nas grandes cidades se degradasse de forma contínua, uma vez que a oferta de empregos e de infraestruturas urbanas não conseguem se expandir no mesmo ritmo com que chegam novas levas de imigrantes (CARVALHO, 2010).

2. Impactos ambientais:

A modernização da agricultura como resultado do processo de expansão capitalista, trouxe consequências nas transformações do padrão tecnológico que não foram menos drásticas do ponto de vista ambiental. A tendência a homogeneização das práticas produtivas, a simplificação e a artificialização extremada do meio natural introduzida pelos padrões produtivos da Revolução Verde foram acompanhadas de impactos ambientais que se espalharam por todos os ecossistemas do Brasil, ocorrendo a degradação dos solos para o cultivo, comprometendo a qualidade e a quantidade de recursos hídricos, devastando as florestas e campos nativos, empobrecendo a diversidade genética dos cultivares, plantas e animais e contaminando alimentos consumidos pela população.

As características artificiais e homogeneizantes dos métodos modernos de produção, conjuntamente com a uniformização dos hábitos alimentares, vêm estreitando o universo e a base genética das espécies e variedades cultivadas e vêm criando, no plano da agrobiodiversidade, a chamada erosão genética. Isso se deve a busca incessante da máxima produtividade do trabalho pela mecanização, que favorece certos tipos de genótipos, fazendo com que desapareça uma infinidade de espécies e variedades, a maior parte destas desenvolvidas e manejadas milenariamente por populações indígenas e camponesas (CARVALHO, 2005).

Destaca-se também a importância do impacto da agricultura moderna sobre os recursos minerais fósseis não-renováveis, dos quais esta é dependente:

O petróleo, não só é exigido pela motomecanização, mas também na composição dos fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, é um exemplo claro desse fenômeno. As jazidas de fósforo são talvez, desses recursos o mais escasso e que se esgotará mais rapidamente (CARVALHO, 2005, p. 238).

Um dado de fundamental importância para essa discussão diz respeito à origem da Revolução Verde, que é um modelo originário da Europa e dos Estados Unidos e cujos princípios foram desenvolvidos para serem praticados em clima temperado, onde a diversidade ambiental é menor do que a dos trópicos. Destaca-se então que se o uso deste modelo implica no controle das limitações ambientais através mecanismos externos, as chances de sucesso da aplicação generalizada dos seus pacotes tecnológicos se dariam principalmente em um ambiente de características muito homogêneas, o que não é o caso dos ecossistemas localizados nos trópicos, nos quais a diversidade, complexidade e fragilidade ambiental dificultam a aplicação desta lógica.

A natureza e amplitude dos impactos ambientais do modelo da Revolução Verde não deriva apenas na incorporação indiscriminada e, muitas vezes, da utilização inadequada de uma base tecnológica desenvolvida para regiões de clima temperado e não adaptada aos ecossistemas tropicais. A este fator de ordem técnica, somou-se a lógica econômica que comandou a incorporação do modelo, fundado no imediatismo e na maximização dos resultados físicos e econômicos no curto prazo, na obsessão pela produtividade, em detrimento da reprodução dos equilíbrios naturais (CARVALHO, 2005, p. 241).

A magnitude dos impactos ambientais negativos oriundos da prática do modelo de desenvolvimento agrícola no Brasil vale ser realçada. Pois, coloca em dúvida a possibilidade de permanência dos atuais padrões de uso dos recursos naturais, e inviabiliza a capacidade desse modelo de garantir a satisfação das necessidades humanas para o presente e para as futuras gerações.

Para Carvalho (2005), uma agricultura sustentável é aquela que se mostra capaz de suprir as necessidades básicas das gerações atuais, sem com isso por em risco o suprimento das gerações futuras. A agricultura no Brasil está imersa no sistema capitalista e já deve ser

considerada insustentável, pois, a maior parcela da população atual já está com o consumo alimentar básico prejudicado.

3. Impactos culturais:

Carvalho (2005) destaca que há duas diferentes modalidades de apropriação da natureza. Para ele, a modalidade feita pelo camponês se trata de uma tradição de origem rural, onde a racionalidade da utilização dos recursos está fundada na construção de estratégias que garantam a sua manutenção e reprodução social. Neste sentido, os excedentes são gerados a partir da relação que a produção estabelece com o mercado, mediado pelos valores culturais do grupo. Por outro lado, a modalidade agroindustrial se trata de uma tradição de origem não rural, originada dos setores urbanos e industriais da sociedade.

É possível nos referirmos ao impacto cultural do atual modelo de desenvolvimento agrícola, baseado nesse modelo agroindustrial, ao se conceber e implementar um modelo no qual o conhecimento agrônomo moderno, de origem europeia, é percebido como o único capaz de elevar a produção e abastecer o mundo de alimentos, acabando por desconsiderar por completo todo o conhecimento acumulado pelos povos cultivadores em vários ecossistemas do planeta, não permitindo um diálogo entre os vários saberes de culturas agrícolas.

No universo brasileiro é visível a mistura étnica que gerou a nossa população, fazendo com que surgisse da mistura das três principais matizes étnicas, a indígena, africana e europeia, um amálgama entre os conhecimentos que acabou forjando diferentes práticas de convivência com os ecossistemas dos quais historicamente essas populações sobreviveram, desenvolvendo métodos que levavam em conta a sua capacidade de sustentabilidade. Esses povos cultivadores possuem uma agricultura tradicional que tem características tais como capacidade de evitar riscos, taxonomias biológicas populares, eficiência de produção dos consórcios de espécies, uso de plantas locais para o controle de pragas, etc.

Toda essa prática de convivência com os ecossistemas foram em grande parte desestruturadas com o processo de modernização da agricultura no Brasil, que caminhava no sentido de atender o padrão de acumulação capitalista internacional. As condições ecológicas, espaciais junto às condições demográficas que permitiam a sua reprodução foram intensamente modificadas, passando agora uma pressão ainda mais forte do que a operada historicamente pelo latifúndio. A perda de biodiversidade dos diversos ecossistemas

brasileiros ocorreu de forma concomitante à destruição da variedade sociocultural dos povos cultivadores.

O processo de modernização da agricultura e a expansão das relações capitalistas em todo planeta têm contribuído com a apropriação de áreas seculares, pertencentes às sociedades tradicionais, estabelecendo, um conflito que tem levado à desintegração dos valores culturais, das identidades étnicas e das práticas produtivas de uma diversidade de povos tradicionais ainda existentes. Esses povos, longe de serem incorporados nesta nova dinâmica de desenvolvimento, são excluídos desse novo modelo. A partir de então, são denominados de povos atrasados, sem cultura nem conhecimentos, restando-lhes o trabalho assalariado, o emprego temporário ou as migrações para os centros urbanos.

Desse modo, muitos movimentos tentam recuperar e fortalecer o aperfeiçoamento de grande parte desses saberes e práticas, um dos fatores que podem nos guiar para um caminho de sustentabilidade e inclusão social, nos levando para o desenvolvimento de estratégias agrícolas apropriadas, mais sensíveis às complexidades da agricultura camponesa e que possam ser aplicadas conforme as necessidades de grupos camponeses específicos e de agroecossistemas regionais.

Durante a década de 1970, no agreste e no litoral, foram adotadas as técnicas de modernização da agricultura, trazendo de forma relativa modificações que causaram uma nova orientação às formas de produção e exploração da terra, como também das relações de trabalho existentes em quase todo o espaço agropecuário da Paraíba, produzindo efeitos imediatos sobre a vida da população camponesa, provocando modificações significativas na divisão interna do trabalho e principalmente subvertendo a dinâmica da produção (AMORIM, 1999).

No Sertão paraibano, essa modernização da agricultura não ocorreu com tanta intensidade, pois nesta região a cultura ainda era a do algodão e havia a criação do gado bovino. As relações de trabalho que ocorriam no Sertão paraibano não eram tipicamente capitalistas e sobreviviam por causa da cultura algodoeira. Para Rosa de Luxemburgo é possível o capital se desenvolver deixando permanecer formas de relações de trabalho não tipicamente capitalistas, pelo contrário ele pode se recriar utilizando essas formas como suporte para a sua recriação.

O capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda parte; para o desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação ele necessita de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de todas as regiões do globo. Uma vez que de fato e em sua maioria estas se encontram ligadas às formas de produção pré-capitalistas – que constituem o meio histórico de acumulação do capital –, daí resulta a tendência incontida do capital de apossar-se de todas as terras e sociedades (LUXEMBURGO, 1985, p. 250-251).

Em meados da década de 1980 aparece o bocado no sertão da Paraíba, atingindo a cultura algodoeira já enfraquecida por diversas estiagens e pela mudança do pólo produtor do algodão para São Paulo. Com o declínio da atividade algodoeira, estas relações de trabalho não tipicamente capitalistas irão entrar em colapso, pois o cultivo do algodão servia de amortecedor de conflitos entre camponeses parceiros e latifundiários. Este cultivo permitia ao camponês o acesso à terra, mesmo que precário e a garantia de permanência com sua família no lugar onde era acostumado a viver e para o latifundiário, o algodão era sua principal renda e a garantia de valorização da sua terra. As lutas camponesas que ocorreram durante esta época no sertão da Paraíba se deram neste contexto em que o algodão já não era mais a principal cultura e os latifundiários não necessitavam mais de camponeses parceiros para cultivarem suas terras. Este assunto será melhor abordado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II – DA HEGEMONIA À CRISE DO ALGODÃO NO BRASIL E NA PARAÍBA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

2.1. O Brasil Cotonicultor

A expansão da atividade açucareira que correu de fins do século XVI até meados do século XVII foi responsável, além da ampliação da área cultivada de cana-de-açúcar, pelo desmatamento da Floresta Tropical Atlântica que cobria o litoral nordestino, numa busca desenfreada por terras e na utilização indiscriminada da lenha como combustível para os engenhos.

Com a derrubada da floresta, os colonos resolviam dois problemas: em primeiro lugar, o de terra de qualidade para o plantio da cana-de-açúcar e em segundo lugar obtinham lenha que era usada como combustível para o engenho. Com isso, a floresta desaparecia rapidamente devorada pelo fogo (MOREIRA, 1990). Os engenhos exigiam uma enorme quantidade de lenha para suas fornalhas e os colonos portugueses, diferentemente dos franceses, holandeses e ingleses, ainda não tinham visto o potencial combustível do bagaço da cana. (FURTADO, 1989).

A procura por lenha em lugares cada vez mais distantes dos engenhos criou a necessidade da utilização de animais de tração. Somado a este fator, estava a impossibilidade de se criar gado nas unidades produtoras de açúcar, haja visto que no ano de 1701 delimitou-se legalmente as fronteiras da grande criação, proibindo currais de gado até distância de dez léguas a partir da costa marítima o que levou à separação das duas atividades: a açucareira e a criatória (MOREIRA, 1990). A criação de gado iniciou-se principalmente pelo Estado da Bahia, onde o gado seguiu o curso do rio São Francisco na direção norte, percorrendo os sertões baianos, chagando rapidamente as regiões de Pernambuco, Piauí e Maranhão.

Na Paraíba, este processo se deu de forma lenta e progressiva: a partir de 1669, iniciou-se à fundação de povoados na área de Boqueirão, no alto curso do rio Paraíba, pelo pecuarista Antônio de Oliveira Ledo. Em 1670, iniciou-se o povoamento de Pilar com a instalação dos índios da nação Cariri (MOREIRA, 1990).

A exploração das terras situadas no extremo oeste do território paraibano foi tarefa do Capitão-Mor das Ribeiras do Piancó e do Piranhas, Teodósio de Oliveira Ledo. A fundação de um aldeamento em 1697, composto pelos índios Ariús que se fixaram no local em que hoje está situada Campina Grande, deve-se também a Teodósio de Oliveira Ledo. Foi este também o responsável pela exploração da ribeira do Piranhas, onde vencendo os índios que viviam no local, fundou a aldeia de Piranhas, que se tornaria Pombal. O trecho mais ocidental do sertão paraibano, onde se situa Cajazeiras, só seria povoado em meados do século XVIII, segundo Moreira:

Por esta época, todo território paraibano já estava conquistado, sendo o povoamento mais encontrado na porção litorânea e muito rarefeito na porção ocidental. Segundo as informações disponíveis sobre a população paraibana, até segunda metade do século XVIII a Paraíba ainda era fracamente povoada, com uma população estimada 30 e 50 mil habitantes. Distribuída de forma irregular, a população concentrava-se no litoral, principalmente na área sob jurisdição direta da capital, onde residia aproximadamente 1/3 do total. O sertão detinha 1/4 da população, tendo como principais núcleos, as vilas de São João e Pombal.

Os rios constituíam as principais vias de penetração no Sertão paraibano. A facilidade de circulação e a disponibilidade de água condicionaram a ocupação das margens fluviais e produziram o "povoamento da ribeira", isto é, a instalação de grandes fazendas de gado ao longo dos rios. As principais ribeiras do Sertão da Paraíba nos fins do século XVIII, eram as do Cariri, do Piancó, do Piranhas do Sabugi, do Patu, do rio do Peixe, do Seridó e do Espinharas (MOREIRA, 1990, p.5).

Havia na ribeira do Piancó 77 fazendas; na do Espinharas, 59; na do Sabugi, 78; na ribeira do Patu 127 núcleos de criação, todas do final do século XVIII, o que adverte para o papel da economia pastoril na ocupação do sertão (JOFILLY, 1976).

A criação deste sistema econômico está intimamente relacionada ao desenvolvimento da atividade açucareira e da ampla exploração na Zona da Mata, estendendo-se rapidamente em direção ao interior, sendo a criação de gado causa principal do povoamento do sertão da Paraíba. Esta atividade de suporte para a atividade açucareira desenvolveu-se em função do fornecimento de animais de tração para os engenhos e do abastecimento da carne para os engenhos e núcleos de povoamento litorâneos. Dessa forma, podemos afirmar que a principal

motivação para a conquista do espaço sertanejo foi à atividade pastoril, ou seja, a pecuária bovina e cavalar.

Esta atividade criatória que se desenvolveu em todo Nordeste foi organizada em um sistema de "pecuária ultra-extensiva em campo aberto" (ANDRADE, 2007). O motivo para esta peculiaridade se deve a pastagens pobres de nutrientes, castigadas pela seca prolongada típica do clima da região, com a utilização de técnicas e formas de criação muito incipientes. Com isto, o que acontecia é que eram necessária uma vastidão de hectares para sustentar uma única rês, o que também mostrava a necessidade de organizar a atividade em grandes latifúndios (ANDRADE, 2007).

Os principais fatores motores para a expansão da atividade pecuária em grandes latifúndios são primeiramente, o fraco nível de investimento exigido para a implantação e reprodução do capital gerado pela atividade, não necessitando de grandes despesas para se reproduzir o que ocorria em decorrência do crescimento vegetativo da população animal. Segundo, havia também uma capacidade de auto-reprodução da mão-de-obra. A força-de-trabalho exercia duas funções na fazenda, a ocupação com o gado e o cultivo nos roçados, que estavam geralmente ligados a rios temporários que cortam a região, plantando espécies vegetais, principalmente o milho e o feijão, além destes roçados, os trabalhadores dispunham da carne e do leite para contemplar sua alimentação. Outro produto produzido por esta população vaqueira eram os artigos de couro, utilizados no dia a dia do vaqueiro, e posteriormente apreciado como artigos de decoração. Por fim, um terceiro fator seria o pagamento do vaqueiro, que era pago com um quarto da produção da propriedade. Eram necessários no mínimo cinco anos de trabalho para ser efetuado o pagamento.

O vaqueiro recebia de uma só vez uma boiada considerável, suficiente para permitir sua instalação por conta própria em terras que ele comprava ou arrendava, fazendo com que a principal característica da atividade pecuária fosse a utilização de mão-de-obra reduzida, o que garantiu também um povoamento sucessivo. Porém, esta região interiorana vai ficar por muito tempo sob influência do litoral.

Com o crescimento da atividade pecuária, crescia também a população vaqueira na região, multiplicando-se nas fazendas, que se mostrava impossibilitada de absorver tanta gente. O vaqueiro, com seu trabalho árduo e contínuo é a figura central de uma fazenda e desempenha seu trabalho em grande parte do tempo montado a cavalo percorrendo a fazenda,

fiscalizando as pastagens, as cercas e as aguadas. Cabe a ele ainda reunir os animais nos currais, além de ferrá-los, utilizando um ferro em brasa para colocar em cada animal a marca do seu dono. Em sua difícil lida com o gado na caatinga cheia de galhos e espinhos, o vaqueiro, tem que usar uma roupa própria, com condições de enfrentá-la e que funcione como uma couraça ou armadura (MACHADO, 2009). Contando com essa força de trabalho excedente, as fazendas modificaram o sistema de pagamento, deixando de pagar aos vaqueiros em reses, estabelecendo pagamentos de salários em dinheiro, que, depois de ser descontado o rancho e a alimentação, pouco sobrava para assegurar a subsistência do trabalhador (RIBEIRO, 2008).

Como se sabe, associada a esta atividade pecuária tem-se a ampliação da agricultura de subsistência explorada nas áreas ribeirinhas. Os principais motivos para a expansão desta atividade, apesar dos condicionantes restritivos do clima e solo, são explicados primeiramente, pelo isolamento geográfico do Sertão. A região situa-se muito distante da zona litorânea onde se encontravam os pontos de abastecimento. Segundo, por haver um baixo custo de reprodução da força de trabalho. Outro fator também se deve ao fato destas culturas servirem de complemento a alimentação do gado, já que depois da colheita o gado era solto nas áreas de lavoura.

A primeira metade do século XVIII mostrou que o sertão agrário se organizava em função da atividade pecuária de caráter extensivo, e que tinha como complemento uma agricultura voltada para a cultura de produtos alimentícios de subsistência. Estas atividades eram praticadas nas grandes latifúndios. Os regimes de trabalho dominantes eram parceria⁵ e o arrendamento⁶. Uma cultura que conviveu com a criação do gado, foi o algodão. O algodão utilizava a mão-de-obra excedente que não era aproveitada pela pecuária. O gado necessitava de alimento durante as épocas de estiagem, e o algodão, através dos seus restolhos, fornecia esse alimento. Já na segunda metade do século XVIII, o algodão passa a se destacar e a ocupar um papel de maior importância na economia sertaneja e brasileira. Esta passou a ser uma agricultura de todos e que gradualmente, superou a pecuária em importância, devido ao mercado externo e à relativa facilidade da produção. (LIRA, 1983).

⁵Os parceiros eram os camponeses que trabalhavam um pedaço de terra pertencente ao proprietário fundiário. Em troca eles deviam entregar ao proprietário uma parte de sua produção (a metade, um terço, um quarto, etc.). Eles podiam ou não habitar na propriedade.

⁶Os arrendatários eram camponeses que trabalhavam um pedaço de terra pertencente ao proprietário e lhes pagavam em troca um aluguel em dinheiro: o fôro.

Depois, todo o Nordeste pastoril começou dedicar-se a atividades ancilares. A mais importante delas foi o cultivo de um algodão arbóreo, nativo na região, o mocó, cujo caráter xerófilo lhe permitia sobreviver e produzir, mesmo nas áreas mais secas do sertão, um casulo de fibras longas com ampla aceitação no mercado mundial. Esse cultivo associou-se bem com o pastoreio pelo provimento ao gado de torta de sementes, que constitui uma ração ideal, bem como pelo valor alimentício da palha dos roçados de subsistência dos lavradores, nos quais o fazendeiro solta o gado depois da colheita. Cada criador procurou, então, fazer-se também lavrador de mocó, ocupando nessa tarefa as famílias de seus vaqueiros e, depois, gente especialmente atraída para os novos cultivos, povoando ainda mais os sertões semiáridos. Os cultivadores de algodão ingressam no latifúndio pastoril como meeiros, vale dizer, recebendo uma quadra de terra para cultivar alimentos que comeriam e outras para produzir colheitas de mocó, de que deveriam entregar metade ao proprietário. Assim, em cada fazenda, além da casa de telhas do criador, avarandada e provida de portas e janelas, e das rancharias singelas de seus vaqueiros, se acrescentavam as palhoças miseráveis que abrigavam os lavradores de mocó (RIBEIRO, 2008, p. 345-346).

O algodão na sua variação arbórea é uma planta nativa do Brasil. O uso dessa fibra remonta ao período anterior à sua inclusão ao espaço de reprodução do capital mercantil. Muito antes da chegada do colonizador a pluma do algodão já tinha utilidade prática para os indígenas do norte e nordeste do Brasil, na forma de flocos, como ornamento, ou era usado como combustível nas pontas das flechas para atear fogo nas aldeias das tribos inimigas. Com a colonização, os portugueses optaram por espécies algodoeiras trazidas do oriente que foram introduzidas na Bahia, e posteriormente levadas pelos jesuítas ao sul e o sudeste do país. Arbusto de plantio duradouro, também conhecido como mocó ou seridó, o algodão arbóreo era cultivado juntamente com a cana-de-açúcar fornecendo matéria-prima para as vestimentas rudimentares que vestiam os escravos (GOMES e RAMOS, 2008).

O algodão, podendo ser cultivado em associação com a cultura de subsistência, foi explorado tanto pelos grandes proprietários como pelos foreiros e parceiros e não implicou, portanto, em retração da agricultura alimentar; o resquício do algodão passou a ser utilizado como complemento da alimentação bovina no período mais seco do ano, tornando-se desta forma, uma atividade complementar da pecuária. A lavoura algodoeira iria abrir perspectivas agrícolas para regiões no país que só tinham conhecido o pastoreio ou a mineração. No entanto, esta cultura não será avançada em nenhuma delas, pois, o afastamento dos portos de

embarque aliada às dificuldades de transportes acabará por deixar essa cultura em determinada época, estagnada (PRADO Jr., 2000).

O algodão participava do setor de autoconsumo, e esteve sempre presente no quadro das ocupações produtivas da Colônia. Mas este quadro muda com o tempo e o algodão se torna uma cultura com maior importância, como assinala Gitana M^a Figueirêdo Lira:

Entretanto, o algodão tornou-se agricultura de ricos, pois foi nas mãos deles que o capital se acumulou. Para isto contribuíram enormemente a estrutura fundiária existente, o latifúndio, a concentração da propriedade que torna escasso o acesso a terra, originando as formas não tipicamente capitalistas das relações de trabalho que aí se estabeleceram entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores. Esses assumiram formas peculiares como as de meeiros, foreiros, rendeiros, moradores etc. que, por serem formas atípicas, nem de longe são inferiores em relação ao nível de exploração, principalmente porque na mão dos proprietários está a terra, a água, o poder social, econômico e político, que o tornam bem superior em virtude da falta de organização do grupo trabalhador e da ausência de uma legislação segura que seja cumprida, com direitos e deveres de ambas as partes através de contratos escritos e não apenas verbais (LIRA, 1983, p. 22).

A economia brasileira viveu dois ciclos de desenvolvimento e expansão da grande lavoura algodoeira, seguidos de retração, durante o período colonial, diretamente relacionado a interesses do capital comercial no aproveitamento de condições provenientes do comércio internacional do algodão em pluma. As primeiras lavouras comerciais datam da época da primeira fase de decadência do açúcar, entre os séculos XVI e XVII, quando a cultura firmou-se na Região Nordeste, principalmente nas capitanias de Pernambuco e do Maranhão, como nos mostra Caio Prado Jr.:

A primeira remessa de algodão brasileiro para o exterior data, ao que parece, de 1760; provém do maranhão, que neste ano exporta 651 arrobas. De Pernambuco exporta-se a partir de 1778, sendo porém em quantidades insignificantes até 1781. A Bahia e o Rio de Janeiro seguirão o passo. Mas é no Maranhão que o progresso da cultura algodoeira é mais interessante, porque ela parte aí do nada, de uma região pobre e inexpressiva junto no conjunto da colônia. O algodão lhe dará vida e a transformará, em poucos decênios, numa das mais ricas e destacadas capitanias. Deveu-se isto, em particular, à Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão,

concessionária desde 1756 do monopólio deste comercio. É ela que fornecerá créditos, escravos e ferramenta aos lavradores; que os estimulará neste sentido de se dedicarem ao algodão, cuja favorável conjuntura se começava a delinear. A Companhia não acolherá os melhores frutos do seu trabalho: extingue-se em 1777 com a cessação do seu privilégio que não é renovado. Mas o impulso estava dado, e o Maranhão continuará em sua marcha ascendente. Será ultrapassado mais tarde por Pernambuco e Bahia, que contavam ao se lançarem na empresa com recursos muito mais amplos. Mas o Maranhão terá, pelo menos um momento, seu lugar no grande cenário da economia brasileira (PRADO Jr, 2000, p.147).

A ampliação algodoeira Nordestina e, principalmente no Maranhão, é resultado de uma articulação de práticas mercantilistas como resolução do problema de matéria-prima para nascente indústria têxtil inglesa e posteriormente da Europa. Esta monocultura colonial necessitava inicialmente grandes plantações escravistas realizadas a partir do monopólio da metrópole portuguesa, que representava empreendimentos mercantis que eram de interesse da nascente burguesia agroindustrial têxtil, financiada por banqueiros londrinos.

No entanto, essa economia de plantagem maranhense não resistiria a dois fatos econômicos internacionais, que eram a queda nos preços pela alta produtividade norte-americana, por causa de novas variedades algodoeiras, de técnicas mais avançadas na produção, principalmente no descaroçamento e forte aumento dos preços dos escravos, que foram decisivos para a crise e colapso econômico dessa cotonicultura escravista.

Como toda monocultura colonial, o algodão, desde o início, esteve sujeito às oscilações de mercado, pois se tratava de um produto voltado para exportação. Como visto por Furtado:

Pombal ajudou os colonos do Maranhão criando uma companhia de comércio altamente capitalizada que deveria financiar o desenvolvimento da região. Tão importante quanto a ajuda financeira, entretanto foi a modificação do mercado mundial de produtos tropicais, provocada pela guerra de independência dos EUA e logo em seguida pela revolução industrial inglesa. Os dirigentes da companhia perceberam desde cedo que o algodão era o produto tropical cuja procura estava crescendo com mais intensidade (FURTADO, 1989, p. 91).

O algodão, que nos momentos de "boom" que ocorreram principalmente com a Guerra da Independência Americana (1775-1783) e a Guerra Civil Americana (1861-1865), disputou terras e braços da aristocracia da cana-de-açúcar, encontrou condições naturais de desenvolvimento também no Sertão, onde explora a sua variedade arbórea. A expansão do algodão no Sertão, além da demanda externa, agora passa a representar uma nova fonte de renda para o proprietário, até então restrito à pecuária.

[...] Rebelde à umidade, e particularmente à irregularidade das precipitações, que na época em que se abrem as maçãs deterioram a fibra, as regiões mais arredadas do litoral, aonde as chuvas são menos freqüentes e mais regulares, se avantajam sobre os setores que foram os de eleição para a cana e o tabaco. No Maranhão, as culturas se internam subindo as margens do Itapicuru, e se concentram sobretudo em Caxias. Deste último distrito provinha mais da metade da produção maranhense. No Ceará, elas invadem a Bacia do Jaguaribe, e seu principal centro se localizará no alto sertão, em Icó. Aracati, escoadouro natural desta região, torna-se um importante porto de exportação que em 1794 já remetia 16 a 18.000 arrobas. Fato semelhante se verifica no Nordeste: a cana ocupará as planícies de beira-mar, o algodão se fixará nesta faixa intermediária entre elas e a caatinga do alto sertão: no agreste. Em Pernambuco, com Kostner, podemos acompanhar o deslocamento gradual das plantações do litoral para o interior, à medida que a experiência ia ilustrando os lavradores. Refere o viajante inglês, que residiu longos anos naquela capitania, o fato sintomático de os negociantes proprietários de descaroçadores de algodão – os “maquinistas”, diríamos hoje – transferirem suas máquinas e centros de operações, concentrados antes duas léguas de Recife, sucessivamente para Goiana e daí para Limoeiro e Bom Jardim. Na Paraíba, passa-se a mesma coisa; e como aí o algodão se tornará o produto principal, desbancando o açúcar, verificarse-á nesta capitania o deslocamento do eixo econômico local: novas regiões, arredadas da marinha, vão surgir em substituição às da tradicional localização da riqueza paraibana (PRADO Jr, 2000, p.147-148).

Com o fim da Guerra da Independência Americana, os Estados Unidos retornaram a seu espaço de fornecedor de algodão e matérias primas para o mercado inglês, fazendo com que as exportações brasileiras gerassem déficits progressivos. Seria preciso um novo afastamento dos EUA um século depois, para que as condições do mercado brasileiro voltassem a se reorganizar, o que se deu em decorrência da Guerra Civil Americana. O Brasil, como a Índia, o Egito e o Peru, retomou a sua posição de fornecedor, tendo o Nordeste se transformado na principal região algodoeira do país (MOREIRA, 1990).

Em meados do século XIX, a indústria têxtil-algodoeira inglesa já era considerada madura, faltando, entretanto, garantir a alta produtividade, o baixo custo e a qualidade desse produto. Para conseguir defender os interesses da indústria têxtil britânica, e garantir o fornecimento de matérias-primas cria-se, em 1857, a *Manchester Cotton Suplly Association*. É a partir dessa empresa que ocorrerá a mais forte articulação explícita do primeiro surto exportador relevante da cotonicultura de alguns países. A Manchester Association, inicialmente, dá atenção especialmente para o algodão da Índia. Após o fornecimento de algodão receber cortes durante a Guerra de Secessão Americana, a Manchester vai tentar produzir no Egito e aumentar os incentivos do produto no Brasil. Com o fim do conflito norte-americano, ocorre uma perda do fôlego exportador do algodão, pois o considerável aumento da produção norte-americana e do aperfeiçoamento da técnica, que o Brasil não acompanhou, fizeram com que a nossa área algodoeira vá se restringindo e se estabilize, com índices muito baixos, apenas em dois ou três pontos. (GOMES e RAMOS, 2008).

A perda de posição do Brasil em face aos Estados Unidos, por causa do término da Guerra de Secessão e o restabelecimento da produção americana no mercado internacional, iniciarão o fim da "febre do algodão" no país. Mas isto, no entanto, não significou a supressão da atividade: esta irá restringir-se aos limites do Sertão e do Agreste, consolidando no Sertão sua coexistência com a pecuária. Isto se deve principalmente ao fato de que em anos posteriores a essa fase se expandiu o cultivo na região de uma nova variedade de algodão característica do Seridó, conhecido como algodão mocó (MOREIRA, 1990). O desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira nacional por volta dos anos 1880 iria dar novo impulso à atividade até os fins da primeira metade do século XX. O agreste e o Sertão da Paraíba foram um dos principais produtores de algodão do país.

Até 1928 o comércio paraibano era feito principalmente com Mossoró, no Rio Grande do Norte. Mas depois, Campina Grande torna-se comercialmente expressiva na Paraíba, e acaba por liderar as transações comerciais no Estado. Eram diversos produtos como carne-de-sol e farinha de trigo, que eram transportados para todo estado e até para estados vizinhos no lombo do burro. Entre os anos de 1942 a 1958, ocorreram na região transformações com relação à produção e comercialização do algodão, bem como ao próprio comércio. A indústria de beneficiamento de algodão que surgira em 1930, nesta época estava em ascendência. A cidade Campina Grande passa a ser um centro que vai suprir o mercado intermediário de algodão, que era transportado para esta cidade em grandes fardos de 60 kg. Em algumas

empresas locais que surgiram por causa do mercado algodoeiro, o produto era desmanchado, selecionado, prensado e compactado em fardos menores, para depois ser escoado para o mercado externo (LIRA, *Op.cit*).

No entanto, após algum tempo, aparecem empresas mais próximas das lavouras, em cidades como Antenor Navarro e Cajazeiras, que passam a beneficiar o algodão e fazer o transporte já em fardos prensados. Essas empresas viveram um período de ascensão por causa deste fato. No entanto, pouco tempo depois estas empresas entraram em decadência, pois, com o surgimento de grandes empresas mais modernas como a SANBRA - Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro e a *Anderson Clayton*, que eram multinacionais que estavam dominando o mercado algodoeiro, comprando o produto no momento da safra, fazendo o beneficiamento, escoando o produto e inclusive triturando o caroço para o gado, fazendo a “torta” (LIRA, 1983).

Além da concorrência com as empresas multinacionais, o setor algodoeiro, a partir de 1918, passa a concorrer com o Sul do país, que começa a diversificar a sua produção agrícola apostando no algodão, devido à crise de 1929 e às medidas protecionistas governamentais suscitadas por elaveio também à crise do café, acarretando em transferência de capital intra-setorial no Sul, do café para o algodão. Com isso, o Nordeste na década de 1930, sofrerá a grande crise do algodão nordestino, pois correrá o aumento da produção algodoeira no Estado de São Paulo. Num intervalo de cerca de 10 anos, a produção de São Paulo ultrapassará a produção dos três estados produtores de algodão do Nordeste (Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) o que representará quase que uma inversão total das posições relativas (LIRA, 1983).

Os investimentos industriais nordestinos durante a fase da substituição de importações foram quase nulos. Ocorrerá a liquidação das empresas que atuavam no setor algodoeiro, pois haverá retração do setor na participação do produto regional, como efetivo visível da redução das unidades nordestinas concorrentes. O atraso tecnológico relativo das indústrias do Nordeste faz com que estas nem se desenvolvam nem se renovem. Este fator produz sucessivas perdas de poder de competição, tornando a competição no mercado desigual, gerando desemprego de recursos. Nota-se que um dos fatores principais que corroboraram com esse processo foi a melhoria das vias e do sistema nacional de transporte, que acabou por desestabilizar certas barreiras que protegiam a produção industrial do Nordeste (OLIVEIRA, 1977).

Apesar de ter tido um período de grande desenvolvimento com o algodão, a Paraíba, e principalmente, o sertão sempre apresentaram problemas como concentração fundiária, exploração e miséria dos trabalhadores e enfrentaram sérios problemas como o empobrecimento da terra em virtude de técnicas e culturas que agredem o solo.

Apesar de haver na zona da mata e no brejo, a partir de meados do século XIX, relações de trabalho capitalistas no sertão semiárido, as relações não serão tipicamente capitalistas, predominando relações do tipo: meeiros, foreiros, rendeiros emoradores, na época da colonial, que irão permanecer inalteradas e quase que dominantes, até fins da década de 1930.

No ano de 1929 a atividade cotonicultora na Paraíba acaba batendo o recorde em exportações, no ano seguinte, a produção algodoeira continuava a crescer e o Estado se mantinha na primeira posição entre os Estados produtores. No entanto, em 1931, por ocorrência de uma seca, acaba ficando limitada a área de cultivo do algodão. Mas apesar dessa redução das áreas de cultivo da cultura, o Estado da Paraíba permanece ainda sendo o maior Estado produtor. Juntamente com a seca que se inicia no ano de 1931 e que atinge seu pior momento no ano seguinte, alastrando-se por todo o Sertão, e afetando principalmente a produção de algodão Mocó, ocorria no país uma conjuntura de instabilidade econômica, social e política que eram reflexo dos efeitos da Grande Depressão (GURJÃO, 1994).

Esta situação torna o Estado da Paraíba impotente para recuperar sua posição de maior produtor de algodão de Brasil. No entanto, o Estado da Paraíba conservou-se durante toda a década de 1930 como o principal produtor do Nordeste. No início da década de 1940 a produção paraibana foi superada também no Nordeste, fazendo o Estado passar à posição de segundo produtor do Nordeste, ficando a posição de primeiro com o Ceará (GURJÃO, *op cit.*).

Durante toda a década de 1940, o dismantelo ocorrido de forma gradativa na produção algodoeira da Paraíba ocorre por causa da carência de mercados e da forte competição da produção do algodão paulista, que se mostrava tanto no mercado interno quanto no mercado externo como um produto de alta qualidade, de custos mais baixos e de produtividade elevada, isto resulta na total queda de preços e na perda de mercados externos, do algodão paraibano (AMORIM, 1999).

Durante a década de 1950 aprofundou ainda mais a competição das áreas tradicionais produtoras de algodão do Nordeste (Agreste e Sertão) com as áreas produtoras de São Paulo. Além desse fato, as sucessivas secas que causavam oscilações na produção, contribuíram para agravar o quadro de insuficiência da produção algodoeira na Paraíba. Essa vulnerabilidade às secas evidenciava a baixa capitalização dos produtores diretos de algodão, descapitalização que lhes impossibilitava de dispor de recursos tecnológicos para corrigir os efeitos dessas forças naturais (FARIAS, 2012).

Já nos fins da década de 1950, em alguns trechos do Agreste paraibano, houve um total abandono da cultura algodoeira. Nesse mesmo período, já não se encontrava nenhum campo plantado com essa cultura no Brejo paraibano, porção mais úmida do Agreste, onde, desde a década de 1930, já não se plantava o algodão, sendo trocado pela cultura do agave (VALVERDE, 1985).

Na década de 1960, o setor têxtil brasileiro ampliou o uso da fibra sintética, que acirrou a competição entre as fibras naturais, onde o algodão possui exacerbada predominância (SANTOS e SANTOS, 1999). Este fato se constituiu como mais um empecilho para a já enfraquecida produção algodoeira paraibana no cenário produtivo do Brasil. Ainda na mesma década, ocorre a transferência da *Anderson Clayton*, a maior empresa de beneficiamento de algodão do Nordeste, do Estado da Paraíba para o Estado de São Paulo, evidenciando a péssima situação em que o setor cotonicultor paraibano se encontrava (FARIAS, 2012).

No Brasil nos fins de 1970, ocorre uma modernização técnica da agricultura, em decorrência da chamada Revolução Verde⁷, através dos governos militares, na Paraíba isso não ocorre no sertão, chegando apenas até o agreste e mesmo assim de forma menos completa. Os investimentos dos governos militares eram feitos para as culturas voltadas para exportação, ou seja, as commodities e a pecuária de grande porte, típicas do centro sul do Brasil, onde foi investido fortemente nessas grandes empresas (CARVALHO, 2005).

⁷É um programa que teve início em meados do século XX, quando o governo do México convida a Fundação Rockefeller, dos EUA, para fazer estudos a cerca da fragilidade agricultura do país. A partir desta pesquisa foram criadas novas variedades de milho e trigo com alta produtividade, aumentando assim, de forma vertiginosa a produção mexicana. Essas sementes foram, em seguida, introduzidas e cultivadas em outros países. Mais tarde, o programa passou a sofrer críticas em relação a sua sustentabilidade, pois, o projeto é baseado em monoculturas e faz uso em grande escala de fertilizantes, agrotóxicos e insumos de alto custo. Outro ponto criticado são os maus tratos ao meio ambiente, decorrentes do avanço das fronteiras agrícolas (DELGADO, 1985).

No sertão da Paraíba, no entanto, haverá uma pecuária melhorada com o incentivo da SUDENE, através de um financiamento, mas não tão intensivo usado para comprar um plantel de melhor qualidade, de raça melhor, como também para a produção de capim diferenciado, que acabou com a vegetação nativa, que já sofrera, com a produção de algodão, agravando ainda mais o processo de desertificação. No semiárido paraibano, vamos ter as mesmas relações de trabalho até meados dos anos 1980, permanecendo os parceiros, os arrendatários, alguns assalariados, a grande fazenda de gado e em menor escala, o algodão. Mudanças nas relações de trabalho no campo, não chegaram ao sertão até a primeira metade da década de 1980 (MOREIRA e TARGINO, 1997).

2.2. A crise da cultura algodoeira e suas conseqüências.

Após um ciclo de seca, que durou de 1979 a 1984 e com a chegada no ano seguinte, do besouro da espécie *Anthonomus Grandis*⁸, mais conhecido por “bicudo”, a crise em que se encontrava a cotonicultura sertaneja foi acelerada e rapidamente encerrou-se o ciclo do algodão no Nordeste, tornando economicamente inviável uma cultura que já estava totalmente adaptada a região. O bicudo do algodoeiro expandiu-se para praticamente todas as áreas produtoras de algodão do Nordeste e o problema vai ser agravado ainda mais com o surgimento no mercado das fibras sintéticas, utilizadas em larga escala pela indústria têxtil nacional (GOMES *et al*, 1984).

Esta crise tem seu auge na década de 1990, com a abertura do mercado brasileiro para o exterior, momento em que o governo brasileiro reduziu os impostos de importação, e os produtos importados passaram a entrar de forma bem ampla no mercado brasileiro. A oferta de produtos cresce, e os preços permaneceram os mesmos, com isso, esses produtos importados passam a tomar o espaço dos produtos das indústrias nacionais, que foram obrigadas a fechar. A balança comercial acumular déficits por vários anos no decorrer de 1990 (BURLE 1990).

⁸É um besouro da família dos curculionídeos, originário da América Central, possui mandíbulas afiadas, utilizadas para perfurar o botão floral e a maçã dos algodoeiros (SILVIE, *etal*, 2001).

Este processo vai afetar o mercado de algodão de forma mais intensa, pois, a drástica diminuição nas tarifas alfandegárias, que promoveu a entrada de importações somado aos preços artificialmente baixos nos países de origem, fruto de subsídios concedidos à produção e nas exportações e com as facilidades de financiamento dos produtos importados (prazo de até 400 dias e taxas de juros de 6 a 8% ao ano), acabou por reduzir ainda mais a concorrência do algodão nacional, tornando o produto pouco atrativo para a indústria têxtil internacional (SANTOS e SANTOS, 1999).

Todos esses fatores contribuíram para uma crise econômica e social no Sertão extremamente intensa caracterizada pelo fim do financiamento para a produção de culturas de mercado e o abandono gradual de imensas áreas exploradas para o cultivo do algodão, que vão se tornando gradualmente improdutivas, com reflexos negativos para a economia nordestina. Até hoje em muitas localidades não foi implantada nenhuma cultura que possa substituir o algodão mocó.

Durante o ciclo do algodão, esse sistema de parceria funcionava porque o latifundiário tinha o interesse em ceder terras para produtores sem terra, para que estes produzissem sua subsistência e, principalmente, o algodão, que era do latifundiário. A pluma era vendida para a indústria têxtil. O latifundiário permanecia ao final do ciclo produtivo com parte do algodão que fora produzido e ainda comprava a outra parte a preços baixos, pois o fazia no auge da colheita e após deduzir o financiamento do plantio. A produção do algodão colhida era armazenada para que fosse vendida quando os preços subissem, gerando grande lucro para o dono da terra. Ao fim do processo, o gado era solto nos restos da plantação, o latifundiário além disso, ficava com o caroço do algodão, que transformava numa torta que era usada como complemento para a alimentação do gado (ANDRADE, 2007).

O acesso ao uso da terra via sistema de parceria era utilizado pela grande massa de produtores sem terra. O meeiro, como era conhecido o produtor sem terra, produzia na terra de patrão, podendo ficar com parte, ou mesmo toda, a produção de milho e feijão, vendia sua participação na produção do algodão. Esse trabalhador produzia, mas não acumulava. Este sempre começava a produção descapitalizado, a cada nova safra e às vezes já iniciava a produção endividado. Quando o inverno não era satisfatório, o problema se agravava e, se a seca perdurasse por muito tempo se transformaria em crise econômica, pois inviabilizaria a produção, e depois em crise social, pois a enorme maioria dos sertanejos não teria condições de sobreviver até o próximo inverno. A política de armazenamento de água, promovida pelo

Governo Federal nas décadas iniciais do século XX, criou as condições para salvar o rebanho de grandes latifundiários, que aumentaram ainda mais o seu domínio na região, pois agora detinham o domínio sobre a água, um bem raro, principalmente em períodos de seca.

A derrocada da atividade algodoeira no Nordeste e principalmente na Paraíba ocorre de forma violenta e rápida, como registram Moreira e Targino (2007), a redução área de cultivo do algodão, chegou a 99,8% no período entre 1990 e 2000. Ou seja, em apenas dez anos essa redução alcança quase 100%, apontando para o desaparecimento desta atividade⁹. Esta crise que acaba por desarticular o velho o tripé (pecuária/algodão/cultura de subsistência) (ARAÚJO, 2013) afetando a todos, sejam proprietários, geralmente latifundiários, sejam os camponeses sem terra, na sua maioria, meeiros que tinham a agricultura de subsistência, especialmente o feijão e o milho que são culturas tradicionais da região sertaneja, garantindo o sustento das famílias.

A crise no setor algodoeiro vai refletir profundamente nesta organização do espaço agrário sertanejo. As tradicionais relações de trabalho não capitalistas, como a parceria e o arrendamento subordinados historicamente da lavoura algodoeira sofrem forte retração. Verifica-se uma intensificação do êxodo rural na região (TARGINO e MOREIRA, 2000). O que ocorre com essas famílias depois da crise algodão, é que elas acabam sendo dispensadas, perdendo a oportunidade que tinham de mesmo em condições de fragilidades impostas por irregularidades das chuvas, de produzir sua subsistência, já que tinham o acesso à terra garantido.

Então esse desordenamento, representou perdas econômicas para essa população, além da insegurança gerada pela perda das relações historicamente construídas de geração em geração, pois muitas famílias, embora não sendo proprietárias, viveram, naquelas terras, toda a sua vida e a impossibilidade de continuidade gera insegurança, mesmo quando se abrem novas possibilidades.

A crise instalada no complexo secularmente dominante estimulou a emigração para as cidades, o que se confirma no avanço da urbanização no grande espaço semiárido nordestino

⁹A Embrapa até que fez pesquisas e conseguiu uma semente que era possível de ser colhida antes que o ciclo vegetativo do bicudo se completasse. Mas a velocidade com que se deu a abertura comercial no Brasil dos anos 1990, associada à adoção de um regime de câmbio fixo nos anos iniciais do Plano Real (1994 a 1999) que estimulava as importações, consolidou a inviabilidade de retomada do papel que o algodão cumprira na economia do semiárido (ARAÚJO, 2012).

(CARVALHO, 2010). Ocorre o que podemos denominar de um desenraizamento das pessoas, de sua cultura e de seu lugar, visto que a maioria dessas famílias acaba nas periferias das cidades na região, geralmente no mesmo município, ou migram para outros estados na esperança de arranjar trabalho para garantir o seu sustento e de sua família.

O povo Sertanejo tem uma história que marca, não apenas as relações de trabalho que aí se estabeleceram e uma cultura que foi sendo construída ao longo dos séculos e que é marcante nesta história. As relações de solidariedade, de confiança, de companheirismo, o sentimento de pertencimento ao lugar, os jeitos de viver e de conviver, a lógica camponesa em se tratando da relação com terra à quem se referem como mãe, e a natureza em geral. Enfim, com a crise algodoeira, a saída involuntária do campo para a cidade não foi um processo tão simples como se pode imaginar. Para muitos camponeses foi extremamente doloroso como se pode confirmar nos depoimentos de muitos deles nas inúmeras pesquisas já realizadas sobre a migração do campo para a cidade e no caso pode se caracterizar como expulsão, literalmente.

Como já amplamente conhecido e discutido, o boi foi na verdade, o móvel do desbravamento dos sertões e o vaqueiro a figural central na história do povoamento dos Sertões. Então foi a criação extensiva de gado bovino deu origem à constituição da população sertaneja ligada à terra e tendo a policultura de subsistência como fonte de sustento da família, mesmo quando a principal atividade econômica da região foi a pecuária. O vaqueiro não foi somente cuidador do gado, mas guardião dessas terras, tornando-se parte do cenário da caatinga (RIBEIRO, 2008). A relação com a terra faz parte de sua vida de forma tão intensa que para os mais velhos, a terra é sua própria extensão. Por isso, a possibilidade de deixar aquele lugar onde nasceu e se criou, sempre representou um quebra na trajetória de vida do camponês.

Esses sujeitos, com experiência na vida sertaneja e conhecedores de todas as fragilidades do lugar, mas também de suas potencialidades, são as mesmas pessoas que vão ser aproveitadas na atividade algodoeira. Essa mesma mão-de-obra, historicamente explorada, sob relações de trabalho não tipicamente capitalistas, submetidas à relações de subalternidade, quem vão ser usadas pelos latifundiários produtores de algodão, agora não mais como atividade complementar à pecuária, mas como atividade econômica principal.

Essas famílias sertanejas, muitas que atravessaram séculos vivendo da terra, passando pelos vários momentos, ora enfrentando dificuldades de produção da existência, causadas

pelas limitações impostas em consequência das condições climáticas, nos grandes períodos de estiagens, seja pela situação a que se mantinha sob relações de dominação, herança do coronelismo. Estas famílias, com a crise do algodão nos anos de 1980, acabam perdendo a possibilidade de acesso à terra, pois mesmo sendo de propriedade “alheia” ainda se constitui seu principal meio de produção. Pois mesmo assim o camponês sentia-se, de certa forma, seguro pela garantia de uso da terra como meio de produção de sua existência.

Era essa segurança que, por assim dizer, amenizava as relações de dominação que ainda permanecem na cultura do poder dos donos (BURSZTYN, 2008) e que se sofisticam na fase algodoeira, momento no qual se verifica a permanência das relações tradicionais de trabalho no campo, convivendo com as relações tipicamente capitalistas nas indústrias de beneficiamento do algodão, tema que não aprofundamos aqui, por não ser objeto deste estudo.

Enfim, a atividade algodoeira, servia tanto ao latifundiário, como aos camponeses. Ao latifundiário lhe era garantida renda num momento de situação privilegiada desta atividade, comercialização da produção, alto preço da terra, valorizada pelo algodão em alta, mão de obra em abundância e com experiência em lidar com a terra nessa região.

Por outro lado, os camponeses também se beneficiaram dessa fase do algodão porque se mantinha garantido o acesso a terra para a produção de sua subsistência e da família, tinham expectativa de renda em espécie, advinda da meia do algodão no final do ano, caso desse para pagar ao dono da terra a quem sempre estavam devendo, as vezes de um ano para o outro. Mas, como já anunciado, era uma possibilidade de renda.

Os camponeses se sentiam seguros, pois, tinham segurada a morada da família, pois a maioria desses sujeitos eram moradores nessas terras e não se pode esquecer que o algodão também representava segurança de oportunidade de trabalho, especialmente durante a colheita. Por outro lado, a crise da economia algodoeira e as sucessivas secas provocaram a queda do preço da terra de modo que a desapropriação que era feita pelo poder público, passa a se constituir como um bom negócio para os latifundiários, que recebem uma indenização mais ainda continuam a usufruir da terra e a cobrar sua renda.

A luta pela terra, particularmente no Alto Sertão paraibano, representa a possibilidade concreta de democratização do acesso e permanência nela como condição de

garantir a soberania e segurança alimentar e nutricional, mas também de resistência às relações de dominação, à exploração e expropriação do camponês.

Na mesma esteira de luta pela terra está a luta pela água, um bem indispensável à vida e que também sempre foi, historicamente monopolizada pelos latifundiários, cercada por estes, nos momentos de grandes estiagens para atender à necessidade do seu gado. Há também a luta por direitos negados historicamente a essa população, como educação, e saúde, acesso à créditos e assistência técnica.

Verifica-se um verdadeiro processo de construção de uma nova cultura que tem início nos anos de 1980 e que já se consolidou, beneficiando centenas famílias (ARAÚJO, 2012). Nesse processo vão contar com a orientação da Pastoral Rural e posteriormente da CPT-Sertão-PB, que resolveu encabeçar o movimento de luta pela terra na no Alto Sertão da Paraíba, ajudando estes camponeses a pressionar também o governo através dos conflitos e mobilizações, não sendo estas desapropriações um resultado do estatuto da terra, mas sim da perseverança destes trabalhadores.

.

CAPÍTULO III - A CPT E A REFORMA AGRÁRIA NO ALTO SERTÃO DA PARAÍBA, SUAS LUTAS INICIAIS EM ÁREAS PÚBLICAS

3.1. Lutas iniciais e a luta em áreas públicas

No final da década de 1970 e início da década de 1980, foi altamente positiva tanto do ponto de vista cultural, como das experiências político-sociais. Ocorreu neste período o surgimento de inúmeros movimentos sociais, tanto na cidade quanto no campo, em todo o território nacional, abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas. Esses movimentos revelavam a indignação de sujeitos com as vozes sufocadas nas décadas anteriores. Na conjuntura efervescente da década de 1980, a questão agrária brasileira é marcada pela realização do Primeiro Encontro Nacional da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), em 1982 no estado de Goiás. A partir daí, o movimento organizado pela democratização do acesso a terra dissemina-se pelo país. Na Paraíba, o movimento surge com apoio das CEBs¹⁰ - Comunidades Eclesiais de Base e, posteriormente, da CPT, que foi fundamental para a consolidação e ampliação dessa luta (GOHN, 1995).

Com a ocupação de terras com os conflitos nas Usinas de Alagamar¹¹ e Camucin¹², durante o início década de 1980, se desencadeia e se amplia a luta pela Reforma Agrária no

¹⁰As CEBs são uma reunião de pessoas que habitam na mesma região, tem uma mentalidade unificante e possuem a mesma fé. São eclesiais, porque estão unidas a um grupo de ação social ligados à igreja. São de base porque são compostas de pessoas das classes populares e se contrapõem aos que tem posses. Atua em geral na zona rural e na periferia das cidades. Organizam-se em torno das paróquias, capelas, centros sociais e associações comunitárias por iniciativa de leigos, padres ou bispos. Reconhecidas e incentivadas após Concílio Vaticano II e orientadas principalmente pela Teologia da Libertação, tiveram forte atuação nos anos de 1970 e 1980 no Brasil e na América Latina (BETTO, 1981).

¹¹A fazenda Grande Alagamar fazia parte dos municípios de Salgado de São Félix e Itabaiana, localizadas na microrregião de Itabaiana, estado da Paraíba, que faz parte da mesorregião do Agreste Paraibano. Compreendia um complexo de fazendas usineiras chamado de “Fazendas Reunidas Santa Cruz”, que era constituído pelas Fazendas Alagamar, Campos, Várzea Grande, Maria de Melo e Riacho dos Currais. O falecimento do antigo dono, no ano 1975, representou uma grande alteração na vida das famílias que habitavam em Alagamar. Sua morte ocorreu em um momento em que avanço do capital agrícola sobre a região de Itabaiana e Salgado de São Félix acontecia, assim como em outras localidades da Paraíba. Em Alagamar, os conflitos iniciaram principalmente quando os novos donos resolvem expulsar os tradicionais moradores e novos foreiros da fazenda (CANTALICE, 1985).

¹² A Fazenda Camucin é situada no Município de Pitimbu, na microrregião do Litoral Sul do Estado da Paraíba, que faz parte da mesorregião da mata ou mesorregião canavieira (MOREIRA, 1988). Em 1978, com a morte do proprietário da Fazenda, os herdeiros venderam-na para a Empresa Agroindustrial Tabu, empresa pertencente ao Grupo Empresarial Lundgren S.A., cujas terras faziam limite com Camucim. Para que ocorresse a expansão das

estado paraibano com o apoio da Igreja Católica mediante lideranças das Comunidades Eclesiais de Base e da Pastoral Rural e posteriormente, até os dias atuais da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ressalta-se que o Bispo D. José Maria Pires¹³, teve papel relevante na consolidação dessa luta, assim como, D. Marcelo Carvalheira¹⁴ em Guarabira, D. Luiz Gonzaga Fernandes¹⁵ em Campina Grande, respectivamente orientados pela Teologia da Libertação, com o direcionamento de D. Helder Câmara¹⁶ no estado de Pernambuco (SILVA, 1997). Isto pode ser confirmado na fala de Pe. Domingos Cleides Claudino¹⁷, durante a entrevista realizada na “Casa Paroquial”, em Cajazeiras, em 3 de novembro de 2012:

Comecei a luta de inserção na base, pelas CEBs, que era o grande luminar da Igreja Pós-Conciliar após o Vaticano II, e com as grandes influências e incidências éticas dos grandes monumentais documentos das conferências do CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano em Medellín e depois Puebla. E aí, o episcopado brasileiro que

áreas cultivadas com cana-de-açúcar desta empresa, era necessário que os camponeses fossem retirados do local. Essa foi a origem do conflito de terra entre a Empresa Agroindustrial Tabu e os então posseiros de Camucim (VELÔSO e WHITAKER, 2013).

¹³Dom José Maria Pires foi Arcebispo emérito da Paraíba. Mineiro, após o Concílio Vaticano II, atuou assiduamente na defesa dos jovens que eram presos durante a ditadura. Atuou também nas cidades mineiras de Diamantina e Araçuaí. Mudou depois para Belo Horizonte. Foi membro da Comissão Central da CNBB, presidente da Comissão Episcopal Regional do Nordeste. Atuando na Paraíba principalmente com as CEBs e as pastorais (RIBEIRO, 2005).

¹⁴Dom Marcelo Pinto Carvalheira é um arcebispo católico pernambucano, arcebispo emérito da Paraíba. Foi o primeiro reitor do Seminário Regional do Nordeste Olinda, Assistente Eclesiástico da Ação Católica e Subsecretário do Regional Nordeste 2 da CNBB. Dom Marcelo foi um dos mais importantes colaboradores de Dom Helder Câmara. Durante o regime militar no Brasil, defendeu os líderes católicos perseguidos, sendo ele mesmo preso e torturado. Foi designado bispo da recém criada Diocese de Guarabira em 1981. Em 1995 foi designado para ser Arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, múnus que exerceu até 5 de maio de 2004 (fonte: <http://www.catolicanet.com>).

¹⁵Dom Luís Gonzaga Fernandes foi Reitor do velho Seminário Arquidiocesano da Paraíba. Em 1965 foi sagrado bispo e enviado, como Bispo Auxiliar, a Vitória/ES, onde permaneceu durante 15 anos. De 1981 a 2001, foi Bispo Titular da Diocese de Campina Grande/PB, tendo trabalhado principalmente com as CEBs e os movimentos sociais. Sua morte, a quatro de abril de 2003, deixou enorme lacuna na igreja progressista (fonte: <http://www.premiodomluis.es.gov.br>).

¹⁶Dom Helder Pessoa Câmara foi um bispo católico, arcebispo emérito de Olinda e Recife. Foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e grande defensor dos direitos humanos durante o regime militar brasileiro. Pregava uma Igreja simples, voltada para os pobres e a não-violência. Por sua atuação, recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais. Foi o único brasileiro indicado quatro vezes para o Prêmio Nobel da Paz (CRIADO, 2006).

¹⁷Pe. Domingos Cleides Claudino nasceu em Uiraúna, iniciou o curso de Filosofia no Seminário da Prainha, em Fortaleza. Enviado à Roma para continuar os seus estudos de Filosofia e Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana, residindo no Colégio Pio Brasileiro. Lá também recebeu as primeiras ordens e o diaconato, voltando à Uiraúna, sua terra Natal, no final de 1972, para os preparativos de sua ordenação Presbiteral. Foi ordenado sacerdote em 1973. Grande colaborador do movimento de luta pela terra no alto sertão da Paraíba, e uma figura de resistência na região (fonte: <http://cofemac.com.br>).

praticamente era considerado conservador, avançou, na linha de frente dessas discussões de renovação da igreja, onde a igreja procura dialogar, e que o diálogo seja transformador da realidade.

Dom Helder Câmara veio do Rio de Janeiro, pra cá para o sertão e depois para Recife, e isso foi aglomerando grupos de pastores como Dom José Maria Pires aqui na Paraíba e Dom Luiz Gonzaga, as maiores referências, do nordeste, tanto na Paraíba, como em Pernambuco, no Nordeste II, regional da CNBB. E aí, nós nos embalamos como padres novos desta dinâmica, nesta mística, neste encanto da Igreja nas bases e o enfoque não podia deixar de ser o mundo rural, que era naquele tempo a maioria do espaço habitado, muito mais do que na cidade. Hoje é o contrário, a urbanização fez o esvaziamento rural, os novos horizontes com a terra está mais ligado ao agronegócio e isso é terrível. Mas também naquele tempo não se falava tanto no envenenamento e nem nas grandes empresas agrícolas. Era o mundo mesmo dos pequenos e médios proprietários, um ou outro latifúndio. E aí, veio o sindicato do tempo de Dom Zacarias nos anos 1950 aqui na diocese de Cajazeiras, mas estava atrelado ao sistema, a prefeitura, a politicagem. Então, nós começamos a ver um evangelho com força transformadora, portanto, era a Teologia da Libertação que nos orientava (Depoimento do Pe. Domingos Cleides Claudino, entrevistado em 3 de novembro de 2012).

A luta no Sertão começou com grupos oriundos da Igreja católica, principalmente. Nesse período vai-se criando de forma lenta e gradual o processo de capacitação das famílias a partir dos cursos bíblicos. Isso fortaleceu muito a luta, pois fazia-se com as famílias uma comparação de sua situação com as histórias dos povos presentes na Bíblia, e a partir daí eram feitas as discussões sobre a luta pela terra. Na Diocese de Cajazeiras, os primeiros momentos de atividade contaram com o apoio do Pe. Domingos Cleides Claudino, da Paróquia de Uiraúna (SILVA, 1997):

Foi nesse anseio grande, nas CEBs, nas comunidades, da vivência prática, sair da teoria, sair dos sermões, sem atingir a consciência crítica da cidadania, do católico, do irmão pobre e sofredor, da maioria empobrecida e daí você tem os instrumentos de todos os grandes teóricos da teologia da libertação, dos dois irmãos Leonardo e Clodovis Boff, os outros tantos que eles explicam como surgiu a CEBs e a Teologia da Libertação com explicitação da fé na consciência crítica na sua cidadania, no seu ser gente e no ser digno de viver como pessoa humana, livre e salva e Jesus Cristo. Não dependendo do sistema e não continuar pobre por ser pobre. E Dom Helder ensinava: ‘Não fazer os pobres de hoje, os opressores de amanhã’. Saber conduzir uma mística também. Quem pensa que as CEBs e os projetos não tinham mística, portanto eram um engano, uma tapeação, ou eram um puro horizontalismo, está enganado, as

CEBs, também tinha uma alta espiritualidade, uma mística profunda, o que o próprio Leonardo Boff escreve sobre a teologia dos conflitos, a espiritualidade dos conflitos da libertação, é muito bonito (Depoimento do Pe. Domingos Cleides Claudino, entrevistado em 3 de novembro de 2012).

A presença deste grupo formado pelas CEBs começa a ser solicitada por trabalhadores rurais de vários municípios sertanejos paraibanos (Triunfo, Jericó, Bonito de Santa Fé e Riacho dos Cavalos) que pediam apoio para a demarcação das terras das bacias de açudes públicos situadas nesses municípios, pois no final da década de 1980, havia um movimento pela demarcação de terras em áreas de açudes públicos, “griladas” pelos ex-proprietários. Esse fato marca, assim definitivamente, o início do movimento pela Reforma Agrária no Alto Sertão Paraibano (SILVA, 1997). Isto pode ser observado na informação divulgada no jornal Aconteceu (1991):

Trabalhadores rurais sem terra da Paraíba estão acampados, desde início de julho, nos açudes públicos de Riacho dos Cavalos, Carneiro (ambos no município de Jericó) e Pilões (município de Triunfo). [...] Os trabalhadores reivindicam ao governo do Estado a regularização de sua situação e a adoção de medidas efetivas para solucionar os problemas relacionados à “seca”. [...] os proprietários continuam com o monopólio da terra apesar do Governo indenizar toda a área. Por conta disso, vários conflitos de terra tem surgido, principalmente no sertão paraibano (JORNAL ACONTECEU, Ceará, 05/08/1991, p. 6).

Naquele período, os camponeses ocuparam terras públicas nessas áreas que eram griladas pelos seus ex-proprietários que continuavam usufruindo destas sob a exploração dos camponeses, cobrando renda, considerada por estes indevida, conforme Silva (1997), Moreira Neto (2001), Moreira (1990), Nascimento (2010). Assim nos relata o coordenador da CPT-Sertão, Antônio Cleides Gouveia:

As propriedades onde os açudes eram construídos, os proprietários das fazendas eram desapropriados, indenizados pelo governo, mas o governo não emitia a posse. Então muita terra que ficava em volta dos açudes continuava na posse dos ex-proprietários e muitos camponeses moravam naquelas terras trabalhando para os patrões sem ter o conhecimento de que a terra era do Estado. Então, com o trabalho da Pastoral, eles foram tomando consciência dessa realidade, foram se

organizando em grupos e decidiram lutar por estas terras. Isso começou em Bonito de Santa Fé, mas também outras áreas de açude na mesma época se organizaram para lutar pela terra como foi no açude Riacho dos Cavalos, na bacia do açude público de Pilões, sobretudo na comunidade de Três Irmãos e vizinhanças e também no açude de Carneiro em Jericó, no assentamento de Recanto. Então, foram essas quatro lutas que deu início a luta pela Terra no Sertão de grupos de camponeses apoiados pela CPT, no final da década de 1980. (Depoimento de Antônio Cleides Gouveia, coordenador da CPT-Sertão-PB, entrevistado em 17 de agosto de 2012).

Socorro Gouveia, que participou deste início de luta, nos relata sobre os embates ocorridos:

A luta no Sertão começou com os grupos de Igreja. A primeira luta de todas foi em Riacho dos Cavalos, na época só tinha as CEBs, com Frei Dimas e ele era apaixonado pelas CEBs. Zequinha já estava lá, e lá houve as primeiras lutas com aquelas terras lá, perto dos açudes, onde as famílias foram expulsas na década de 1930 e naturalmente foram voltando. Na volta estabeleceu-se o conflito. Várias formas de expulsão, e na década de 1980, 84-85 por aí, houve essa primeira luta em Riacho com a volta das famílias que não reagiram no momento da expulsão. Foram várias formas de expulsão e na época só havia as CEBs. Em 1986, no início deste ano, a luta de Três Irmãos, que foi uma luta pequena, movimento dos agricultores de lá, junto com o Prefeito Abel (Abel Dantas), que tinha o domínio das terras de lá (Depoimento de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, entrevistada em 18 de agosto de 2012).

As lutas iniciaram-se em Riacho dos Cavalos, com o apoio de Frei Dimas¹⁸, que fazia parte das CEBs. Esta luta inicial se deu perto dos açudes, onde as famílias foram expulsas gradualmente. Durante a década de 1930, foram desapropriados cerca de 1600 ha de terras, para a construção do açude de Riacho dos Cavalos, ficando a maior parte das terras ociosas, sendo estas ocupadas por camponeses sem terra. Por volta da segunda metade da década de 1960 se estabelece na região a EMEPA – Empresa Paraibana de Pesquisa Agropecuária, para fazer pesquisas relacionadas a criação de gado e a plantação de capim, mas as terras ainda estavam sendo utilizadas pela antiga família proprietária. Durante a década de 1970, a EMEPA começa a tentar restringir o uso da terra pelas 60 famílias que trabalhavam no local, não

¹⁸ Frei Dimas, do município de Catolé do Rocha, foi grande apoiador da luta pela terra, apontado pelos agentes pastorais como o fundador da Romaria da Terra e o primeiro a falar em Teologia da Libertação no Sertão.

permitindo que fizessem pequenas criações, que plantassem e por fim expulsando de maneira brutal os camponeses de suas moradias. Estas famílias expulsas, somadas a outras famílias de camponeses, a partir de 1985 passaram a se organizar de forma coletiva com o apoio das CEBs, ocupando 300 ha, na tentativa de obter desta terra em volta do açude, que eram improdutivas, o sustento das suas famílias (FIGURA 2).



FIGURA 2 - Camponeses acampados próximos à vazante do açude de Riacho dos Cavalos- 1985. Fonte: Arquivo fotográfico da CPT-Sertão-PB.

Em 1990 já eram 126 famílias que lutavam pela posse das terras da fazenda pública do açude de Riacho dos Cavalos que estava ainda sob o poder da EMEPA que proibia esses camponeses de viver na terra e desenvolver uma agricultura de subsistência (SILVA, 1997).

Cerca de 126 famílias de posseiros das terras pertencentes à Fazenda Pública Estadual do Açude de Riacho dos Cavalos, foram expulsos mais uma vez pela Polícia (que faz a guarda das áreas) e estão desabrigados naquela cidade. A ação da expulsão foi formulada por João Maria, administrador da EMEPA - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado da Paraíba, como denuncia os posseiros.

[...] Nas retiradas executadas por contingentes da Polícia, as derrubadas de casas, queimas de acampamento, plantações de subsistência, roupas, mantimentos, utensílios e até documentos pessoais dos trabalhadores são freqüentes. No momento, a comunidade daquela localidade é quem está doando alimentos para aquelas famílias, compostas em sua maioria de crianças, onde muitas delas estão inclusive doentes (CORREIO DA PARAÍBA, João Pessoa, 05/07/1990, p.12).

Durante essa ocupação de Riacho dos Cavalos, cinco camponeses acampados foram presos. Como noticiado na Folha de São Paulo em 27 de julho de 1991:

Na Paraíba, a polícia prendeu ontem quatro trabalhadores rurais e um membro da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) na área de conflito do Açude Público de Riacho dos Cavalos (420 km a nordeste de João Pessoa). O delegado Francisco Basílio Rodrigues disse que cumpriu ordem do juiz José Normando Fernandes. Basílio afirmou que os trabalhadores desobedeceram à ordem judicial “ao não quererem sair da área”.

O coordenador da CPT estadual, Frei Anastácio¹⁹ Ribeiro, disse que a decisão do juiz e do delegado “foi arbitrária” (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 27/07/1991, p.3).

Além da prisão os camponeses tiveram suas lavouras destruídas por um trator da EMEPA. Esses trabalhadores recusaram-se a abandonar as terras em que haviam cultivado milho, feijão e batata na vazante do açude. A necessidade de se plantar na localidade se deu devido à falta de chuvas e fora uma iniciativa para evitar que as pessoas acampadas no local passassem fome (FIGURA 3).

¹⁹Frei Anastácio é um frade franciscano, natural de Esperança - PB, em agosto de 1965 tornou-se franciscano menor da Província de Santo Antônio do Brasil decidiu dedicar seu trabalho em função dos mais humildes e excluídos. Ele começou nessa luta de resistência há 36 anos em defesa do trabalhador do campo e da cidade. Foi um dos fundadores da Comissão Pastoral da Terra, na arquidiocese da Paraíba, com sede na capital de João Pessoa (RIBEIRO, 2013).



FIGURA 3 - Celebrando a conquista das vazantes do açude. Missa celebrada pelo Frei Dimas - 1991.

Fonte: Arquivo fotográfico da CPT-Sertão-PB.

Já em Três Irmãos, a estrutura de ocupação se deu de forma diferente: Manoel Sampaio, um dos últimos administradores do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) a prestar serviço em Pilões, durante a segunda metade dos anos 1970, redistribuiu as terras griladas com os moradores da área, deixando outra área de aproximadamente 600 ha reservada para criação de gado pelo Estado. Em 1982, a União repassa a administração dessas terras para o Estado da Paraíba que passa a arrendá-las por contrato de um ano sob a condição de devolução no mês de dezembro quando o pasto seria negociado. Este sistema vigorou até 1987. Em 1988, o então prefeito de Antenor Navarro, atual São João do Rio do Peixe, Abel Dantas de Medeiros, recebe o encargo de administrar essas terras e acaba por reduzir o período de utilização das terras pelos trabalhadores sem aviso prévio para 6 meses colocando o gado antes da realização da colheita do milho. Estes fatos são motivadores dos conflitos de terras em Três Irmãos (FIGURA 4) e marcaram o início da organização de luta pela terra naquela região, mediada pela CPT-Sertão (SILVA, *Op.cit*).

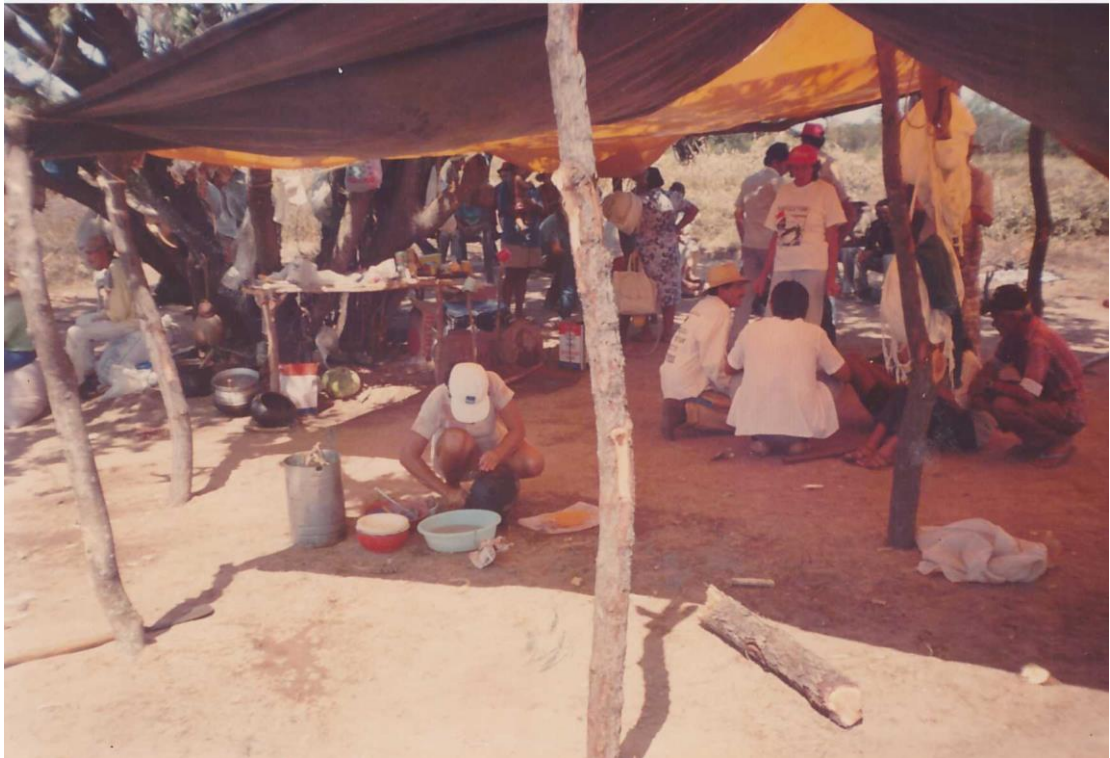


FIGURA 4 - Acampamento embaixo do Juazeiro em Três Irmãos –Triunfo-PB – 1989.
Fonte: Arquivo fotográfico da CPT-Sertão-PB.

Ainda sobre esta questão, Socorro Gouveia nos relata:

Aí o pessoal se organizou e disse que não ia deixar ele botar o gado naquele tempo. Foi uma luta pequena, mas significativa, onde começaram a falar diferente. Porque deixavam ele dizer o tempo e a hora de botar o gado no roçado. E aí Pe. Cleides estava na coordenação diocesana e eu estava na CEBs – Comunidades Eclesiais de Base e na coordenação diocesana acompanhando a de Três Irmãos, em torno de uns 25 agricultores e que foi uma coisa assim difícil e nova porque eu não havia participado de nenhuma luta, mas que se percebia que os agricultores tinham coragem de dizer não, e já estavam começando a enfrentar (Depoimento de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, entrevistada em 18 de agosto de 2012).

Por causa deste embate, houve uma oposição do Bispo Dom Zacarias Rolim de Moura²⁰, da Diocese de Cajazeiras, contra o Pe. Cleides e contra as irmãs ligadas ao trabalho da CEBs. O fato é que apesar desta luta ter surgido, inicialmente a partir do acompanhamento da Igreja, primeiramente com o apoio de dois padres (Pe. Cleides e Frei Dimas) e depois com o Pe. Raimundo, da Igreja Nossa Senhora de Fátima, não havia outros apoios dentro da Igreja além destes. Como mostra a entrevistada:

Teve toda uma revolta do Bispo contra Pe.Cleides, contra as irmãs. E o Bispo proibiu o Padre e as irmãs de andar em Três Irmãos, e aí eu e Mundinho da Ramada também éramos das CEBs e ele deu uma ajuda lá, e ficavam indo eu e Mundinho lá, pra evitar um conflito interno com Pe. Cleides. Então na época tinha só Pe.Cleides e Frei Dimas na região de Catolé do Rocha (Depoimento de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, entrevistada em 18 de agosto de 2012).

O grupo das CEBs continua acompanhando e organizando a luta dos camponeses nessa região, no entanto, em meados da década de 1980 é fundada a Pastoral Rural, que surgiu a partir do encontro entre esse grupo que já lutava nessa região como CEBs, com a Pastoral Rural de Pernambuco no encontro de Pastorais Rurais do Regional Nordeste 2²¹ em Caruaru. É necessário ressaltar que nesse período Movimento dos Sem Terra²² estava ficando em evidência no país, já havia corrido vários encontros regionais no início da década de 1980 como: o Encontro Nacional dos Sem-Terra dos Estados do Sul em 1983, Congresso dos Sem-

²⁰Dom Zacarias Rolim de Moura, foi sacerdote e bispo da Igreja Católica Nascido no município de Umari, concluiu seus estudos eclesiais em Fortaleza, sendo ordenado sacerdote católico em 1937. Em 1945 foi nomeado pároco e vigário de Patos na Paraíba permanecendo no cargo até 1953. Nesse mesmo ano foi nomeado Bispo de Cajazeiras renunciando em 1990, por idade, depois de mais de 37 anos de episcopado, falecendo em 1992 na sua cidade natal. Durante seu episcopado, fundou o Seminário Nossa Senhora da Assunção e trabalhou pela criação da Diocese de Patos (fonte: <http://www.diocajazeiras.com.br/component/content/article/23.html>).

²¹Em 1964, na VI Assembléia Geral Ordinária da CNBB, realizada em Roma, em setembro e outubro, durante o Concílio Ecumênico Vaticano II, foram votados os desdobramentos de alguns Secretariados Regionais. Na sessão plenária do dia 30 de setembro de 1964, foi aprovado o desdobramento do Secretariado Regional Nordeste em três Regionais: Nordeste 1 (Maranhão, Piauí e Ceará); Nordeste 2 (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas); e Nordeste 3 (Bahia e Sergipe) (fonte : <http://www.cnbbne2.org.br/p/historico.html>).

²² O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil, tendo como foco as questões do trabalhador do campo, principalmente no tocante à luta pela reforma agrária brasileira. A organização do MST enquanto movimento social começou nos anos 80 do século passado e hoje já se faz presente em 24 estados da federação, fato que ilustra sua representatividade em termos nacionais. Os objetivos do MST, para além da reforma agrária, estão no bojo das discussões sobre as transformações sociais importantes ao Brasil, principalmente àquelas no tocante à inclusão social(FERNANDES, 2000).

Terra do Estado de Santa Catarina em 1984, o Congresso dos Sem-Terra do Estado do Paraná em 1985 e finalmente O Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em 1985 (GOHN, 1995). Apesar dos avanços, era um momento muito crítico para os movimentos sociais, pois nesta mesma época em Imperatriz no Estado do Maranhão, ocorre a morte de Pe. Josimo Moraes Tavares, assassinado a mando de fazendeiros do Estado do Tocantins, por sua defesa dos trabalhadores rurais. Na Paraíba, mais especificamente em Guarabira, o missionário Luís Pescarmona²³ estava ameaçado de morte. A Pastoral Rural paraibana foi criada com a ajuda do Pe. Domingos Cleide Claudino e o grupo das CEBs que já estavam atuando em Pilões, onde pediram apoio ao Pe. Hermínio Canova²⁴, já que este era o coordenador geral da Pastoral Rural do Regional Nordeste 2. Nas palavras de Socorro Gouveia:

Em 1986, no segundo semestre, que se funda a Pastoral Rural, naquele momento em que mataram Pe. Josimo (Pe. Josimo Moraes Tavares). Eu fui para um Encontro em Caruaru, convidada pelo pessoal de Pernambuco que conheciam o trabalho da gente na CEBs, aí eu fui e lá me apaixonei pela luta pela terra. O único momento que eu tinha participado era lá em Três Irmãos e quando eu voltei eu procurei o Pe. Cleides pra fundar a Pastoral Rural. Então nós pegamos todo o pessoal que era de CEBs, Zé Lisboa de Triunfo, Mundinho da Ramada, na época Ramada pertencia a Sousa, Zequinha de Riacho dos Cavalos, Seu Zé de Abdias de Santa Cruz, Seu Valdecir Santiago de Cachoeira dos Índios, e eu como CEBs, como coordenação diocesana e a gente convida o pessoal do Nordeste II e eles mandam Frei Anastácio, onde conhecemos ele nesse período de criação da Pastoral Rural na diocese (Depoimento de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, entrevistada em 18 de agosto de 2012).

Ainda no mesmo ano, esse grupo, já como Pastoral Rural, começa um trabalho com as famílias camponesas em Bonito de Santa Fé. Em 1988, o conflito se estabelece nessa região. As terras do entorno do açude Bartolomeu I, que ficavam na propriedade chamada Maniçoba, foram compradas pelo Estado em 1986. No local havia 25 famílias que viviam e trabalhavam

²³Luigi (Luis) Pescarmona é um missionário italiano que há mais de 40 anos trabalha no Brasil. Experienciou como religioso uma militância inicialmente junto aos camponeses mineiros e, posteriormente, com os paraibanos em torno de mobilizações sociais por direitos e pela reforma agrária (NETO, 2012).

²⁴Coordenador nacional da Comissão Pastoral da Terra é formado em Sociologia, trabalha a teologia da terra para leigos e seminaristas; além de ser especialista na questão agrária no Nordeste e atua na Arquidiocese de João Pessoa (Fonte: <http://cptalagoas.blogspot.com.br/2009/10/entrevista-pe-herminio-canova-ressalta.html>).

no local desde a década de 1960, tirando o seu sustento. No entanto, o ex-proprietário, continuava usufruindo a terra, pois não havia fiscalização por parte do Governo Estadual, e o grileiro continuava a cobrar também a renda pelo uso da terra aos camponeses, pedindo, por fim, a expulsão dessas famílias, sendo atendido pelo juiz da comarca, que concede a manutenção de posse a esse grileiro, mesmo sabendo que as terras estavam de posse do Estado.

Com esta manutenção de posse, capangas a mando do fazendeiro atacaram os camponeses, até que estes foram expulsos pela própria polícia, indo parar na Câmara dos Vereadores, que não os aceitaram ali, os levando a ir à prefeitura da cidade, onde novamente foram expulsos, indo por fim dormir na calçada da Igreja. Como relata Socorro Gouveia em entrevista ao Jornal O Norte de 29 de outubro de 1989:

[...] Segundo Socorro Gouveia, membro da Comissão Pastoral da Terra, no município de Bonito de Santa Fé, houve 7 despejos, 5 na área e 2 na Prefeitura. Com derrubada de casas, lavouras destruídas e sob a ameaça de morte, os trabalhadores rurais passam por momentos torturantes, ficando realmente impossibilitados de permanecerem no local [...] (JORNAL O NORTE, João Pessoa, 29/10/1989, p. 3).

Com a situação insuportável, os camponeses decidem em reunião ir à capital paraibana a procura de solução para o seu problema (FIGURA 5).



FIGURA 5 - Reunião em Bartolomeu I – Bonito de Santa Fé-PB –uma das reuniões onde os camponeses decidem ir à Capital do Estado pressionar o governo – 1988.

Fonte: Arquivo fotográfico da CPT-Sertão-PB.

Durante o tempo em que estiveram na capital paraibana, esses camponeses fazem vários atos públicos reivindicando soluções para o seu problema e para o de outros que se encontravam na mesma situação. Um dos atos mais significativos foi um protesto realizado em frente a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em 28 de outubro de 1989. Como mostrado no jornal *Correio da Paraíba* de respectivo ano:

Reunidos ontem em frente à Assembleia Legislativa, cerca de 30 famílias do Açude Bartolomeu I no município de Bonito de Santa Fé, fizeram um ato público em protesto ao tratamento que vem recebendo dos proprietários daquela área desde que foi feita a desapropriação de terras [...] e pediram providências às autoridades competentes para que o problema seja solucionado e que o Governo do Estado providencie a volta das 30 famílias às terras que pela lei tem direito já que estão nelas a mais de 20 anos e as mesmas já foram desapropriadas (JORNAL CORREIO DA PARAIBA, João Pessoa, 28/10/1989, p. 7).

Ainda neste ano, estas famílias apoiadas por esse mesmo grupo das CEBs, mas agora como CPT não tendo onde ficar e não agüentando mais as injustiças decidem ir para João Pessoa e acabam acampando na sede do INCRA-PB (FIGURA 6) com o intuito de serem ouvidos pelas autoridades competentes no sentido de derrubar a liminar a favor do ex-proprietário e em busca da demarcação das terras já indenizadas pelo Estado²⁵.



FIGURA 6 - 25 famílias ocupam a sede do INCRA em João Pessoa-PB para pressionar as autoridades a executar a demarcação de terras indenizadas pelo Estado –1989.

Fonte: Arquivo fotográfico da CPT-Sertão-PB.

O jornal O Norte (1989), mostra a situação dos camponeses neste período:

As trinta e cinco famílias de agricultores moradores da fazenda Maniçoba, em Bonito de Santa Fé, [...] continuam abrigados na sede do INCRA aqui em João Pessoa, esperando o encaminhamento do processo através do Governador Tarcísio Burity, para tomarem conta da terra. Eles já foram despejados quatro vezes da propriedade e a última vez que isso ocorreu foi na quarta-feira passada, quando foram expulsos a tiros (JORNAL O NORTE, João Pessoa, 10/09/1989, p. 8).

²⁵Informação proveniente de registro de reunião pesquisada em documentação interna da CPT-Sertão, datado em outubro de 1989.

O que dificultava o trabalho da Pastoral Rural era a questão do apadrinhamento que era comum na região, e a recusa do Bispo Dom Zacarias Rolim de Moura em apoiar a luta após tomar conhecimento de que o pessoal da sua diocese estava participando dos embates através da realização de um ato público. O bispo entendia e conhecia o significado da Teologia da Libertação, mas não aceitava, como lembra Pe. Domingos Cleides: “[...] Dom Zacarias me chamou uma vez para explicar o que era Teologia da Libertação e quem era Leonardo Boff. E depois de uma boa explicação ele disse me convenceu, mas não me converteu” (Depoimento do Pe. Domingos Cleides Claudino, entrevistado em 3 de novembro de 2012).

Socorro Gouveia a respeito da posição do bispo e da conjuntura dos conflitos no final da década de 1980:

Em 1988, surge o conflito de Bonito de Santa Fé, no açude também, nós só trabalhávamos com açudes públicos, a reforma agrária era até impossível se pensar aqui. Aí era uma cultura muito fechada, a problemática do latifúndio, do apadrinhamento, que sempre dominou e aí isso era muito difícil no sertão. Nós só conseguíamos avançar na luta pela terra em áreas públicas. Então em 1988 surgiu a luta de Bonito de Santa Fé e a gente já foi pra lá como Pastoral Rural. Aí o Bispo proibiu, porque a luta lá se tornou muito pública, houve vários despejos, a gente foi despejado da terra, o pessoal foi despejado da igreja, da câmara de vereador, da prefeitura, por todo lugar que ia era despejado. Então se tornou muito público, um ato público e foi pessoal da universidade, do PT de Uiraúna, de Sousa e Cajazeiras que nessa época já tem esses blocos por fora apoiando, SINFUNC - Sindicato dos Funcionários de Cajazeiras, SINTEP - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba, eu sei que tinham esses sindicatos apoiando e o PT de Uiraúna, de Sousa e Cajazeiras. Foi muito importante o apoio desses grupos. E o Bispo tomou conhecimento e disse que não aceitava a luta pela terra na diocese dele (Depoimento de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, entrevistada em 18 de agosto de 2012).

Diante da posição do bispo, este grupo rompeu com a diocese de Cajazeiras, e em 1988 a Pastoral Rural deixou de existir passando a formar a CPT-Sertão-PB. Cabe ainda salientar que a denominação CPT-Sertão foi definida como um modo de demarcar a abrangência da entidade na referida região, ou seja, o sertão da Paraíba. A configuração da

CPT-Sertão-PB se justifica, por um lado, pelo tímido apoio oferecido pela Diocese de Cajazeiras e, por outro, pelo estímulo recebido da Diocese de Patos para as atividades da entidade. Socorro Gouveia explica:

Então nós rompemos com a diocese, então a pastoral deixou de existir e passa a formar a CPT. Então a CPT foi criada a partir desse problema e o problema é que tinha que ter um bispo pra assinar e a gente foi pedir apoio em Patos com Dom Gerardo Ponte, por isso que não podia ser a CPT de Cajazeiras e sim CPT Sertão. A CPT faz parte da linha 6 da CNBB e por isso teria que ter obrigatoriamente um bispo que respondesse por aquela equipe, Dom Gerardo se acertou com a gente e por isso ficou a CPT Sertão. A CPT nunca conseguiu se estruturar em Patos. Lá funcionavam mais outros grupos como a Cáritas, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e as CEBs (Depoimento de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, entrevistada em 18 de agosto de 2012).

Outro fator apontado pelo Pe. Domingos Cleides para que houvesse o desejo de se criar a CPT no Sertão paraibano era o intercâmbio e a troca de idéias que estavam ocorrendo nos encontros regionais, onde os grupos tomavam consciência dos movimentos de luta e conscientização ocorridos dentro da própria igreja.

A CPT no Sertão nasceu disso. Os de Uiraúna se juntando também com os daqui da Diocese de Cajazeiras, porque era a sede da Diocese, onde, a CPT-Sertão-PB nasceu. Ela surge também do intercâmbio e da participação nos encontros a nível mais do regional. [...] Dom Zacarias dizia que a Igreja da Paraíba era dividida pela Serra da Borborema, as duas dioceses no Sertão, onde havia Dom Expedito e Dom Zacarias, com uma mentalidade fechada na linha tradicional e a da Borborema pra cima, como a de Guarabira com Dom Marcelo, de Campina Grande com Dom Luiz Gonzaga e João Pessoa com Dom José Maria Pires, com uma teologia e uma eclesiologia para a base, com o povo e para o povo. Então aí, eles começaram a tomar conhecimento do que era uma CPT que é da CNBB, e encontros e movimentos e estudos, e eles foram criando por iniciativa própria o desejo de trazer lá do litoral a CPT para o Sertão e aí foram começando a se organizar por iniciativa própria e a luta que eles travaram para chegar até hoje (Depoimento do Pe. Domingos Cleides Claudino, entrevistado em 3 de novembro de 2012).

Inicialmente, a prioridade da CPT-Sertão-PB era trabalhar a agricultura familiar, fortalecendo a convivência com o semiárido buscando evitar o êxodo rural que predominava na região. O trabalho se deu com o acompanhamento aos pequenos produtores rurais com discussões em torno da preservação das espécies nativas da fauna e flora locais, o respeito à água, às sementes e aos animais. Neste ponto, o grande empecilho para o desenvolvimento do trabalho era a condição dos trabalhadores não possuírem terra²⁶, como relata Antônio do Nascimento Sobrinho, mais conhecido como Antônio da Viúva, ex-presidente da associação de Três Irmãos e assentado em Acauã:

O movimento surgiu a partir da necessidade desses trabalhadores se organizarem nos anos 1980, 1990, porque havia uma necessidade tremenda de produzir né? E aí foi despertado na cabeça dos trabalhadores que precisava ocupar a terra, ocupar o espaço pra poder produzir (Depoimento de Antônio da Viúva, ex-presidente da associação de Três Irmãos e assentado em Acauã, entrevistado em 19 de agosto de 2012).

Outro conflito importante foi o do município de Jericó, localizado na microrregião de Catolé do Rocha, que ocorre no Açude do Carneiro. Essas terras foram desapropriadas pelo governo do Estado no ano de 1983 e distribuídas entre os agricultores sem terra que passaram a produzir no local. Poucos anos depois, o próprio governo do Estado devolveu a administração das terras aos antigos proprietários que passaram a usufruir, então, de uma barragem. Os agricultores permaneceram nas terras, o que gerou um extenso conflito na área. Já nos anos de 1990, os proprietários reivindicaram na justiça a reintegração de posse, vindo a conseguir através de decisão judicial. Depois de muito impasse, os camponeses sem terra conseguem colher as plantações já realizadas em 13 hectares. Após fazerem a colheita, os agricultores reivindicaram fazer a retirada da ração, vindo a receber mais um prazo. No entanto, após colherem e retirarem esta ração, estes camponeses decidem plantar novamente na terra e não desocupá-la (SILVA, 1997), como pode ser visualizado na Figura 7.

²⁶Informação proveniente de pesquisa em arquivo da CAAASP Ofício 16/2007 de 02 de maio de 2007.



FIGURA 7 - Acampamento em Recanto – Jericó-PB – onde os camponeses decidem plantar novamente na terra e não desocupá-la – Destaca-se a presença de Pe. Cleides (primeira pessoa da dir. para a esq.) – 1991.

Fonte: Arquivo fotográfico da CPT-Sertão-PB.

Este fato também foi noticiado no jornal A União, em 23 de setembro de 1993:

Segundo informações do presidente da INTERPA, Paulo Meira, os trabalhadores querem permanecer cultivando suas culturas temporárias no leito do açude, como vinham fazendo há bastante tempo. Nessa área o governo possui terras desapropriadas sem reserva, e já vem sendo exploradas por alguns posseiros (JORNAL A UNIÃO, João Pessoa, 23/09/1993, p. 5).

Após essa decisão dos agricultores, o juiz Samuel Brunet manda um contingente da Polícia Militar ao local onde ocorre a prisão dos camponeses José Raimundo Pereira de Sousa, Raimundo Nonato de Sousa, Francisco das Chagas de Sousa, José Vidal de Negreiros e Derci Vidal de Negreiros. Com estes também foram presos Maria do Socorro Gouveia da CPT-Sertão-PB e Dorival Fernandes da CPT-Litoral-PB. Sendo liberados apenas os

representantes da Pastoral da Terra. Em meados da década de 1990, um acordo foi estabelecido após muita luta e negociação com o Governo da Paraíba e o TJ (SILVA, *op. cit.*).

A luta pela terra, como cita Silva (1997), ocorrida no Alto Sertão da Paraíba entre os anos de 1989 e 1991, em torno das áreas dos açudes públicos compreendia também a luta pela água. Essa luta envolveu cento e quarenta e oito famílias e foi acompanhada pela CPT-Sertão-PB, em quatro áreas de conflitos, que posteriormente se tornaram assentamentos do Estado, como é o caso de Três Irmãos que teve sua vitória em 1991 e Recanto em 1993 (FIGURAS 8 e 9), sob a responsabilidade do Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba (INTERPA).

Em 1991, nós fizemos uma ação muito forte. Ocupamos três áreas de uma vez só. Que foi Três Irmãos, aí Três Irmãos volta aí nesse novo cenário, Riacho dos Cavalos novamente, com algumas ações pequenas, mas nesse dia marca mesmo, a gente efetiva a ocupação e Jericó, que era uma área nova (Depoimento de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, entrevistada em 18 de agosto de 2012).



FIGURA 8 - Camponeses celebrando a vitória da luta de Três Irmãos – 1991.
Fonte: Arquivo fotográfico da CPT-Sertão-PB.



FIGURA 9 - Construção das casas no assentamento Recanto após a conquista da luta – 1993.
Fonte: Arquivo fotográfico da CPT-Sertão-PB.

Sobre a ocupação de Três Irmãos, podemos, temos o relato do Jornal Correio da Paraíba no mês de julho 1991:

[...] Para conseguir seu objetivo – alguns palmos de chão para plantar – 36 famílias de agricultores decidiram acampar, no dia 6 de julho no sítio Três Irmãos, localizado na bacia do açude público de Pilões na região do Alto Piranhas. Ainda hoje, estão lá. A manifestação dos agricultores é pacífica. A principal arma dos sem terra é um gravador, onde eles registram todas as conversas com as autoridades ligadas à área fundiária. Em João Pessoa, a Comissão Pastoral da Terra, da Arquidiocese da Paraíba, juntamente com os sindicatos rurais do interior, distribuiu nota exortando o governo da Paraíba a buscar uma solução urgente para o problema dos agricultores que ocuparam as margens de Pilões, de Riacho dos Cavalos e Carneiro. As entidades destacam que os açudes são construídos com recursos públicos em imóveis rurais cujos donos são indenizados. Mesmo assim, esses proprietários monopolizam a terra e daí surgem os conflitos com os agricultores (CORREIO DA PARAÍBA, João Pessoa, 28/07/1991, p.21).

A entrevista com Socorro Gouveia também nos relata alguns problemas e dificuldades ocorridos nessas primeiras lutas:

Pra mim a principal dificuldade que marcou a gente foi o fechamento da sociedade, a população não conseguia aceitar a reforma agrária. Com o juiz, por ser uma coisa pública, ela entra em conflito, no mínimo o que o juiz deveria executar era dizer –“esta área está em litígio”, então é do Estado. Então o proprietário entrava na justiça e eles davam a esse proprietário o poder de despejar, dava emissão de posse a uma área que é do Estado. Então era um absurdo a própria justiça não viabilizar a questão da terra aqui. Outro problema é que as áreas já conquistadas, já estavam estabelecidas, só não documentalmente terminadas porque eles diziam que era área do Estado e não podiam ser desapropriadas novamente, então, eles assinavam em termo de comodato. Então a gente tem problemas com algumas áreas, mas, em parte foi resolvido (Depoimento de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, entrevistada em 18 de agosto de 2012).

A atuação e assistência da CPT a esses trabalhadores rurais, inclusive em momento de conflitos judiciais e prisões, foi de muita importância, mostrando que a entidade prestou assistência não só durante as ocupações, mas também na questão das denúncias e na colaboração com relação aos problemas com a polícia e a justiça, fatos que ocorreram com uma certa frequência durante os conflitos, como podemos atestar através de notícias como a do jornal O Momento (1991):

Os cinco trabalhadores rurais que foram presos e autuados em flagrante de delito, na tarde de anteontem na delegacia de Catolé do Rocha, sertão paraibano, já estão em liberdade. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Associação de Trabalhadores Rurais de Riacho dos Cavalos pagaram a fiança de um salário mínimo, por pessoa, para liberar os camponeses.

José Luiz Pedro (Zequinha), Cleodon Almeida de Oliveira, Raimundo José da Costa (Mundinho), Veridiano Vieira da Silva, e Antônio Pereira Alves, foram liberados na noite de anteontem após terem sido autuados em flagrante de delito pelo delegado Francisco Basílio Rodrigues, da cidade de Catolé do Rocha (JORNAL O MOMENTO, João Pessoa, 28/07/1991, p. 6).

Neste trabalho desempenhado pela CPT-Sertão-PB, desenvolveram-se os Bancos de Sementes Comunitários²⁷, num total de dezoito, e os Projetos de Fundo Rotativo Solidário²⁸, como alternativa para a convivência com o semiárido. Com o crescimento deste trabalho, a CPT-Sertão-PB passou a dar mais atenção à luta pela terra, que se estendeu aos latifúndios improdutivos da região, puxada pelos agricultores dos Bancos de Sementes Comunitários, que em sua maioria se encontravam impossibilitados de produzir e implantar as alternativas de convivência com o semiárido por falta de terra.

A Comissão de Trabalhadores surge em Novembro de 1994, a partir da necessidade de se ter uma organização que acompanhasse os Bancos de Sementes Comunitários e os Projetos de Fundo Rotativos Solidários. Esta Comissão fora criada para dar apoio à CPT-Sertão nos assentamentos já que era composta por agricultores oriundos destes assentamentos e que já ajudavam a CPT-Sertão-PB na organização dos assentamentos e da própria luta.

O acompanhamento da CPT foi de suma importância para que esses camponeses encontrassem o caminho para reivindicar seus direitos, esta entidade ajudou as comunidades camponesas na articulação com outras entidades e para pressionar o poder público, para conseguir justiça e que seus direitos fossem cumpridos e assegurados, como nos relata Antônio Cleides, coordenador da CPT-Sertão-PB:

Sem a CPT essas comunidades não tinham condições de se organizar sozinhas no sentido de reivindicar esses direitos. A CPT foi muito importante, não só a presença no momento de conflito, mas também a questão da denúncia dos despejos, das prisões, o acompanhamento jurídico a esses trabalhadores e uma articulação com as outras CPT's do Estado, quando esse pessoal precisou ir até a capital do estado no sentido de pressionar o governo para conquistar esses direitos. E aí foi ao INCRA, ao INTERPA, aos órgãos públicos, até conseguir a conquista da terra, no caso dos açudes públicos. E depois, no caso dos

²⁷É um banco de sementes voltado para atender às necessidades de alimentação e plantio de toda a comunidade de assentados durante todo o ano, foi um dos meios encontrados pelos camponeses para diminuir os impactos causados pela falta de sementes nos períodos de plantio e reduzir a subordinação dos camponeses em relação aos latifundiários e políticos. É considerado um símbolo da conquista desses camponeses (NASCIMENTO, 2011)

²⁸O Fundo Rotativo Solidário é como uma poupança comunitária conduzida coletivamente para fortalecer a agricultura familiar. Essa poupança é constituída por meio da doação voluntária de recursos por cada membro participante do fundo ou ainda pode ser constituída a partir de ações e recursos externos destinados à comunidade. É um fundo porque reúne recursos financeiros, sementes, etc. É rotativo, pois os recursos circulam entre todos os participantes. É solidário porque você recebe o benefício, mas também pensa no outro (SILVA, 1997).

privados a pressão era mais em cima do INCRA com o direito da reforma agrária, no caso dos latifúndios improdutivos, que o INCRA desapropriasse para a Reforma Agrária (Depoimento de Antônio Cleides Gouveia, coordenador da CPT-Sertão-PB, entrevistado em, 17 de agosto de 2012).

A partir desta luta em 1989, a luta dos camponeses em conjunto com a CPT-Sertão-PB se expande e ganha ânimo. A CPT Nacional continua expandindo seu apoio à luta pela terra em outras regiões com o apoio da CPT-Sertão-PB (SILVA, 1997). Desde então, novos interlocutores (ASA-PB - Articulação do Semiárido Paraibano, INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, RESAB – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro, Universidades e Institutos Federais), ingressam neste cenário e as parcerias vão se consolidando e fortalecendo na relação com outros grupos, como grupos de camponeses organizados, grupos de mulheres, quilombolas, ciganos entre outros, em luta no estado e em outras regiões brasileiras. Além das reivindicações relacionadas à luta pela terra, o movimento entra na luta por outros direitos na perspectiva de construção da cidadania, com enfoque para a convivência com o Semiárido. A participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Paraíba nesta conjuntura se dá principalmente no litoral do Estado

Neste sentido, os caminhos percorridos pelos camponeses, na luta por direitos à cidadania, a partir da luta pela terra e pela água, ganha dimensões significativas ao se inserirem no movimento pela convivência com o Semiárido, na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) onde foram resgatando e fortalecendo a lógica camponesa que, como se sabe sofreu sérias mudanças com a expansão do capitalismo no campo, assim como em outras frentes como os movimentos em prol da educação para a convivência com o Semiárido (empreendido pela RESAB), e mais especialmente o movimento pela educação do Campo. A educação escolar passa a ser também, a partir da década de 1990 e 2000, com a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), uma das reivindicações dos jovens assentados.

A articulação com outros grupos fora da região do Alto Sertão e mesmo fora do Estado, mediante visitas de intercâmbios, foi proporcionando a troca de experiências entre estes camponeses e outros grupos proporcionando um aprendizado na revalorização dos saberes produzidos historicamente no processo de produção da existência. A agricultura

familiar camponesa tem sido uma temática que vem proporcionando a elevação da autoestima desses sujeitos que se colocam a partir desse lugar social como sujeitos históricos.

CAPÍTULO IV - A LUTA PELA TERRA EM ÁREAS PRIVADAS E A LUTA NA TERRA

4.1. A Luta pela terra em áreas privadas.

A partir de 1995, o movimento passa a ter uma nova configuração, reivindicando a desapropriação de terras improdutivas de propriedade privada. A primeira ocupação em terras de propriedade privada, improdutivas no estado ocorreu em 1995 e é a partir daí que os protagonistas dessa luta passam a negociar com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Neste período, a luta pela terra e pela permanência nela no Alto Sertão Paraibano entra em uma nova fase. O movimento, agora mais forte e maduro, passa a reivindicar a desapropriação de terras improdutivas em propriedades privadas. Uma nova experiência, cujos interlocutores se diversificam e a luta se consolida. A idéia de se ocupar Acauã, no município de Aparecida, se deu a partir de acontecimentos ocorridos no final do mês de outubro início de novembro de 1995, durante a assembléia anual da CPT, onde estavam presentes lideranças dos assentamentos do Estado, pessoas do banco de sementes, fundo solidário, etc. Socorro Gouveia relata o ocorrido:

Então estávamos no final do mês de outubro, início de novembro, eu não lembro, eu não sei se alguém lembra, na assembléia anual da CPT, essas assembléias ocorrem desde a criação da CPT até os dias de hoje nesse mesmo mês. Na reunião de avaliação e planejamento com os Bancos de Sementes e com a Comissão de Trabalhadores, em que estavam esse pessoal dos assentamentos das áreas de assentamento de açudes públicos, e aí eu não sei também como, recebemos uma Xerox do Diário Oficial A União que dizia que Júlio César que era superintendente do INCRA e dizia na época que iriam haver quatro desapropriações do Estado e uma dessas desapropriações é Acauã. Então naquele dia que recebemos a notícia no jornal, decidimos ocupar Acauã. Foi uma coisa assim, extraordinária na vida daquele povo. Tinha em torno de 10 a 12 municípios presentes (Depoimento de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, entrevistada em 18 de agosto de 2012).

No início, nada se sabia sobre onde ficava Acauã, e a CPT-Sertão-PB vai conhecer o local, constatando que lá havia um rio perene. A data da ocupação foi marcada. Foram articuladas pessoas de todas as comunidades do município de Aparecida para ocupar Acauã, cerca de duzentas famílias, a conjuntura política da época estava desfavorável, como relata Antônio da Viúva:

Acauã era o alvo, a primeira fazenda que foi ocupada por famílias na região, fazenda particular. Porque até então havia ocupação de áreas, terras públicas, Pilões é terra pública, Riacho dos Cavalos é terra pública, Bonito de Santa Fé é Terra Pública, e aqui não, aqui era propriedade particular que pertencia à família Gadelha. Na época, politicamente falando, os Gadelha, proprietários dessa fazenda, estavam no estado, o secretário da agricultura era Marcondes Gadelha, da família Gadelha. Na época o governador da Paraíba era Zé Maranhão. Imagine como era fácil a conjuntura política daquela época (Depoimento de Antônio da Viúva, ex-presidente da associação de Três Irmãos e assentado em Acauã, entrevistado em 19 de agosto de 2012).

No entanto, após a prisão de Frei Anastácio o quadro acaba mudando. Socorro que participou deste conflito relata:

Zequinha conhecia algumas pessoas de Acauã através dos projetos da igreja, do fundo solidário e do Programa Alimento por Trabalho. Nós não sabíamos onde ficava Acauã, nem sabíamos que existia Acauã, nem como era. E a gente veio andou por aqui tudo, saiu com o pai de Jairo que mora aqui e é uma pessoa muito amiga, a gente veio andando na estrada aqui pra conhecer o local, sem ninguém saber, isso de madrugada às 5 horas da manhã. Voltamos para Cajazeiras com a notícia pro segundo dia de encontro e dissemos que tinha terra, tinha água e falamos sobre esse rio que tem aqui, que era perene na época, e aí decidimos ocupar em 2 de dezembro, quase um mês e pouco depois. E aí foi muito bom, todo mundo foi pra casa, a parte boa mesmo. Tinha duzentas e poucas famílias articuladas pra ocupar de todas as comunidades do município todinho. Num sei se era três ou era cinco dias faltando pra ocupar Acauã, prenderam Frei Anastácio em João Pessoa e ele era muito conhecido, principalmente pras pessoas do sertão. Então todo mundo pensou, Anastácio foi preso que é um padre, e nós? Quanto mais agente, agricultores, sem terra, sem casa, sem nada! Aí se esfriou. De 200 famílias que nós estávamos esperando chegar em 2 dezembro de 1995, chegaram 20 famílias. Que juntando essas famílias com nós, num dava 60 pessoas, pra duzentas famílias

que a gente esperava. Então, um choque assim muito forte pra gente, mas nós não desistimos (Depoimento de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, entrevistada em 18 de agosto de 2012).

Ainda sobre este processo de articulação da ocupação, Alexandro Alves Coelho, conhecido como Alex, morador do Assentamento Acauã comenta:

No dia nós tínhamos fretado um caminhão, mas tínhamos medo que a operação Manzuá da polícia pudesse ser um entrave. Mas para burlar esse problema cada vez que íamos sendo abordados nas saídas das cidades nos dizíamos que estávamos indo para uma romaria já fazíamos romaria todos os anos. No entanto, apesar da gente burlar essa questão, do pessoal articulado infelizmente só estavam 17 famílias e eram pessoas da periferia de cajazeiras, da CPT e de outras áreas dos açudes. Chegamos lá por volta da madrugada e decidimos ficar as margens do rio piranhas (Alex morador do Assentamento Acauã, em palestra no dia 19 de agosto de 2012 no Assentamento Acauã).

A luta de Acauã é iniciada em 02 de dezembro de 1995, quando cerca de 60 famílias ocupam a Fazenda Acauã, no município de Souza, no Alto Sertão paraibano, a cerca de 470 quilômetros de João pessoa; uma área de 2825 hectares. Considerada improdutiva pelo INCRA. As famílias montam barracas no local e, apoiadas pela CPT-Sertão, iniciam, a construção da luta e da resistência (FIGURAS 10 e 11).



FIGURA 10 - Chegada dos camponeses em Acauã – Aparecida-PB – 1995.
Fonte: Arquivo fotográfico da CPT-Sertão-PB.



FIGURA 11 - Camponeses acampados em Acauã – Aparecida-PB – 1995.
Fonte: Arquivo fotográfico da CPT-Sertão-PB.

Continuando sobre este processo a entrevistada nos diz:

Quando a gente entrou, 8h da manhã a imprensa já estava divulgando. E com o documento feito por esse pessoal pronto. E aí foi divulgado, e as pessoas viram que não chegou polícia e ninguém prendeu ninguém e começou a chegar gente de todo jeito, de carro, de bicicleta, de moto, de jumento e por volta de 16h pras 17h da tarde, nós fizemos uma celebração com 120 pessoas, em torno de 100 famílias. E foi aumentando, aumentando e no outro dia chegou a 140 famílias (Depoimento de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, entrevistada em 18 de agosto de 2012).

No entanto, acatando uma decisão judicial de reintegração de posse, no dia 05 de dezembro, 133 policiais militares dos destacamentos de Sousa e Cajazeiras expulsam os camponeses e apreendem suas ferramentas de trabalho, alegando serem essas armas. Sobre este embate Socorro relata:

Vieram 133 policiais no primeiro despejo com médico, enfermeiro, ambulância e tudo que tinha direito. Vieram preparados pra uma guerra. E o sertanejo tem um medo ancestral de polícia por causa da opressão, principalmente o coronelismo e depois os militares. Nossos companheiros tiveram medo até de perder a vida. Por isso alguns companheiros infelizmente não tiveram o crivo, a coragem de ficar, mas isso faz parte da luta. Essa polícia encontrou os camponeses todos rezando, esperando a ordem da justiça (Alex morador do Assentamento Acauã, em palestra no dia 19 de agosto de 2012 no Assentamento Acauã).

As famílias expulsas do local vão arrumar abrigo numa ponte situada na BR-230, montando um acampamento no leito seco do Rio Piranhas, na cidade de Aparecida. No dia 7 de dezembro, essas mesmas famílias realizam com o apoio da CPT-Sertão-PB a Caminhada da Paz, onde esses camponeses sem terra, deixam a ponte e fazem uma caminhada de 1 km até a entrada da Fazenda Acauã. É montado um novo acampamento na entrada da Fazenda, agora sob a vigilância da Polícia Militar fortemente armada que se encontrava na entrada do local.

No dia 7 de dezembro decidimos não voltar à fazenda e fizemos a Caminhada pela Paz que aconteceu às 18h, no percurso de 1km de Aparecida à entrada da fazenda Acauã, ficando entre a pista e a cerca em frente à Polícia Militar, que ficou de plantão por vários dias (Depoimento de Antônio da Viúva, ex-presidente da associação de Três Irmãos e assentado em Acauã, entrevistado em 19 de agosto de 2012).

Na manhã do dia 14 de dezembro as famílias decidem montar novo acampamento, agora na área tombada pelo Patrimônio Histórico da Paraíba; onde ficam localizadas a Casa Sede da Fazenda e uma capela de mais de 200 anos. No entanto, na tarde desse mesmo dia, há um novo embate com a Polícia Militar que além de agir de forma extremamente violenta contra os camponeses pacíficos e desarmados, utilizam armamento pesado fazendo com que as famílias voltem mais uma vez a acampar as margens da BR-230.

As 4h da madrugada do dia 14 de dezembro entramos na fazenda e desta vez ficamos no Patrimônio Histórico e às 14:00hs fomos despejados por ordem do secretário de Segurança Pública, senhor Pedro Adelson. A Polícia agiu com violência empurrando os trabalhadores com as armas – metralhadora, espingarda 12’’ e outras – permitindo que os proprietários nos agredisse com ameaças e palavrões, estavam lá porque sabíamos que aquela área havia sido tombada e desapropriada, esperávamos que o Estado permitisse a nossa permanência. E voltamos para a estrada ficando novamente sobre barracas de lonas e palha (Depoimento de Antônio da Viúva, ex-presidente da associação de Três Irmãos e assentado em Acauã, entrevistado em 19 de agosto de 2012).

No dia 31 de janeiro de 1996 os camponeses decidem desmontar o acampamento às margens da BR-230 e voltam à Fazenda Acauã de madrugada com a intenção de plantarem na área que havia sido desmatada no acampamento anterior. A reação dos proprietários e da Polícia Militar foi imediata e, por volta do meio dia, cerca de 60 policiais prenderam 4 membros da equipe da CPT-Sertão, José Lisboa Filho, José Luiz Filho (Zequinha), Maria Lúcia Vieira (professora do acampamento) e Aires Humberto Vieira, além do camponês Arcanjo Gabriel Neto, que era de Três Irmãos e estava prestando solidariedade aos companheiros de luta, bem como duas estudantes alemãs, Selma Donkel e Cristina Seidl, ligadas a uma entidade católica alemã, a *Aktionskreis Pater Beda für*

*Entwicklungsarbeit e.V.*²⁹, e que estavam estudando o problema fundiário no Brasil (FIGURA 12).



FIGURA 12 - Prisão das alemãs em Acauã – Aparecida-PB - 1996.
Fonte: Arquivo fotográfico da CPT-Sertão-PB.

Sobre este fato, Socorro Gouveia relata:

No dia 31 de janeiro retornamos ao local onde havíamos brocado porque o proprietário mandou fazer a queima, não suportamos ver a chuva cair e ficar de braços cruzados. Enquanto plantávamos, fomos surpreendidos por sessenta policiais dos destacamentos de Sousa e Cajazeiras que prenderam ilegalmente, dizendo que era pra depor, quatro membros da Comissão Pastoral da Terra Sertão-PB, que eram Lúcia Vieira, José Lisboa Filho, José Luiz Filho e Aires Humberto Vieira, Arcanjo Gabriel lá de Três Irmãos e duas estudantes da

²⁹Entidade alemã fundada por Pater Beda em 26 de Fevereiro de 1984. Colabora com as pessoas que vivem em situação de pobreza e miséria no Brasil, fazendo um trabalho pastoral e social franciscano. A entidade mantém contato com outras iniciativas brasileiras, para melhorar as condições de vida dos pobres, especialmente das crianças. O trabalho é feito por uma variedade de pessoas que se dedicam voluntariamente, sem os quais tantas atividades seriam impensáveis (Fonte: <http://pater-beda.de.www83.your-server.de/index.php?page=geschichte>).

Alemanha, Selma e Cristina, que pertencem à uma entidade que sempre colaborou com a gente a Fundação *Pater Beda* que faziam um estudo sobre a Questão Agrária no Brasil, especialmente no sertão da Paraíba. Todos foram acusados de formação de quadrilha (Depoimento de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, entrevistada em 18 de agosto de 2012).

A CNBB, a Coordenação Nacional da CPT, o Consulado da Alemanha em Recife, além de outras entidades, passam a pressionar o Governo da Paraíba e o Ministério da Justiça para que liberem os camponeses e as estudantes presas.

Elas foram mantidas presas, em Sousa, no interior do Estado por determinação do Juiz Wilson Bezerra Nóbrega, que alegou a necessidade da medida para que a PF tivesse tempo de levantar seus antecedentes. Cristine e Selma foram acusadas de promover agitação na Zona Rural, incorporadas à CPT que dá apoio logístico ao movimento dos sem-terra (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, João Pessoa, 06/02/1996, p. 6).

Ainda sobre esta situação, Antônio Cleides, coordenador da CPT-Sertão nos fala sobre a articulação da CPT durante estas prisões:

Com relação a prisão das alemãs essa luta teve uma repercussão internacional, Foi acionado o consulado do Recife pra cá e saiu no Jornal Nacional, virou uma loucura em Sousa. Todo mundo de Sousa e as cidades vizinhas queriam ver as alemãs no presídio, pra vocês imaginar. Pe, Cleides, trouxe uma caminhonete de freiras e forçou a entrada no presídio. Seu Zequinha, um agricultor dava entrevista nas rádios, colocando a situação dos presidiários. Tentava-se resolver as coisas enquanto as alemãs estivessem presas a causa tinha visibilidade. E com a questão do consulado e uma entidade ligada aos franciscanos, Frei Beda e Frei Anastácio articularam imediatamente várias organizações da Europa para pressionar o juiz de Sousa pra liberar esses trabalhadores, um seminarista que era Arcanjo, um técnico agrícola que era Beto, uma professora de alfabetização que era Lucinha, Zé Lisboa e Seu Zequinha, dois trabalhadores e as duas alemãs. Se conseguiu através de uma articulação de Bispos do Brasil todo, de várias arquidioceses e entidades da Europa. Com a CPT toda na cadeia, o único que não estava preso era eu, que tinha que dar de comida aos presos, acompanhar o pessoal do acampamento na beira

da pista e por isso articulamos a CPT de Campina Grande e Mossoró. Uma semana de loucura, mas se conseguiu que todos saíssem da prisão e a emissão de posse (Depoimento de Antônio Cleides Gouveia, coordenador da CPT-Sertão-PB, entrevistado em, 17 de agosto de 2012).

Com isso, a Procuradoria da República pede à Justiça de Souza explicações sobre estas prisões. No dia 2 de fevereiro o juiz acata o pedido dos advogados articulados pela CPT, liberam as alemãs e estipulam a fiança para os camponeses presos em um salário mínimo para cada camponês, no entanto, estes, mesmo liberados, foram enquadrados por formação de quadrilha e continuaram a responder o processo. Sobre a repercussão deste fato, até mesmo no exterior o Jornal A União de 4 de fevereiro de 1996 disserta:

[...] a prisão das duas moças da Alemanha em Sousa, no Alto Sertão da Paraíba, alcançou repercussão internacional mais rapidamente do que se poderia imaginar [...].

De repente, o caso de Sousa ficou mais conhecido na Europa, do que nas vizinhanças do Presídio Regional, onde as meninas passaram a dividir o espaço de uma cela apertada com cinco presidiárias, algumas condenadas por tráfico de drogas na região (JORNAL A UNIÃO, João Pessoa, 04/02/1996, p. 7).

Os camponeses permanecem acampados às margens da BR-230 enquanto ocorriam as negociações com o INCRA para desapropriação das terras. No dia 4 de abril eles vêm ocupar a Fazenda novamente e mais uma vez são expulsos, no entanto, no dia 24 de abril, agora em torno de 120 famílias de camponeses entram na fazenda, instalam suas barracas e começam a plantar na área resistindo ao poder do judiciário.

O plantio de soja e milho já foi iniciado e os trabalhadores afirmam que não tem pretensão de desocupar as terras. Foi eleita uma comissão que fica em regime de plantão permanente. Os policiais continuam no local de prontidão. A pressão não os intimida. Com a decisão favorável da justiça eles começam a acreditar que o quadro pode evoluir e trazer mudanças inéditas (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, João Pessoa, 27/04/1996, p.7).

No dia 1 de maio estes camponeses resolvem fazer uma marcha até a cidade de Aparecida em defesa da terra, do emprego e do salário justo. No dia 9 de maio, ocorre o decreto desapropriando as terras de Acauã para fins de Reforma Agrária, muitas áreas na Paraíba foram desapropriadas como mostra notícia do Correio da Paraíba do dia 11 de maio de 1996.

A Paraíba ficou com o segundo maior número de áreas desapropriadas por decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso. Dos 221,1 mil hectares de terra, o Estado teve 7.148 hectares atrás apenas do Mato Grosso, com 111,7 mil hectares. O Presidente assinou 54 decretos para fins de Reforma Agrária, anteontem. As 14 áreas desapropriadas na Paraíba, vão assentar 620 famílias de sem-terra, estão localizados nos municípios de Alagoa Grande, Alagoa Nova, Massaranduba, Pedras de Fogo, Sapé, Araruna, Sousa e São Miguel de Taipú (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, João Pessoa, 11/05/1996, p.8).

Entretanto, o Poder Judiciário da Paraíba determina o despejo das famílias acampadas em Acauã como noticiado:

O Tribunal de Justiça da Paraíba, na pessoa do desembargador Marco Soto Maior, vice-presidente do órgão, acatou o Agravo de Instrumento impetrado pelo advogado do espólio da família Clotário Paiva Gadelha, proprietário da Fazenda Acauã, com localização a 15 km da cidade de Sousa.

A Ação de Despejo foi acatada pelo Juiz da 2ª Vara da Comarca de Sousa, Dr. Francisco Nóbrega, que determinou ao Comando da 2ª Cia de Polícia Militar que cumpra, em 24 horas, a Ação de Despejo, juntamente com dois Oficiais de Justiça (JORNAL PRIMEIRA HORA, Cajazeiras, 24/06/1996, p.11).

A ação é cumprida pela Polícia Militar (FIGURA 13), mas os trabalhadores ficam acampados na área tombada pelo Patrimônio Histórico até a emissão de posse, pois este local já fora desapropriado pelo governo federal.



FIGURA 13 - Presença da polícia durante despejo em Acauã – 1996.
Fonte: Arquivo fotográfico da CPT-Sertão-PB.

Em 19 de setembro, mais uma vez a justiça de Sousa determina o despejo dos camponeses da área tombada pelo Patrimônio Histórico da Paraíba, e mais uma vez, estes vão acampar às margens da BR-230, aguardando a emissão de posse pelo INCRA. No dia 14 de outubro, o INCRA vai à Fazenda Acauã fazer a imissão de posse para as 120 famílias que persistiram à luta.

Essa luta teve êxito em 1996 com a imissão de posse do assentamento de Acauã (MOREIRA, LIMA e TARGINO, 2008). Sete meses após a conquista da imissão de posse, as 120 famílias ainda estavam acampadas nas terras da fazenda, mas já estavam cadastradas para o assentamento além de estarem recebendo acompanhamento técnico da EMATER, fundarem a Associação do Assentamento Acauã, iniciam a construção da escola e lutavam para acelerar o processo de recebimento de crédito do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA). Como mostra a notícia do jornal O Norte de 29 de abril de 1997.

Hoje, novamente acampadas em casa de Taipa e lona no interior da fazenda, 120 famílias já estão cadastradas para o assentamento, numa

área de 2825,0368 hectares de terras, que serão divididos segundo a líder “Dinha”, “de acordo com a força de trabalho de cada família”.

Os trabalhadores estão recebendo acompanhamento técnico da EMATER e fundaram o movimento associativo Acauã, [...] com a união do grupo foi adquirido um caminhão de carga leve que serve diariamente para o transporte de estudantes e enfermos e ainda a construção de uma escola que educa aproximadamente 120 alunos do 1º grau menor.

Na última semana, uma comissão dos sem-terra iniciou os contatos com vistas ao acesso do programa de crédito especial para reforma agrária (PROCERA). Nele cada família terá direito a R\$ 7000,00 para aplicar na estrutura da capacidade produtiva da agricultura assentada e na sustentabilidade inicial das modalidades produtivas. (JORNAL O NORTE, João Pessoa, 29/04/1997, caderno 3).

Acauã foi muito importante porque marca um novo momento na luta pela terra no Alto Sertão da Paraíba, sendo a primeira luta em área privada. Essa luta traz uma consciência de cidadania, onde os camponeses começam a vislumbrar uma nova vida e a descobrir sua importância dentro da sociedade (MOREIRA, LIMA e TARGINO, *Op. Cit.*).

Dentro da própria barraca já começam as pessoas a dar a sua própria contribuição enquanto quando elas moravam com os proprietários, eles diziam a elas com que elas tinham que fazer. Façam isso, faça aquilo, elas não tinham direito de opinar. Então na luta ela já muda esse comportamento porque ela é obrigada a opinar, porque tudo é decidido nas assembléias, nos mutirões. Tudo assim, isso é muito forte na vida das pessoas. E isso foi muito importante, pois são hoje mais de 30 assentamentos aqui no sertão e tudo isso partiu dessa resistência de Acauã (Depoimento de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, entrevistada em 18 de agosto de 2012).

A maioria dos assentamentos hoje têm características mais próximas de Acauã, pois também foram oriundos de lutas em terras privadas. No entanto, algumas lideranças do movimento sabem até que ponto isso é bom, justificando que a luta de Acauã ocorrida em 1995, ocorre em uma conjuntura, onde o momento político do país, de conscientização, de compreensão da reforma agrária era completamente diferente do dos dias atuais. No início, a própria CPT-Sertão-PB não tinha experiência e Acauã era o principal assentamento e a maior vitória no conjunto da luta, como justifica o Coordenador da CPT-Sertão-PB:

Acauã foi o primeiro assentamento que serviu de modelo para os outros. Aquilo que não ia dando certo, já se tentava evitar em outros assentamentos, por exemplo: no sertão muitos assentamentos foram construídos em agrovilas, porque o pessoal acampado, morava em baixo de barracas, não ia esperar 3, 4, 5 anos pra o INCRA fazer um parcelamento pra depois eles terem um direito a uma casa nos lotes e por isso muitos optaram pelas agrovilas. A agrovilla de Acauã é uma agrovilla muito imprensada, as casas muito perto uma da outra e aí o pessoal viu que isso não era legal. Depois com o decorrer do tempo e avaliando e vendo essas questões, hoje as agrovilas são de 1 hectare de distância de uma casa pra outra, então você tem 1 hectare para criar um animal, plantar uma horta, um pomar, tendo mais opções de viver, sem necessariamente estar colado na casa do vizinho. Outro exemplo, é que o primeiro crédito que foi recebido, foi o fomento de alimentação, comprou-se muita ferramenta, como se disse ‘ferramenta não dá cria’, enxada, foice, picareta, chibanca e muitos carros de mão... Muitas coisas que o povo já tinha em casa e que nem se precisava de todas essas ferramentas. E aí o pessoal pensou: ‘Vamos comprar uma vaca, essa vaca vai dar um bezerro, com o bezerro vai ter leite pras crianças. Vamos comprar uma cabra, um bode e aí a gente vai aumentando a criação animal e vai melhorando a renda da família. Então coisas que em Acauã não foi feito na época, em outras comunidades já se foi repensando, junto com os trabalhadores. Então, Acauã ela é sempre a primeira, como foi o assentamento do INCRA na região, o que dava certo era copiado nos outros assentamentos, o que não ia dando certo, o pessoal ia modificando de acordo com as suas realidades. Não era fácil porque o INCRA trabalhava num sistema de um modelo de implantação de assentamento de crédito, mas com as discussões e os debates a gente ia conseguindo (Depoimento de Antônio Cleides Gouveia, coordenador da CPT-Sertão-PB, entrevistado em 17 de agosto de 2012).

Percebe-se nas primeiras lutas, que a maioria dos camponeses viviam há muito tempo nas áreas de conflito. Todavia em Acauã, elas vinham de outras áreas, sem nenhuma relação anterior. Os assentamentos posteriores também apresentaram essa característica de heterogeneidade, e muitas vezes superpopulação, como se pode observar no relato de Socorro Gouveia:

No assentamento Valdecir Santiago, o pessoal foi pra lá, acho que quase todos esses novatos também nessa realidade. Só que agora tem outra realidade, que parece que agora eles encontram muitos moradores, aqui não, de 2823 hectares, tinham seis moradores e nenhum quis ficar com a gente. Aí depois teve uns que aderiram e outros não quiseram aderir a luta e como a quantidade pra colocar era 120, pra colocar seis era uma quantidade muito pequena. Mas tem assentamento que era pra colocar 30 tem 20 moradores, entra 10.

Porque depende da situação da terra. Aqui é grande, cabe mais gente (Depoimento de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, entrevistada em: 18 de agosto de 2012).

No Assentamento de Acauã ainda há problemas com endividamentos, pois como mostra Socorro Gouveia, muita gente foi embora deixando as contas para a associação do Assentamento. Quando o assentamento busca crédito no banco, este encontra a dívida, o que torna difícil conceder o crédito. Antônio da viúva também se pronunciou acerca da falta de créditos: “Nunca mais a gente viu a liberação de um crédito pra um assentamento!”. No entendimento de Socorro Gouveia esta dificuldade para liberação de crédito se dá em função da saída das pessoas do assentamento após terem gastado toda a verba do crédito e o banco continua enviando para o assentamento os documentos e as cartas de cobrança.

Mas apesar dessas adversidades, hoje, com mais de duas décadas de construção dessa nova forma de enfrentamento das condições de sobrevivência das populações excluídas nesta região, embora ainda não se tenha mudado o quadro de pobreza, estão sendo construídos cotidianamente, novos horizontes (FIGURA 14).



FIGURA 14 - Mandala em Acauã já nos anos 2000 depois da conquista o assentamento torna-se modelo para os outros assentamentos subsequentes.
Fonte: Arquivo fotográfico da CPT-Sertão-PB.

4.2. Da Luta Pela Terra à Luta na Terra.

A luta pela terra no Semiárido brasileiro, não se encerra com a posse da terra. Ela está intimamente vinculada à luta histórica pelas condições de produção social da vida neste espaço penalizado pelas irregularidades das chuvas ou a total falta de água indispensável à produção da vida. Cansados de tantas promessas dos dirigentes governamentais, os camponeses e camponesas, inspirados na dinâmica da própria natureza foram experimentando, e construindo tecnologias de convivência com o Semiárido, redescobrimo práticas tradicionais e/ou ressignificando outras e, dessa forma estão tornando possível produzir as condições de convivência neste espaço, apesar das fragilidades que a própria natureza impõe.

Assim, os temores de algumas autoridades como técnicos do INCRA, de que a Reforma Agrária não daria certo no Sertão, não se confirmam quando temos no depoimento como o de Maria Elza Gomes, técnica da Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano- CAAASP:

O uso das tecnologias para a convivência com o semiárido, como o uso das cisternas, provou para o INCRA que o assentamento no sertão era viável e que era possível viver bem nessa região, sem precisar sair para outras regiões. A desapropriação de terras pelo INCRA no sertão funcionou, e hoje em dia foi quebrada a idéia de que era inviável a reforma agrária no sertão. O sertão, portanto, é a região em que o pessoal se identifica com a terra, produz e vive nela (Depoimento Elza, técnica da CAAASP, entrevistada em 3 de novembro de 2012).

Com coragem, determinação, a sabedoria acumulada de geração em geração, a terra seu principal meio de produção, com a criatividade e o trabalho, esses sujeitos numa relação harmônica com a natureza sua principal mestra, neste processo, estão revertendo o quadro de inviabilidade da vida com qualidade no Semiárido. Essa é a experiência dos camponeses assentados no Alto Sertão paraibano.

Uma das estratégias dos assentados em Acauã para enfrentar as adversidades como o clima, é a utilização das cisternas (FIGURA 15), porque não há água potável no local, além

disso, a água que vem do Canal da Redenção³⁰ não é própria para consumo e está a céu aberto. Por esse motivo, durante o percurso da água no canal, caem animais, pessoas pescam que ficam próximas a tanques de pesca, onde são colocadas ração química para os peixes e por isso a água não é apropriada para o consumo humano. Então, para solucionar o problema, as comunidades assentadas utilizam as tecnologias para a convivência com o semiárido. Dentre elas, as cisternas de placa³¹ para consumo humano, as cisternas calçadão³² e enxurrada³³ para os animais e as plantações, e a barragem subterrânea, explicadas pelo coordenador da CPT-Sertão-PB, Antônio Cleides:

O pessoal trabalha muito com as tecnologias de convivência com o semi-árido. Guardar a água, tratar a água para consumo tanto de animal como a água para os serviços domésticos e etc. Então, o pessoal tem a cisterna de placa com uma tecnologia criada também por um agricultor, mas que funciona como uma forma de você ter a água para abastecimento da família e abastecimento pra o consumo, beber e cozinhar durante o período da seca, oito meses. E depois quando chega o período chuvoso, você consegue reabastecer a cisterna pra beber e cozinhar. A água dos animais e pra produção, o pessoal tem adotado outras tecnologias, como a cisterna calçadão, que é uma cisterna que complementa a cisterna de água de consumo, é maior do que a cisterna normal e o pessoal na época que tem no verão, o pessoal vem trabalhando com ela pode salvar a lavoura utilizando da água da cisterna calçadão. A barragem subterrânea, onde tem como armazenar no subsolo, evitando a aspersão e o pessoal produzir na mesma época da seca (Depoimento de Antônio Cleides Gouveia, coordenador da CPT-Sertão-PB, entrevistado em: 17 de agosto de 2012).

³⁰As bacias hidrográficas dos açudes Coremas e Mãe D'água são ligadas por um canal vertedor (sangradouro), formando então um conjunto ligado para efeito de sangria, ou seja, um lago único com uma superfície líquida de mais de 9000 hectares (fonte: <http://www.espacoecologicoar.com.br>).

³¹Cada cisterna construída recebe uma placa de identificação numerada e é também georeferenciada, permitindo sua exata localização espacial. Essa metodologia permite que, ao construir uma unidade, seja atualizado automaticamente o número de cisternas construídas pelo MDS (fonte: <http://www.asabrazil.org.br>).

³²Cada cisterna capta a água de chuva por meio de um calçadão de cimento de 200 m², construído sobre o solo. Com essa área do calçadão, 300 mm de chuva são suficientes para encher a cisterna, que tem capacidade para 52 mil litros. Por meio de canos, a chuva que cai no calçadão escoar para a cisterna, construída na parte mais baixa do terreno e próxima à área de produção (fonte: <http://www.asabrazil.org.br>).

³³A cisterna-enxurrada tem capacidade para acumular 52 mil litros e é construída dentro da terra, ficando somente a cobertura de forma cônica acima da superfície. O terreno é utilizado como área de captação. Quando chove, a água escorre pela terra e antes de cair para a cisterna passa por duas ou três pequenas caixas, uma seguida da outra, que são os decantadores. Os canos instalados auxiliam o percurso da água que escoar para dentro do reservatório. Com a função de filtrar a areia e outros detritos que possam seguir junto com a água, os decantadores retêm esses resíduos para impedir o acúmulo no fundo da cisterna (fonte: <http://www.asabrazil.org.br>).

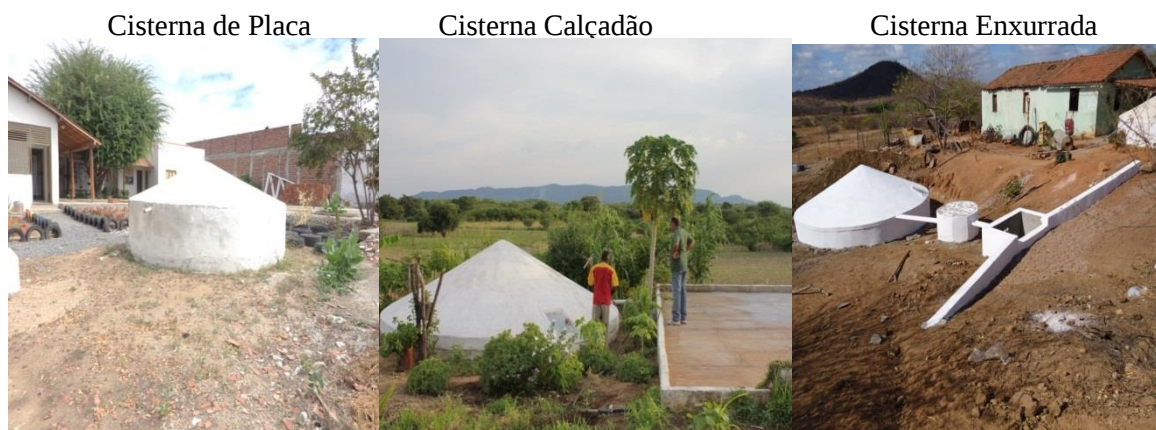


FIGURA 15 – Tipos de Cisternas utilizadas nos assentamentos.

Fonte: Arquivo fotográfico CPT-Sertão-PB.

Sobre a importância e o uso prático das tecnologias para a convivência com o semiárido, fica evidente nas falas de Socorro Gouveia e Antônio da Viúva que estas tecnologias têm contribuído para a sobrevivência do camponês na terra:

As experiências de convivência, porexemplo, a barragem subterrânea, a barreira em Trincheira, a própria cisterna calçadão, a cisterna de consumo humano. Que é uma alternativa, no início era muito pior. Você imagine a situação das famílias se não tivesse uma cisterna em casa pra beber água, como é que estava uma situação dessas? Dependendo apenas do carro pipa, né?! Imagine, se não tivesse a cisterna, nós já estávamos em calamidade desde janeiro. As primeiras chuvas iam simhora, não tinha cisterna pra acumular a água e agora?! Ia beber o quê? Graças a Deus e às cisternas construídas, nós temos várias famílias que tem a cisterna ainda meia, isso significa dizer que vai dar pra o ano inteiro, pro consumo humano. Você vai precisar de outras alternativas pra consumo, mas consumo humano, a cisterna consegue atender (Depoimento de Antônio da Viúva, ex-presidente da associação de Três Irmãos e assentado em Acauã, entrevistado em 19 de agosto de 2012).

Então, as cisternas vêm resolver, solucionar esse problema nosso. Antes das cisternas nós tivemos 17 casos de hepatite e a maioria dos casos de hepatite é provocada pela água em alta contaminação. Depois das cisternas veio a questão do canal da Redenção que veio resolver a outra parte da água, então a gente tem água para produção. Alguns lotes aqui recebem água do canal, no seu próprio lote, tá produzindo na terra. O pai de Cecília tá produzindo banana (Depoimento de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, entrevistada em 18 de agosto de 2012).

No caso específico de Acauã, o problema da água foi em parte resolvido segundo Socorro Gouveia, por causa do Canal da Redenção. O Estado, não concede a outorga da água que é o direito de uso de recursos hídricos, destinada à utilização em atividades produtivas, fazendo com que a comunidade utilize a água de forma irregular, tanto pras famílias como pra irrigação. Na tentativa de solucionar o problema, criaram a Associação de Usuários do Canal da Redenção, fizeram audiências e até hoje a outorga da água não está resolvida.

Outra estratégia foi a tomada de consciência da comunidade com os processos agro-ecológicos integrados à qualidade de vida, como a água da cisterna, a água para a produção e a própria produção agro-ecológica. “Isso é muito importante!”, palavras enfáticas de Socorro Gouveia, relatando sobre a sustentabilidade para o povo da comunidade e citando as feiras agro-ecológicas, o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos (com várias famílias de Acauã que participam da entrega). Na última entregue PAA de Acauã para Aparecida, no mês de agosto de 2012, saíram em torno de 30 quilos de hortaliças como coentro e cebolinha. Outra oportunidade de participação no PAA é a produção da ASPA - Associação dos Apicultores de Aparecida, na qual Socorro Gouveia coordena o programa de cisternas, sendo tudo repassado para Pastoral da Criança que distribui para crianças carentes. Tudo isso é considerado como outra forma de ajuda às famílias para vender sua produção. Além disso, existem as feiras-livres para venda da produção do próprio cotidiano, na própria comunidade.

Sobre a apicultura, Antônio Cleides destaca que a produção do mel é outra estratégia que merece destaque, pois pode ser produzido mesmo no período seco:

Uma outra peculiaridade de convivência com o semi-árido é a questão da apicultura, porque é uma região seca, mas inclusive no verão muitas plantas afluam como o juazeiro, as oiticicas. Todo ano tem florada e o pessoal aproveita essa riqueza das flores pra conseguir o mel. A apicultura é interessante porque se produz o mel, podendo comercializar e consumir, mesmo na época da seca se produz mel (Depoimento de Antônio Cleides Gouveia, coordenador da CPT-Sertão-PB, entrevistado em: 17 de agosto de 2012).

Com a intensificação da luta pela terra no Alto Sertão, e a formação de vários assentamentos de reforma agrária, que em 1999 já atingiam o nº de 12 (quatro do INTERPA e oito do INCRA), viu-se, também, a necessidade de uma organização autônoma dos próprios

assentados, tendo em vista que a demanda de trabalho para o acompanhamento extrapolava as condições da CPT-Sertão-PB. A idéia de se criar a Central dos Assentamentos do Alto Sertão da Paraíba (CAAASP) surge em novembro de 1999, como resposta a esta situação, substituindo a Comissão de Trabalhadores.

A CAAASP foi criada no dia 16 de julho de 2001. Dentro da discussão já citada anteriormente, da necessidade de uma entidade que fosse representativa dos trabalhadores, onde o objetivo era que a CPT-Sertão acompanhasse a luta enquanto acampamento, fazendo toda a colaboração e a formação posterior ao conflito.

Esta concepção descrita acima pode ser percebida na fala Josefa Alves Vieira, mais conhecida como Nelsa, tesoureira da CAAASP e residente no assentamento Santo Antônio:

[...] tinha ainda outras questões importantes como: o escoamento da produção, assistência técnica, trabalhar todos os eixos da produção à educação e saúde, partindo não só dos camponeses, mas principalmente com o próprio incentivo da CPT-Sertão, pois esta por ser uma pastoral, não possuía CNPJ, não podendo dar esse suporte de representatividade legal, apenas dando assessoria, mas não podia dar a personalidade jurídica. A CAAASP surge então com 12 áreas de assentamentos. As áreas de assentamento cobertas pela CAAASP eram apenas as áreas do INCRA, as 12, mas ainda tinham as áreas do Estado que eram quatro, Triunfo, Bartolomeu, Riacho dos Cavalos e Recanto. Hoje já se integra 32 áreas de assentamento, mas no início eram apenas 12 (Depoimento de Nelsa, tesoureira da CAAASP, entrevistada em 4 de novembro de 2012).

Isso ocorreu em virtude da CPT-Sertão-PB apresentar dificuldades de acompanhar mais de perto as áreas de assentamento já existentes, além disso, haviam novos conflitos que estavam surgindo. Em resumo a CAAASP foi pensada com o objetivo de articular os assentamentos, estar mais presente e ser um fórum representativo jurídico dos assentamentos do alto sertão. Como atesta Elza, técnica da CAAASP:

A CAAASP é uma entidade representativa, criada para atender as demandas dos assentados e coordenada por esses próprios assentados. As demandas surgem na CAAASP e esta tenta resolver, no entanto depende muito também da organização de cada assentamento. A

CAAASP faz Fóruns, onde, todas as áreas de assentamento que estão no bojo na CAAASP participam e neste espaço, as organizações dos assentamentos trazem suas demandas, seus avanços, as conquistas, as dificuldades e aí nesse conjunto tentam resolver, é um pouco nessa linha (Depoimento de Elza, técnica da CAAASP, entrevistada em 3 de novembro de 2012).

De acordo com o estatuto da CAAASP, a coordenação é constituída de duas pessoas da associação de cada assentamento, este estatuto permite por lei, que o coordenador da Associação seja membro da coordenação, pois subentende-se que este esteja por dentro de todas as questões da área do assentamento e do que é discutido na sua associação. A outra pessoa é indicada pela própria comunidade. Sobre este processo, Nelsa explica:

As associações são autônomas e escolhem seus delegados, onde de 1 a 20 associados são dois delegados, de 20 a 50 associados são 3 delegados, e assim sucessivamente, conforme o total de sócios que tem na associação é que vai se saber a quantidade de delegados que serão votados, a CAAASP não interfere neste sentido, isso fica a cargo dos próprios assentados, geralmente eles escolhem pessoas que participam das redes como educação, saúde, alimentação, sementes, porque nos fóruns e reuniões são esses temas que são predominantes e que a CAAASP acaba dando encaminhamento (Depoimento de Nelsa, tesoureira da CAAASP, entrevistada em 4 de novembro de 2012).

O INCRA acompanha apenas os assentamentos das chamadas áreas privadas. As chamadas áreas do Estado são acompanhadas pelo Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba – INTERPA, então neste processo a CAAASP tem de trabalhar com dois recursos diferentes que acabam sendo repassados em períodos distintos. Onde nesse processo já existem áreas tituladas, mas há áreas que ainda estão em processo de luta. Sobre este aspecto Elza disserta:

Tem assentamentos que são do INCRA e tem assentamentos do INTERPA, que nós chamamos de áreas do Estado. Das áreas do Estado já existem áreas que são tituladas, mas existem outras em que as pessoas ainda estão lá lutando pela terra. Nesse processo tem Três Irmãos que é área do Estado, Recanto lá em Jericó, Mutirão em Riacho dos Cavalos e tem Bartolomeu I que é em Bonito de Santa Fé,

formando quatro áreas do Estado, as que são do INCRA, estão localizadas nos municípios de Catolé do Rocha, Jericó, Paulista, Pombal, Lagoa, São Domingos, Aparecida, Souza, Lastro, São José da Lagoa Tapada, Cajazeiras, Cachoeira dos Índios, Poço Dantas, Santa Helena e Marizópolis (Depoimento de Elza, técnica da CAAASP, entrevistada em 3 de novembro de 2012).

Segundo Socorro Gouveia, há uma diferença entre as entidades que acompanham os assentamentos. Para ela, a CAAASP realiza um trabalho voltado principalmente para assistência técnica através da ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária. O acompanhamento feito pela CPT-Sertão-PB é mais um acompanhamento político, social, no sentido da contribuição na organização, na auto-afirmação daquele assentamento. Sobre esse assunto, Antônio da Viúva fala de sua experiência prática com a CPT-Sertão-PB e CAAASP:

Na verdade o acompanhamento da CPT se dá muito mais no primeiro momento, que é a luta pela terra. O acompanhamento da CAAASP se dá no segundo momento que é a luta na terra, a assistência técnica, a orientação, a assessoria e em fim... é necessário tanto o acompanhamento da CPT como da CAAASP. Uma mão lavando a outra né, porque se houver como antes da CAAASP, havia o apoio da CPT, mas quando chegava em determinado ponto, não tinha mais como acompanhar porque o assentamento não é o forte da CPT, a CPT é acampamento. Então, com a criação da CAAASP se veio fortalecer ainda mais a vida dos assentados, a vida das famílias nos assentamentos. Foi muito bom o registro dessa CAAASP, dessa entidade, porque ela veio fortalecer as associações, fortalecer os assentados, inclusive presta serviços de assessoria técnica e engenharia ambiental e presta também o apoio político, o acompanhamento das associações, acompanhamento enfim, no dia a dia, uma assessoria geral (Depoimento de Antônio da Viúva, ex-presidente da associação de Três Irmãos e assentado em Acauã, entrevistado em 19 de agosto de 2012).

Como foi possível perceber na fala de Antônio da Viúva, como assentado, a criação da CAAASP pela CPT-Sertão-PB, se deu em um momento de organização e manutenção desses assentamentos. No entanto, Socorro Gouveia sabe as dificuldades de se fazer essa assistência técnica, pois boa parte da população assentada acredita que a assistência técnica é só fazer projeto, às vezes não lembrando que esta assistência se preocupa também com as questões

sociais, ambientais e humanas, pois, a ATES faz Assistência Técnica Ambiental e Social, que é diferente da EMATER que tem a finalidade de fazer projetos, pois, faz apenas uma assistência técnica rural. Esse acompanhamento na visão de Socorro se faz de forma mais assistencial, pois acaba por se fazer os projetos não acompanhá-los:

Um escritório da EMATER como em Aparecida tem dois técnicos, só dá tempo de cuidar de projetos, dos projetos que aparecem, num dá tempo de dar assistência técnica, ela é mais pra... é assistência mesmo. Só uma coisa assistencial mesmo, faz o projeto e num vai nem acompanhar. Se o camarada comprou aqueles animais, como é que tá aqueles animais, acompanhar a produção. E a CAAASP ela se propõe diferente, só que ainda num é muito concebido pela população, não só aqui não, em todos os assentamentos, que são as pessoas que vem de uma cultura que é a EMATER, que só tá presente quando é pra fazer o projeto, fez o projeto, pronto, vai embora (Depoimento de Socorro Gouveia, assentada e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, entrevistada em: 18 de agosto de 2012).

Dentre os projetos que são desenvolvidos pela CAAASP, aquele que é mais específico é o de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES). Dentro da política do programa ATES existem três linhas de atuação que são as assessorias técnicas na parte agrônômica, a social e a ambiental, que são as áreas de atuação da CAAASP dentro dos assentamentos. Como explicado por Elza, técnica da CAAASP que faz parte da equipe desenvolve o trabalho da ATES:

[...] há o acompanhamento à família, onde o técnico chega ao assentamento e é procurado pela família para fazer determinado acompanhamento no lote ou no quintal, dentro deste acompanhamento temos o pessoal da zootecnia, para fazer o acompanhamento da criação animal, tem o acompanhamento ambiental, que é feito por um engenheiro florestal que orienta onde deve se plantar, como se deve fazer, o raleamento, como cuidar das áreas de preservação ambiental, que são as Áreas de Preservação Permanentes (APP), reserva legal, onde cada assentado tem que deixar uma área equivalente de 20% do seu lote sem desmatar, esse acompanhamento ambiental cuida disso, além de cuidados com o meio ambiente de uma forma mais geral, o que dá um certo trabalho, pois os descartáveis estão na mídia e na moda, e com isso está sendo feito um trabalho principalmente com as crianças de conscientização e cuidado com o meio ambiente. Há também o acompanhamento social, que está

relacionado à parte de capacitações, formações, trabalho com as mulheres, trabalha a família, e casos que vão surgindo, como benefício social, é um pouco nessa linha, de orientação e também fazer com eles (Depoimento de Elza, técnica da CAAASP, entrevistada em 3 de novembro de 2012).

Além do acompanhamento sistemático às famílias, os técnicos fazem cursos específicos, como: de agroecologia, cuidado com o meio ambiente, vacinação dos animais, artesanatos. À medida que os assentamentos vão sendo acompanhados, mais demandas surgem, inclusive de acompanhamento por parte do assistente social, pois com o trabalho específico dentro dos assentamentos, verificou-se a necessidade do acompanhamento de profissionais desta área. Este aspecto é percebido na fala de Nelsa:

Nós tivemos um avanço muito grande, porque antes quem fazia o trabalho de assistente social era a igreja e você sabe que o trabalho do assistente social vai mais além, ele vê outras questões como a questão da violência infantil, sexual, contra o idoso, então nós temos duas assistentes sociais na equipe, apesar de acompanharmos hoje 961 famílias, e vemos que duas assistentes são insuficientes para a quantidade de famílias que trabalhamos, deveria ser uma assistente social para cada município e mesmo assim o trabalho iria ser muito (Depoimento de Nelsa, tesoureira da CAAASP, entrevistada em 4 de novembro de 2012).

Este trabalho específico do assistente se mostrou necessário, pois, há uma diferença entre os assentamentos em que as famílias já eram da localidade, como nos açudes públicos, entre aqueles em que as famílias vieram de outros municípios distintos, onde a demanda por esse acompanhamento acaba sendo maior. A entrevistada Nelsa, acredita que isto ocorra por causa da falta de estrutura nas periferias, lugar de onde algumas famílias são provenientes, que acaba por influenciar diretamente na dinâmica familiar.

A CAAASP faz vários projetos para alguns dos assentamentos, principalmente os mais novos. No entanto, a Central no momento não tem como ficar elaborando projetos, pois no presente momento, ela se ocupa com a parte mais técnica e social, o que causa insatisfação de alguns assentados, que preferiam que esta entidade elaborasse mais projetos, para além da assistência técnica. A CAAASP também possui a preocupação para que os camponeses não se

engajem em projetos em que não haja um risco de inviabilidade, como é o caso, por exemplo, da criação bovina. Contudo, a CAAASP sempre tenta mostrar projetos de criação e manejo com uma viabilidade melhor para a região e para a realidade dos assentamentos. Como relata Elza:

A gente também tem lutado para que estes camponeses e camponesas assumam projetos que em outra dimensão que não seja apenas o bovino, mas está na cultura deles a vontade de ter uma vaca, criava a vaca do patrão e dava certo agora eu quero ter a minha. Quando eles adotam essa prática da criação bovina, a gente bate em cima na questão de ter uma forragem, de ter uma reserva para que este animal não venha a morrer de fome, mas a gente tem mostrado também que os outros animais têm certa viabilidade, como as abelhas, as cabras, as ovelhas e até as galinhas (Depoimento de Elza, técnica da CAAASP, entrevistada em 3 de novembro de 2012).

Estes projetos, principalmente o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e acompanhamento dos técnicos acabam por contribuir para um aumento na produtividade dos camponeses nos seus roçados e suas criações de animais, o que traz para o camponês além da sua subsistência, um excedente que ele acaba comercializando para complementar a sua renda. Esses produtos são vendidos geralmente nas feiras livres ou nas feiras agroecológicas criadas pelos próprios assentados. Como cita Elza:

Ainda existe a cultura do atravessador, aquele que compra pra revender, aqueles mais conscientes, eles mesmos comercializam seu próprio produto, ao invés de repassar pra alguém eles vendem para o consumidor final. Alguns assentamentos participam do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, onde a produção já tem um destino, o mel, por exemplo, eles mesmos tentam vender sua produção, engarrafando e vendendo em encontros e feiras, tem também as feiras que a gente chama de feiras agroecológicas (Depoimento de Elza, técnica da CAAASP, entrevistada em 3 de novembro de 2012).

A CAAASP e as Associações dos Assentamentos durante a época de colheita ajudam os camponeses assentados a administrar o escoamento deste excedente. Há uma tentativa de se acabar com a cultura do atravessador. A tentativa no momento é de que este atravessador

ganhe o mínimo em cima do produto do camponês. Há um incentivo para que seja feita uma venda direta do camponês direto com o consumidor. Como é mostrado no depoimento de Nelsa:

[...] geralmente na época da colheita se vende em grosso na feira, digamos o camponês tirou 10 sacos de milho quer vender 5, aí a gente encaminha para feira, isso também acontece com a venda de animais e com o mel, as vezes vem o atravessador, mais isso esta sendo melhor administrado, para que este não venha a ganhar em cima do camponês, a comercialização do leite é feita por entrega direta. (Depoimento de Nelsa, tesoureira da CAAASP, entrevistada em 4 de novembro de 2012).

Uma das formas encontradas por estes camponeses para escoar sua produção de forma direta foram as feiras agroecológicas. Essas feiras proporcionam ao camponês escoar sua produção sem que eles corressem o risco de serem enganados por atravessadores e como forma de mostrar os benefícios de consumo de um produto sem agrotóxicos, feitos com sementes nativas (não modificadas geneticamente) e que é fruto da agricultura familiar camponesa. Apesar de terem boa aceitação nas cidades, estas feiras passam por dificuldades durante os períodos de seca, por não haver produtos suficientes e pela desistência de algumas famílias que participavam dela. Sobre este aspecto Nelsa cita:

Há uma procura sim por parte da população urbana, porque eles confiam em nossos produtos, sabem que não usamos veneno, então, a procura acaba sendo muito grande. [...] Eu acho que além do espaço de organização da produção é o espaço onde os assentados trocam experiências, o que dá certo numa região pode dar na outra. Na nossa região a única dificuldade que eu vejo de continuar é porque se precisa ter uma escala de produção pra manter a exigência do cliente, e com esta instabilidade de água para produção fica inviável, hoje eu tenho um produto de boa qualidade, mas semana que vem ele pode estar em péssima qualidade. As hortaliças passam por dificuldades na produção por causa do clima e da pouca água. Em alguns lugares há uma resistência dos assentados em formarem suas feiras agroecológicas, eles preferem vender de porta em porta nos próprios assentamentos (Depoimento de Nelsa, tesoureira da CAAASP, entrevistada em 4 de novembro de 2012).

Sobre a dinâmica da feira agroecológica de Cajazeiras e suas dificuldades, Elza explica:

As feiras agroecológicas na época de seca passam por dificuldades, pra gente seria melhor que elas fossem bem maiores, onde, por exemplo, em Cajazeiras apenas quatro famílias estão assumindo. A feira agroecológica não atende a demanda total porque o município é bem maior do que essa oferta de produto, mais elas estão se mantendo, a vantagem da feira agroecológica é que mesmo com todos os percalços ainda estão vendo futuro nela. Essas feiras têm uma boa aceitação pelas pessoas da cidade, os camponeses já têm as pessoas certas para vender, o que eles levam para vender na feira agroecológica é vendido totalmente, são sempre as mesmas pessoas que compram na feira agroecológica, que sabem o dia e passam por lá e têm outras que os camponeses vão deixar em casa as compras. Hoje a feira esta num espaço muito pequeno, os produtos são poucos, só os assentamentos que acreditaram realmente na mudança continuaram na feira agroecológica, os outros desistiram (Depoimento de Elza, técnica da CAAASP, entrevistada em 3 de novembro de 2012).

Para os técnicos da CAAASP, o que é percebido como avanços no trabalho junto aos camponeses é a relação destes com a terra e o seu trabalho. O camponês tem se apropriado das técnicas e compreendido quais são propícias para o cultivo de determinadas culturas em seu assentamento, distinguindo problemas e utilizando de alternativas aprendidas. A questão da utilização da água é um assunto que já se mostra bem compreendido para os camponeses assentados, como também a questão da nocividade dos agrotóxicos. Como relatado por Elza:

Foi muito importante eles assimilarem as diferenças que existem com relação ao trabalho camponês propriamente dito e que determinadas áreas são propícias para determinadas culturas, isso os camponeses já conseguem distinguir sem problemas, como também o uso das alternativas de convivência, hoje, na sei se a seca esta propiciando isso, mas eles estão trabalhando muito no campo da forragem, isso pra gente é até gratificante ouvir deles: ‘ah, no próximo ano vou ter que aumentar minha área de forragem porque to passando sufoco com os animais’, aí eles pedem as orientações. A questão da água é um assunto que já está bem claro pra eles, água para o consumo humano, água pros animais, a autorização dos defensivos naturais, tudo isso são coisas que nós trabalhamos com eles a partir de práticas que elas também já conhecem e levamos outras que pra eles talvez sejam novidades, mas que eles acabam por desenvolver também

(Depoimento de Elza, técnica da CAAASP, entrevistada em 3 de novembro de 2012).

Com relação as melhorias sociais que os projetos referentes aos assentamentos e ao acompanhamento da CPT-Sertão-PB em conjunto com o trabalho da CAAASP, percebeu-se diretamente um aumento no nível educacional dos jovens assentados. A média educacional destes antes do movimento era de no máximo até a 4ª série do ensino fundamental, haja vista o fato de se terem várias dificuldades como: falta de transporte e dificuldade de locomoção até a escola, que geralmente ficava na cidade e necessidade de se engajar no trabalho precocemente para auxiliar a família. Como observado por Nelsa:

Os jovens antes não passavam da 4ª série, hoje tem muitos jovens nos assentamentos que já estão nas faculdades, que também era um acesso apenas para quem tinha recurso, e os que não conseguiram chegar até lá não podem dizer que não foi por falta de incentivo, por que aqui, por exemplo, o ônibus vem pegar na porta, o que era uma dificuldade antes, hoje você tem a oportunidade de escolher o turno, tem espaço para jogos, teatro, informática, só não vai quem não quer, nos assentamentos de difícil acesso tem-se os grupos escolares que ensinam até o fundamental, mostrando que esses jovens não estão desassistidos, as chances estão tendo, depende deles procurarem (Depoimento de Nelsa, tesoureira da CAAASP, entrevistada em 4 de novembro de 2012).

Além da questão técnica, de produção, social e política, tem a parte cultural, que é trabalhada principalmente pelos jovens, com grupos culturais, quadrilhas, e várias outras ações culturais, o que tem sido muito positivo para a vida de cerca de quarenta jovens que estão nos Assentamentos. Pois, os jovens nesses espaços acabam recebendo uma formação diferente.

Através da luta pela terra e da luta na terra realizada através da colaboração a CPT e da CAAASP, os camponeses hoje conseguiram obter cidadania e também conquistas que vão além da conquista da terra. O camponês agora tem acesso à educação, moradia, um lugar para produzir, acesso a água, além de outros recursos. A qualidade de vida dessas pessoas melhorou bastante como pode ser observado no depoimento de Nelsa:

[...] se você encontrar algum assentado que morre de fome ou vive na miséria, passando fome é por que essa pessoa se envolveu com algo errado ou jogou tudo que pegou na cachaça, essas coisas. As pessoas assentadas hoje tem cidadania, tem onde morar, água de qualidade e onde produzir, só num produz se não quiser, claro que tem áreas que tem um potencial hídrico melhor, mas a vida melhorou pra todo mundo, quem aplicou os créditos, construiu suas casas da maneira correta vive em situação melhor, quase todas as casas tem uma moto e até mesmo um carro, que a 10 anos atrás era difícil ver uma bicicleta, as vezes num tinha nem uma carroça, tinha que arrumar emprestado, todas as casas tem geladeira, tem televisor e as vezes o da moda (Depoimento de Nelsa, tesoureira da CAAASP, entrevistada em 4 de novembro de 2012).

Segundo as entrevistadas, em todos os assentamentos, quando se pergunta às famílias se eles gostam do local a resposta é sempre positiva, isso acontece muitas vezes quando o assentamento ainda está no começo, quando as famílias ainda estão morando em barracos. Isto se deve ao fato do camponês saber que tem uma terra, um lugar pra prover o sustento da sua família, se deve também ao fato deste saber que não será mais explorado, que não precisará estar subjugado ao patrão que tanto lhe explorou.

A grande mudança é deixar de ser explorado e passar a ter a sua própria terra, sair da tutela do patrão e hoje passar a ser dono do seu pedaço, claro que dentro dos limites, eles sabem muito bem que não podem tá botando mata abaixo, por causa das leis e punição ambientais, hoje eles se sentem confortáveis com a produção, pois hoje eles sabem que é deles, não é mais do patrão, então eu acho que isso é ponta pé inicial, ouvir de um agricultor que dizia lá em Mãe Rainha esses dias: ‘eu não tinha nada num tinha uma cabra, depois que eu vim pra cá, hoje eu tenho 9 vacas e essas 9 vacas tem ração pra comer até o ano que vem’, então assim, isso gratifica e foi feto a partir de um crédito inicial, que é liberado quando ele é assentado e a partir daí ele tem isso, e que antes ele não tinha nada (Depoimento de Elza, técnica da CAAASP, entrevistada em 3 de novembro de 2012).

Apesar dos avanços descritos anteriormente, a CAAASP hoje passa por diversos problemas, dentre eles o mais alarmante é a questão inoperância do INCRA. Segundo os entrevistados, os assentados acabam sofrendo com a seca e vivendo como podem, pois, o repasse de recursos ao atrasar acaba dificultando o trabalho dos técnicos. A CAAASP e a

CPT-Sertão tentam montar uma estratégia para resolver essa questão. Nelsa em depoimento mostra a realidade desta dificuldade:

A maior dificuldade que a gente encontra hoje é a relação com o INCRA, o contingente de técnicos no INCRA é inferior à demanda que nós temos pra você ter uma idéia veio uma equipe do INCRA com dois técnicos para passar 15 dias aqui, da sede da CAAASP para alguns assentamentos são 150 km, 300 km ida e volta, como é que apenas dois técnicos vão rodar isso em 15 dias, ele precisa passar o dia em uma área para levantar as demandas e geralmente eles chegam na hora de voltar, essa é uma dificuldade, além do atraso de pagamento de salários, dos créditos das casas, e a estagnação nas reformas das casas, que esse ano deveria ter sido agilizado (Depoimento de Nelsa, tesoureira da CAAASP, entrevistada em 4 de novembro de 2012).

Para a entrevistada Nelsa, isto se tornou um problema político. Para ela o que ocorre é que alguém de confiança que não entende do problema é colocado em cargos que deveriam ser ocupados por pessoas com um conhecimento mais técnico. Esta situação já dura cerca de 6 anos, há vários documentos acumulados que precisam ser encaminhados, mas até o presente momento, não há previsão para serem solucionados.

[...] a CAAASP tem um contrato com INCRA para prestar assessoria técnica, mas a assessoria técnica não pode fazer o cadastro de uma família que vai embora e abandona o lote para colocar outra que está precisando, a estrutura hídrica, digamos um grande açude ou uma perfuração de um poço a assistência técnica não tem recurso para isso, muitas vezes tem o dinheiro no INCRA, digamos que eles abrem uma licitação de 15000, o camarada lá em João Pessoa ganha a licitação chega aqui pega uma terceirizada e faz o serviço por 5000, faz o serviço mal feito e aí com um mês ou dois tá a comunidade novamente sem água, nós fazemos esse papel de fiscalizar, de denunciar e o INCRA não resolve, a obra de abastecimento daqui do assentamento Santo Antônio é de 2006, e ainda não está resolvida está parada. Aonde tiver uma obra eu fico perturbando para que o INCRA conclua e que seja de boa qualidade, ou INCRA é extinto ou ele coloca pessoas que entendam do assunto e saibam quais são as prioridades hoje, aumentando o corpo técnico e social porque os que têm não dão conta. A questão de ter alguém lá dentro que lute para os recursos não voltem, esse ano mesmo voltou mais de um milhão, essas reclamações com relação ao INCRA é daqui até o litoral (Depoimento de Nelsa, tesoureira da CAAASP, entrevistada em 4 de novembro de 2012).

Para Elza, o INCRA tem uma estrutura que não suporta a quantidade de assentamentos que estão sob sua supervisão. No alto sertão são aproximadamente 37 áreas fora todas as outras áreas de conflitos que chegam a aproximadamente 50. O INCRA foi montado numa estrutura que hoje é considerada arcaica, a instituição não consegue mais acompanhar a quantidade de demandas dos assentamentos, estas demandas acabam não sendo resolvidas e se tornam problemas. O problema da demora e inconstância do repasse de recursos é melhor explicado por Elza:

O que mais afeta o trabalho da CAAASP é a inconstância no repasse dos recursos por parte do INCRA. Temos uma equipe de 14 pessoas, onde 12 são de campo, que são assistentes sociais, agrônomos, técnicos agrícolas e agropecuários, zootecnistas e engenheiros florestais, mais duas pessoas que fazem trabalhos internos, uma da coordenação e outra auxiliar administrativa. Como não tem aquela metodologia do INCRA de liberar recursos mensalmente, que era pra ter, mas sempre atrasa isso gera dificuldade, pois parte deste serviço são feitos em capacitação e formação, então tem intercambio, visitas técnicas, dias de campo, e isto requer recursos, você tirar por exemplo um agricultor de Bom Jesus, pra entender como é a criação de abelhas lá no assentamento Padre Cleides, requer toda uma parte de logística, deslocamento, alimentação, quando o recurso não chega na hora certa dificulta a realização do trabalho. (Depoimento de Elza, técnica da CAAASP, entrevistada em 3 de novembro de 2012).

Para os entrevistados deveria ter alguém dentro da estrutura do INCRA que lutasse para que os recursos não voltem. No ano de 2012, voltou mais de um milhão em recursos para a reforma agrária só na Paraíba. O único poder que a CAAASP tem com relação a este problema agora é o da mobilização, com a discussão em Fóruns, pois na concepção do movimento se o INCRA cumprisse o seu papel, ocorreria reforma agrária modelo.

Outro desafio encontrado pela CAAASP são as demandas que surgem de projetos. Há uma falta de investimento e custeio, seriam necessários mais técnicos para encaminhar essas demandas, o processo também é dificultado pela burocracia dos bancos, que acaba se agravando com a documentação para o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF. Como explica Elza:

[...] os assentados ao acessarem o garantia safra, quando eles fazem o cadastro eles deixam de se “pronafiar” no A e migram pro B, que é relativo aos agricultores que não participam que não participam de políticas de reforma agrária, sendo impedidos de acessar os créditos que lhes pertencem. 80% dos assentados está com problema de DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), então pro nosso serviço esse problema se configura como uma dificuldade (Depoimento de Elza, técnica da CAAASP, entrevistada em 3 de novembro de 2012).

Outra dificuldade encontrada pelos técnicos da CAAASP é referente à assimilação dos assentados em relação ao serviço prestado pelos técnicos. Em alguns assentamentos, os técnicos têm seu trabalho facilitado pela associação de assentados ou mesmo pelos próprios assentados, diferentemente de outros assentamentos onde não há muita contribuição. Isso representa um fator negativo no trabalho, em virtude das críticas. Todavia, há um esforço da CAAASP para conscientizar os assentados, para que estes sejam mais abertos aos serviços.

Apesar de ser em menor escala do que em épocas anteriores, ainda se vê o êxodo de camponeses para outras regiões, principalmente durante o período das secas. Isso se verifica principalmente em uma parte da população mais jovem dos assentamentos que influenciados por outros acabam criando uma expectativa de maior renda nas cidades grandes. Todavia, como relatado nas entrevistas, a grande maioria acaba voltando para os assentamentos por descobrirem em suas aventuras ser este o lugar mais seguro.

Nos assentamentos que trabalhamos você ainda vê famílias que vão pro corte de cana, na tentativa de obter o dinheiro de forma mais fácil, pra comprar algo, como uma moto ou um carro, outra forma de êxodo é a saída de pessoas dos assentamentos para vender furadinhas no maranhão, que atrai mais os jovens, tem assentamentos que tem 10 casas fechadas, onde algumas vezes os maridos e até famílias inteiras estão no corte da cana ou na venda de furadinhas e não estão produzindo, e esse ano a situação está pior, pois você chega no final do mês com todas as contas para pagar, muitas das famílias não tem acesso ao bolsa escola que é um benefício do governo que tem ajudado muitas famílias no sentido de comprar material, de comprar alimentação para essas crianças que estudam, mas sem água fica inviável produzir, você planta, mas não tem a água para aguar, e as pessoas acabam perdendo o que foi plantado (Depoimento de Nelsa, tesoureira da CAAASP, entrevistada em 4 de novembro de 2012).

Além de ocorrerem mudanças significativas na vida destes assentados ocorre também uma mudança nas populações que vivem nas regiões próximas aos assentamentos. Os assentados hoje adquiriram admiração dos moradores da cidade em virtude de sua luta e por terem conseguido suas terras e estarem fazendo valer os seus direitos. Hoje eles fazem parte também da população consumidora das cidades, sendo membros respeitados nos municípios fazendo na maioria das regiões sumir a visão negativa do movimento. Com relação ao exemplo do município de Cajazeiras, Elza explica:

[...] vou pegar como exemplo Cajazeiras, o município hoje tem 6 assentamentos, que antes essas famílias eram moradoras, o que elas tiravam de alguma diária que ela tinham, mas estavam a mercê dos patrões, se a gente for pegar todas as famílias, dá uma média de 400 famílias livres da escravidão do patrão e que estão produzindo no assentamento, ou trazendo pra cá pro comércio local, ou consumindo no assentamento, e suas rendas melhoraram e a sua qualidade de vida também melhorou. Esses assentamentos têm servido de escolas pra quem tá se formando e pra quem tá dentro das escolas, se a gente for contar o número de alunos que passam pela CAAASP pra ir para os assentamentos, que antes não tinham condições de fazer essas pesquisas, esta é a contribuição dos assentamentos para o campo educacional. Hoje as pessoas que vivem nos assentamentos, sentem-se cidadãos, eles reivindicam, buscam e cobram e se o médico não for atender eles procuram saber por que, se a escola fechou, porque que fechou, se algo acontece eles vão a imprensa e falam, servindo de exemplo para que outras comunidades passem a reivindicar, isto ocorre devido a todo processo de luta e por causa das formações, os camponeses acabam sabendo o que é de direito deles. Os próprios projetos de investimento, que eles têm adquirido, e os tornam consumidores do comércio local, pois eles compram o que não podem produzir no assentamento, de certa forma tem mexido um pouco com a sociedade. Há também a valorização deles enquanto assentados que antes era mal visto pela sociedade, pra cajazeiras hoje ter 6 assentamentos, com 400 famílias que vivem da terra e na terra, é claro que tem algumas exceções, com aqueles que não se identificam e ficam lá como uma pedra no assentamento, mas aí a gente vai conseguindo driblar (Depoimento de Elza, técnica da CAAASP, entrevistada em 3 de novembro de 2012).

A questão do preconceito se devia principalmente à idéia até certa altura que a mídia passava de um movimento violento, utilizando principalmente o MST como exemplo. Este preconceito acaba sendo quebrado quando a população do Alto Sertão acaba entendendo o

movimento de luta pela terra através da história das lutas encabeçadas pela CPT – Sertão e vendo que o movimento era organizado e lutava por uma causa justa. Como explicita Nelsa:

Eu acho que a quebra do preconceito, por que para muitos como eu, tinha a visão do MST, que tem outra forma de agir que eu não concordo, no início os próprios assentados tinham vergonha de dizer que eram assentados, mas ao longo do tempo a gente foi trabalhando isso e o pessoal adquiriu certo respeito, vendo que se é dos assentamentos é organizado, é limpo e é bem cuidado, claro que tem maus exemplos, mas um dos pontos positivos foi essa quebra do preconceito. Muita gente que visita um assentamento vem com uma visão de lugar atrasado e sai com outra diferente daquela que a mídia prega (Depoimento de Nelsa, tesoureira da CAAASP, entrevistada em 4 de novembro de 2012).

Uma situação alarmante que está ocorrendo no Alto Sertão da Paraíba é com relação à situação das pessoas que vivem nas várzeas de Sousa (FIGURA 16) onde ocorre um embate com o grupo Santana, onde sua empresa agroindustrial trazida pelo governo do Estado da Paraíba ameaça as famílias que vivem no entorno da região. Essas famílias estão começando a ser acompanhadas por algumas entidades, inclusive o MST.



FIGURA 16 - Camponeses agrupados nas várzeas de Sousa – uma nova luta camponesa no Alto Sertão paraibano 2007.

Fonte: Arquivo fotográfico da CPT-Sertão-PB.

A CAAASP está ouvindo e apoiando as pessoas que estão com esse problema, entretanto não foi criada ainda uma estratégia de como se irá enfrentar este problema. Como está presente na fala de Elza:

A Santana chegou ai empurrada pelo Estado, e está causando um mal enorme ao pessoal que vive ali no entorno, estendendo esse mal para o Estado, porque o que ta sendo produzido ali tá indo pra mesa do povo, pois ta sendo produzido ração animal e essa vaca do agricultor que depois comercializa o leite. O processo é muito bruto, só quem esta perto pra ver como é que feito aquele negócio lá e ai as famílias estão se sentindo ameaçadas, não foi criada ainda uma estratégia de como iremos enfrentar isso, as pessoas estão vindo e tão colocando os problemas que não são pequenos, mais ainda não vislumbramos uma forma de fortalecer essa luta contra esse agronegócio que está instalado ali, [...] mas estamos sempre ouvindo o depoimento do pessoal, para sentarmos e tentarmos nos juntar inclusive com outras entidades, pois são metodologias diferentes entre as entidades, então é preciso fazer as coisas bem pensadas para não prejudicar nem a CAAASP e nem aos camponeses (Depoimento de Elza, técnica da CAAASP, entrevistada em 3 de novembro de 2012).

Como se pode notar, a Reforma Agrária no Alto Sertão, iniciada na segunda metade da década de 1980, com apoio do da CPT-Sertão-PB vem mudando o cenário dessa região e transformando a vida de centenas de camponeses. Abaixo podemos ver uma tabela que apresenta em detalhes:

TABELA 1. Áreas de Assentamento Acompanhadas Pela CPT-Sertão-PB e CAAASP - 2010

Assentamento	Município	Nº de Hectares	Nº de Fam	Emissão de Posse
<i>Mutirão</i>	R. dos Cavalos	909,00	80	-
<i>Três Irmãos</i>	Triunfo	200,00	50	-
<i>Bartolomeu I</i>	Bonito de Santa Fé	180,00	20	-
<i>Recanto II</i>	Jericó	31,00	14	-
<i>Acauã</i>	Aparecida	2825,00	114	14/10/1996
<i>Fortuna</i>	Jericó	1505,40	73	31/10/1997
<i>Santo Antônio</i>	Cajazeiras	662,20	32	31/10/1997
<i>Valdeci Santiago</i>	Cajazeiras	2579,20	47	07/12/1997
<i>São Francisco II</i>	Cachoeira dos Índios	727,30	21	17/12/1997
<i>Alto Alegre</i>	Jericó	745,60	45	25/11/1998
<i>Paissandú</i>	São Domingos	640,00	27	24/04/1999
<i>Juazeiro</i>	Marizópolis	1089,30	61	19/11/1999
<i>Bom Jesus</i>	Poço Dantas	519,88	21	03/02/2000
<i>Frei Damião I</i>	Cajazeiras	393,80	21	22/02/2001
<i>Edvaldo Sebastião</i>	Cajazeiras	403,30	20	04/04/2001
<i>Cruzeiro</i>	Jericó	794,30	35	07/08/2001
<i>Jacu</i>	Pombal	1200,00	40	11/03/2003
<i>Currallinho</i>	Paulista	1227,90	41	12/03/2003
<i>Paxicu</i>	Paulista	1227,00	36	15/04/2004
<i>Frei Beda</i>	Cajazeiras	1308,12	34	21/12/2004
<i>Sarapó</i>	São José da Lagoa Tapada	704,50	35	09/08/2005
<i>Angélica</i>	Aparecida	1440,00	34	27/10/2005
<i>Mãe Rainha</i>	Cajazeiras	527,40	26	20/12/2006
<i>Veneza</i>	Aparecida	635,00	30	20/06/2007
<i>Santa Mônica</i>	Pombal	2795,58	27	08/05/2008
<i>Santa Mônica I</i>	Lagoa	2183,23	35	08/05/2008
<i>Cantinho</i>	Lagoa	428,00	38	17/02/2009
<i>Angélica II*</i>	Aparecida	993,00	17	14/09/2010
<i>Zéquina*</i>	Sousa	853,00	25	14/09/2010
<i>Jerimum*</i>	Lastro	1087,00	38	15/09/2010
<i>Pe. Cleides*</i>	Santa Helena	1161,00	17	15/09/2010
<i>Nova Vida I* e **</i>	Sousa/Aparecida***	1007,00	141	29/10/2010
32	17	32983,01	1295	-

LEGENDA: * Áreas Acompanhadas pela CPT-Sertão, as demais áreas são Acompanhadas pela CAASP

** Área com dois núcleos: 98 famílias acompanhadas pela CPT e 43 pelo MST

*** Áreas dentro do perímetro irrigado das Várzeas de Sousa (PIVAS)

FONTE: Documento de Circulação Interna da CPT-Sertão - 2010.

O universo da Reforma Agrária na referida região no ano de 2010 abrangia 32 assentamentos situados em 17 municípios, ocupando uma área de, aproximadamente, 32.983,01 hectares. Neste espaço estão assentadas 1.295 famílias, com datas e emissão de posse entre os anos de 1996 a 2010.

Há também áreas de conflito e acampamentos acompanhados pela CPT-Sertão-PB. Como mostra a tabela 2 com dados de 2011 a seguir:

TABELA 2. Áreas de Conflito e Acampamentos Acompanhadas pela CPT-Sertão-PB - 2011

Área de Conflito e Acampamentos	Município	Nº de Hectares	Nº de Famílias	Início da Luta
<i>Morada Nova</i>	São José da Lagoa Tapada	1466,00	101	2004
<i>Novo Horizonte</i>	Cajazeiras	600,00	31	2005
<i>Caldas</i>	São José da Lagoa Tapada	921,00	53	2006
<i>Sabiá</i>	Lagoa	1000,00	81	2006
<i>Verdes</i>	Aparecida	300,00	17	2006
<i>Serra do Comissário</i>	Santa Cruz	743,00	28	2007
<i>Boa Conquista</i>	Cajazeiras	755,00	12	2007
<i>São Miguel</i>	Catolé do Rocha	1440,00	35	2009
<i>Miranda</i>	Cajazeiras	900,00	15	2010
<i>Floresta</i>	Aparecida	603,00	18	2010
<i>São Lourenço</i>	São Domingos	534,00	25	2010
<i>Macacos</i>	Sousa	534,00	10	2010
<i>Areia</i>	Santa Helena	755,00	12	2011
<i>Caiçara</i>	Pombal	3400,00	63	2011
<i>Jatobá</i>	Sousa	800,00	10	2011
<i>Jatobá</i>	Lagoa	775,00	62	2011
16	10	15526,00	573	-

FONTE: Documento de Circulação Interna da CPT-Sertão - 2011.

Estas áreas de conflito e acampamento estavam aguardando providências do INCRA. Estavam acampadas e em processo de luta no ano de 2011, 573 famílias em 16 áreas de conflitos e acampamentos, localizadas em 10 municípios do Alto Sertão Paraibano.

Com fins de atualização dos dados, na sequência são apresentadas as tabelas 3 e 4, com os dados mais recentes sobre os assentamentos e áreas de conflito acompanhadas pela CPT-Sertão-PB e CAAASP no ano de 2013. Os municípios com assentamentos e áreas de conflitos acompanhados pelas entidades podem ser melhores visualizado no mapa apresentado na sequência (FIGURA 17).

**TABELA 3. Áreas de Assentamento Acompanhadas Pela
CPT-Sertão-PB e CAAASP - 2013**

Área	Município	Nº Hectares	Nº Fam	Emissão de Posse
Mutirão	Riacho dos Cavalos	909,00	80	-
Três Irmãos	Triunfo	200,00	50	-
Bartolomeu I	Bonito de Santa Fé	180,00	20	-
Recanto II	Jericó	31,00	14	-
Acauã	Aparecida	2825,00	114	14/10/1996
Fortuna	Jericó	1505,40	73	31/10/1997
Santo Antonio	Cajazeiras	662,20	32	31/10/1997
Valdeci Santiago	Cajazeiras	2579,20	47	07/12/1997
São Francisco II	Cachoeira dos Índios	727,30	21	17/12/1997
Alto Alegre	Jericó	745,60	45	25/11/1998
Paissandu	São Domingos	640,00	27	24/04/1999
Juazeiro	Marizópolis	1089,30	61	19/11/1999
Bom Jesus	Poço Dantas	519,88	21	03/02/2000
Frei Damião I	Cajazeiras	393,80	21	22/02/2001
Edvaldo Sebastião	Cajazeiras	403,30	20	04/04/2001
Cruzeiro	Jericó	794,30	35	07/08/2001
Jacu	Pombal	1200,00	40	11/03/2003
Curralinho	Paulista	1227,90	41	12/03/2003
Paxicu	Paulista	1227,00	36	15/04/2004
Frei Beda	Cajazeiras	1308,12	34	21/12/2004
Sarapó	São José da Lagoa Tapada	704,50	35	09/08/2005
Angélica	Aparecida	1440,00	34	27/10/2005
Mãe Rainha	Cajazeiras	527,40	26	20/12/2006
Veneza	Aparecida	635,00	30	20/06/2007
Santa Monica	Pombal	2795,58	27	08/05/2008
Santa Monica I	Lagoa	2183,23	35	08/05/2008
Cantinho	Lagoa	428,00	38	17/02/2009
Angélica II	Aparecida	993,00	17	14/09/2010
Zequinha	Sousa	853,00	22	14/09/2010
Jerimum	Lastro	1087,00	51	15/09/2010
Pe. Cleides	Santa Helena	1161,00	17	15/09/2010
Nova Vida I* e II**	Sousa / Aparecida****	1007,00	141	29/10/2010
Morada Nova	São José da Lagoa Tapada	857,00	27	13/02/2012
Frei Dimas	Catolé do Rocha	1440,00	30	08/05/2012
Santa Cecília	Cajazeiras	500,00	15	22/11/2012
35 Áreas	18 Municípios	35780,01	1.377	

LEGENDA:

* e ** Área com 02 Núcleos: 98 famílias acompanhadas pela CPT e 43 famílias pelo MST

**** Área dentro do PIVAS - Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa

FONTE: Documento de Circulação Interna da CPT-Sertão-PB - 2013.

Atualmente, o processo da Reforma Agrária na referida região no período de 2013 passou de 32 para 35 assentamentos situados em 18 municípios, sendo o Assentamento Santa Cecília em Cajazeiras, o com emissão de posse mais recente (22/11/2012). Estes assentamentos em conjunto ocupam uma área de aproximadamente, 35.780,01 hectares, onde estão assentadas 1.377 famílias, com datas e emissão de posse entre os anos de 1996 a 2012. Pode-se perceber que com estes dados, um número superior de pessoas, totalizando 82 famílias, que no período de 2010-2012 foram assentadas.

Sobre as áreas de conflito e acampamentos acompanhados pela CPT-Sertão-PB, podemos observar os dados coletados em 2013 na tabela 4, apresentada na sequência:

TABELA 4. Áreas de Conflito e Acampamentos Acompanhadas pela CPT-Sertão-PB -2013

Área	Município	Nº de Hectares	Nº de Fam.	Início da Luta
Novo Horizonte	Cajazeiras	600,00	31	2005
Caldas	São José da Lagoa Tapada	921,00	53	2006
Sabiá	Lagoa	1000,00	81	2006
Verdes	Aparecida	300,00	17	2006
Serra do Comissário	Santa Cruz	743,00	28	2007
Boa Conquista	Cajazeiras	755,00	12	2007
Floresta	Aparecida	603,00	18	2010
São Lourenço	São Domingos	534,00	25	2010
Macacos	Sousa	534,00	10	2010
Areia	Santa Helena	755,00	12	2011
Caiçara	Pombal	3400,00	63	2011
Jatobá	Sousa	800,00	10	2011
Jatobá	Lagoa	875,00	62	2011
Mirante	São José da Lagoa Tapada	900,00	50	2012
14 Áreas	09 Municípios	12.720,00	472	

FONTE: Documento de Circulação Interna da CPT-Sertão-PB - 2013.

Observando a tabela 2 em comparação com os dados atuais presentes na tabela 4, percebe-se uma redução de 16 para 14 as áreas de conflito e acampamento que aguardam providências do INCRA. Em 2013 pode-se verificar que 472 famílias estão acampadas e em processo de luta em 9 municípios do Alto Sertão Paraibano, totalizando 101 famílias a menos

que em 2011. Além disso, a CPT-Sertão acompanha e assessora 07 Comunidades Quilombolas, localizadas em 04 municípios, num total de 325 famílias, na perspectiva de garantir o direito a terra, no processo de regularização fundiária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao optar apresentar algumas considerações finais e não conclusões, expresso a maneira como vejo e sinto este trabalho. Não me proponho a apresentar conclusão, por compreender que, no que diz respeito à produção acadêmica, oferecem-se elementos para a construção do conhecimento que se dá ao longo da história de forma inconclusa.

As páginas deste texto, portanto, contam a história da luta pela terra no Alto Sertão paraibano apresentando os vários estágios que essa luta teve desde o seu início até o enfrentamento dos novos obstáculos que os camponeses precisam enfrentar na convivência com o semiárido na atualidade. Para este trabalho, houveram contribuições de outros, em especial da CAAASP e da CPT-Sertão-PB.

Este trabalho apenas apresentou estes caminhos percorridos pelos camponeses em direção à conquista da terra, objeto de estudo, de forma sucinta, apenas pinçando, aqui e ali, aspectos que me pareceram significativos. Procurei buscar esses elementos na luta coletiva dos sujeitos em determinado período, sem pretender esgotar os múltiplos aspectos dessa luta coletiva. Observando que esta luta assume diferentes configurações, segundo a conjuntura e em cada um desses momentos as formas de manifestação dos camponeses foram também diferenciadas.

Assim, até meados da década de 1980 quando explode o processo de luta coletiva pela conquista da terra, os camponeses guardavam sob silêncio uma história de disputas pela terra que envolviam os grileiros e funcionários do Estado e que se deram nas décadas que se seguiram à construção de vários açudes durante a década de 1930.

Onde em sua ambição, os grileiros ampliavam seus domínios nas bacias dos açudes públicos, enquanto exploravam os camponeses apropriando-se do seu trabalho.

Era uma época que os protagonistas eram os grileiros e os camponeses submetidos às suas vontades mantinham-se como atentos observadores, permanecendo num mundo no qual as relações se davam em terreno pessoal. O patrão, embora não fosse o proprietário legal das terras em questão, exigiam a obediência dos camponeses aparecendo como “senhores” destes. E a este camponês, restava apenas cumprir as ordens desses “senhores” com a condição para o

precário acesso a terra, faltava-lhes direção própria que lhes ajudassem a se libertarem da dominação e construir formas através das quais pudessem se colocar no espaço de disputas defendendo seus interesses.

Durante a ditadura militar, a sociedade civil, apesar do crescimento da repressão, cresceu em organização combatendo-a, reivindicando e criando espaços de construção da democracia. Nessa conjuntura, enquanto um capital se expandia no campo, dismantelando as formas de acesso do trabalhador a terra, o campesinato desenvolve formas de organização e resistência e se coloca no espaço público de disputas defendendo seu espaço. Nos anos 1970 e 1980 as classes subalternas, no campo e na cidade vão quebrando as correntes de opressão forçando o diálogo com aqueles que estão de plantão no poder. E ao fazerem isso, vão rasgando os véus que embaçavam sua visão e compreendendo-se na caminhada rumo a uma sociedade democrática.

Na Paraíba cresceram os conflitos de terra na década de 1980 no litoral e surge em meados desta mesma década, um movimento de luta pela terra no sertão. Os trabalhadores, reconhecendo a exploração à que eram submetidos resolvem não mais pagar renda à grileiros e se organizam para conquistarem a terra da qual necessitam para viver. Para tomarem essa decisão, organizaram-se coletivamente e descobriram que, unidos na luta por interesses comuns, constituem-se uma força no enfrentamento com aqueles que eles mesmos chamaram de grileiros. No decorrer desta luta, estes camponeses se fazem ouvir, impondo-se como senhores de suas vidas na construção de sua história.

O que pude apreender do que observei é que a luta coletiva no Alto Sertão paraibano pela posse e permanência na terra está proporcionando aos seus sujeitos um voltar-se para si, ao refletirem sobre sua forma de sentir o mundo. E ao analisá-lo, colocando-se nele, compreendendo-se, criando um outro saber na troca que realizam com outros camponeses. É nessa perspectiva que vejo os camponeses do Alto Sertão aproveitando os espaços gerados por eles na luta de conquista da terra e ampliados nas relações que foram construindo, enquanto se apropriavam da terra. Nesses espaços, nas relações que desenvolveram em seus gruposa nível de comunidade e com outros setores organizados também comprometidos com as informações necessárias, vêm elaborando suas visões de mundo e construindo um saber que lhes apontam os caminhos da participação ativa construindo a cidadania.

A meu ver, a Reforma Agrária é uma realidade no Alto Sertão Paraibano. Através da organização dos camponeses para o processo da luta pela terra e da luta na terra, vinda de uma compreensão de sujeitos das atividades sociais, se percebe a articulação de um mutirão pela vida nessa região. Trata-se de uma nova perspectiva: a construção de um projeto de sociedade voltada para todas as pessoas que neste lugar habitam, sob uma compreensão de desenvolvimento sustentável, onde a luta pela terra e pela água significa a luta por direitos universais mantenedores da dignidade humana.

BIBLIOGRAFIA:

AGRICULTORES continuam na sede do INCRA esperando uma solução: **Jornal O Norte**, João Pessoa, p.8, 10 set. 1989.

ALVES, J. FHC desapropria 14 áreas na PB: **Correio da Paraíba**. João Pessoa, p. 8. 11 mai. 1996.

AMORIM, L. M. B. A economia paraibana na etapa da articulação comercial (1930-1970). In FERNANDES, I. R. e AMORIM, L. M. B. **Atividades produtivas na Paraíba**. João Pessoa: Editora UFPB, 1999.

ANDRADE, M. C. de. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Recife: Editora Massangana, 2007.

ANDRADE, M. C. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil**. Duas Cidades, 1980.

ARAÚJO, T. B. de. Economia do semiárido nordestino: a crise como oportunidade. **Revista Coletiva**. Recife, v. 16, n. 1. , 2012.

BENEVIDES, M. V. de M. **A cidadania ativa:referendo, plebiscito einiciativa popular**. 3ª edição. São Paulo, ed. Ática, 2000.

BETTO, F. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BURSZTYN, M. **O Poder dos Donos - Planejamento e Clientelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BURLE, L. L. O setor externo no Plano Collor. **Carta de Conjuntura**, Brasília: CORECON, v.4, nº 21, p.21 -23. mar./abr, 1990.

CAMPONESES liberados após pagar fiança em C. do Rocha. **Jornal O Momento**. João Pessoa, p.6, 28 jul. 1991.

CANTALICE, D. M. B. **Capital Estado e Conflito Questionando Alagamar**. João Pessoa: Fiplan, 1985.

CARVALHO, H. M. de; **O campesinato no século XXI possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2005.

CARVALHO, O. **Nordeste semiárido**: transformação de potencialidades em possibilidades econômicas. In **Semiárido**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

CHAVES, F. Repercussão. **A União**. João Pessoa, p.7, 04 fev. 1996.

CONFLITOS de Terra: Camponeses concordam em desocupar sede do Interpa. **Jornal A União**. João Pessoa, p. 5. 23 set. 1993.

CRIADO, A. **Dom Helder Câmara**. São Paulo: Editora Salesiana, 2006.

DANTAS, L. Quadro é o mesmo de todo o País. **Primeira Hora**. Cajazeiras, 24 de jun. 1996, p.11.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

DEMO, P. **Avaliação Qualitativa**- 7ª edição, Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

Dom Zacarias Rolim de Moura (1953 —1990) Disponível em <<http://www.diocajazeiras.com.br/html>>.Data de acesso: 15 de maio de 2013.

FARIAS, P. S. C. A saga de duas regiões do fazer: as seletividades e as marginalidades do agreste e do sertão paraibanos nas divisões territoriais internacional e nacional da produção do algodão. Rio Grande do Norte: **Geo Temas**, 2, 1, p. 17-36, 2012.

FAZENDA Acauã permanece ocupada por 106 famílias de trabalhadores. **Correio da Paraíba**. João Pessoa, p.7, 27 abr. 1996.

FERNANDES, B. M.;**A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M.; **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P.**Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**.São Paulo-SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

FRANÇA, Francisco. Morte ronda Terra de Açude. **Jornal Correio da Paraíba**. João Pessoa, p.21, 28 jul. 1991.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro Ed. Fundação de Cultura S.A. 1989.

GOHN, M. da G.; **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GOMES, N. M. S.; SERRANO, E. de O.;LUKEF, M. J.**Bibliografia Internacional do Bicudo Anthonomus Grandis Boheman do Algodoeiro**. EMBRAPA, 1984.

GOMES, S.G.; RAMOS, S.F. Da Origem À Hegemonia e Crise do Algodão Meridional Brasileiro no Século XX. São Paulo: **Informações Econômicas**, v.38, 25-41, 2008.

GORENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILLE, João Pedro (org). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

GOUVEIA, H. Alemãs estão em dia coma legislação: **Jornal Correio da Paraíba**. João Pessoa, p. 6, 6 fev. 1996.

GURJÃO, E. Q. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba 1889-1945**. João Pessoa: Editora UFPB, 1994.

IANNI, O.; **Revoluções Camponesas na América Latina**. In: SANTOS, J. V. T. dos (org); **Revoluções Camponesas na América Latina**. São Paulo: Ícone Editora, 1985.

JOFILLY, I. **Notas sobre a Paraíba**. 2a.ed. Brasília. 1976

LEMOS, C. T. Mística lutas camponesas no Brasil. **Cibertologia: Revista de Teologia & Cultura**, 20 (4), 18-27, 2008.

LIRA, G.M.F. **O Homem ou o boi, O roçado ou o capim**. Campina Grande: Mestrado em Sociologia/UFPB, 1983.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**. São Paulo: Nova Cultural. 1985.

MACHADO, Regina Coeli Vieira. *Vaqueiro do Nordeste Brasileiro*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 13 ago 2013.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M.; **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, J. de S. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1982.

MARTINS. J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

MORAIS, C. S. História das Ligas camponesas no Brasil – 1969. In STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão Agrária no Brasil; história e natureza das Ligas Camponesas -1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MOREIRA NETO, M. “**Andando pra riba e pra baixo**” lembranças femininas: das barracas ao assentamento de Acauã. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Universidade Federal da Paraíba, 2001.

MOREIRA, E. de R. F. **Mesorregiões e microrregiões da Paraíba: delimitação e caracterização**. João Pessoa: GAPLAN, 1988.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Questão agrária e luta pela terra na Paraíba**. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo DATALUTA, 2012.

MOREIRA, E.; TARGINO, I.; **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora universitária UFPB, 1997.

MOREIRA, E. R. F. **Processo de ocupação do Espaço Agrário Paraibano**. João Pessoa: Textos UFPB/NDIHR N° 24, 1990.

NASCIMENTO, J. M. **Os bancos de sementes comunitários na construção dos territórios de Esperança: o caso do assentamento Três Irmãos/PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, 2011.

NETO, F. F. de P. **A Trajetória Religiosa-Política do Padre Luigi Pescarmona (1960-2010): Entre o *Habitus* Partisão e o Assistencial**. Campina Grande: Mestrado em Sociologia/UFGP. 2012.

OLIVEIRA, F. de. **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1977.

OLIVEIRA, M. M. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, pp.87-108. 1989.

PEREIRA, A. A. **Além das Cercas: Um olhar educativo sobre a Reforma Agrária**. João Pessoa: Idéia, 2005.

POLÍCIA expulsa 126 famílias de uma fazenda no alto sertão: **Jornal Correio da Paraíba**, João Pessoa, p. 12, 5 jul. 1990.

POSSEIRO faz protesto em frente a AL. **Jornal Correio da Paraíba**: João Pessoa, p.7, 28 out. 1989.

PRADO Jr., C. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRADO Jr., C. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RIBEIRO, A. F. **Deputado Estadual PT/PB: Perfil**. Disponível em: <<http://www.freianastacio.com.br/?p=perfil>> Acesso: 30 jun. 2013.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RIBEIRO, S. G. L. **Dom José Maria Pires: Uma Voz Fiel À Mudança Social**. São Paulo: Paulus, 2005.

SAMPAIO, P. A. de e FILHO, D. P. G. **Reforma Agrária e Projeto de Construção Social, 2005**. Disponível em: <http://www.nead.org.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo_55.pdf> Acesso em: 15 de agosto de 2009.

SEM-TERRA de MS fazem um novo saque no Estado. **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 3, 27 jul. 1991.

SEM-TERRA do Alto Sertão conquistam assentamento: **Jornal O Norte**. João Pessoa, 29 de abr. 1997.

SANTOS, R. F. dos; SANTOS, J. W. dos. Agronegócio do algodão: crise no mercado brasileiro da matéria-prima agrícola. In: BELTRÃO, N. E. de M. (org.). **O agronegócio do algodão no Brasil**. Brasília: EMBRAPA Comunicação para a Transferência de Tecnologia, 1999.

SILVA, A. P. da; **Da sombra do juazeiro à luz elétrica ou como iluminaram-se as consciências: a construção da cidadania.** Campina Grande: Mestrado em Sociologia/UFPB. 1997.

SILVA, J.G. da. **A modernização Dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVIE, P.; LEROY, T.; BELOT, J-L.; MICHEL, B. **Manual de identificação das pragas, e seus danos no algodoeiro.** 1a ed. Cascavel: COODETEC/CIRAD-CA, 2001.

STÉDILLE, J. P. (org). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

STÉDILLE, J. P. (org). **A questão agrária no Brasil: História e Natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TARGINO, I. **A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil.** Rev.Raízes, vol. 21, nº 01, 2002.

TARGINO, I.; MOREIRA, E. **Êxodo rural na Paraíba: Análise do período 1991/96.** In SANTOS, T. F (org). Dinâmica populacional das regiões Norte e Nordeste: questões atuais e emergentes. Recife: Ed. Massangana, 2000.

TRABALHADORES acampam em açudes públicos na Paraíba: **Jornal Aconteceu**, Ceará, p. 6, nº 572, 9 ago.1991.

TRBALHADORES rurais continuam acampados na sede de INCRA: **Jornal O Norte**: João Pessoa, p.3,29. out. 1989.

VALVERDE, O.**Estudos de geografia agrária brasileira.** Petrópolis: Vozes. 1985.

VELÔSO, T. M. G. ; WHITAKER, D. C. A. Memórias sobre um conflito de terra em relatos de história de vida. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 25, p. 23-40, 2013.

ANEXOS

ANEXO A

Entrevista Semiestruturada I

1. Como surgiu o movimento pela terra no Alto Sertão paraibano?
2. Qual foi a contribuição da igreja católica na luta pela terra nessa região?
3. Quais foram as dificuldades enfrentadas nos primeiros momentos dessa luta pela terra?
4. Quais foram os avanços alcançados na luta pela terra no Alto Sertão da Paraíba, a partir da década de 1980?
5. O que representa o assentamento Acauã no movimento de luta pela terra, na região?
6. Qual é a área (em hectares) conquistada até o momento e qual a população assentada?
7. Quais são as estratégias (tecnologias sociais de convivência) utilizadas pela população assentada, no enfrentamento das adversidades que assolam a região?

ANEXO B

Entrevista Semiestruturada II

1. Como surgiu o movimento pela terra no Alto Sertão Paraibano?
2. Como o senhor poderia descrever sua participação nesse movimento inicial de luta pela terra no Alto Sertão Paraibano?
3. Qual foi a contribuição da Igreja Católica na luta pela terra nessa região?
4. Qual o papel das CEBS no movimento inicial de luta pela terra no Alto Sertão Paraibano?
5. Como se deu o surgimento da CPT?
6. Quais foram as dificuldades enfrentadas nos primeiros momentos dessa luta pela terra no Alto Sertão Paraibano?
7. Quais foram os avanços alcançados na luta pela terra no Alto Sertão da Paraíba a partir da década de 1980?

ANEXO C

Entrevista Semiestruturada III

1. Quando a CAAASP foi criada e qual foi a motivação para a sua criação?
2. Qual foi a contribuição da CPT-Sertão na construção da CAAASP?
3. Atualmente quantos assentamentos integram a CAAASP?
4. Qual é o papel da CAAASP junto aos camponeses e camponeses assentados (as)?
5. A CAAASP tem Uma Equipe de Técnicos (ATES) que promovem assessoria técnica aos assentamentos. Que ações estão sendo desenvolvidas?
6. Há alguma dificuldade para o desenvolvimento desse trabalho de assessoria técnica? Qual ou quais?
7. Que avanços os técnicos têm alcançado no seu trabalho junto aos camponeses?
8. Que mudanças ocorreram na vida das famílias que conquistaram a terra nessa região? Em que mudou a vida das pessoas?
9. Ainda se verifica o êxodo para outras regiões?
10. Os Camponeses vendem os excedentes de sua produção às feiras livres?

11. E as feiras Agroecológicas? Qual é a importância dessa atividade para os campenses e para a população da cidade?
12. Os produtos dos assentamentos negociados nas feiras agroecológicas tem grande procura pela população urbana?
13. Os assentamentos da reforma agrária contribuem para mudanças na sociedade, em geral, nessa região do Alto Sertão? Que mudanças?
14. Qual o papel do INCRA no acompanhamento das Famílias assentadas?
15. Sobre a organização dos camponeses assentados no apoio aos que ainda estão nos acampamentos na luta pela terra.